

FACULDADES ALVES FARIA – ALFA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Denise Vieira da Silva Taquary

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
PRÁTICAS E DESAFIOS NAS INDÚSTRIAS MOVELEIRAS DE GOIÁS

GOIÂNIA/GO
2010

FACULDADES ALVES FARIA – ALFA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Denise Vieira da Silva Taquary

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
PRÁTICAS E DESAFIOS NAS INDÚSTRIAS MOVELEIRAS DE GOIÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, sob a linha de pesquisa Gestão Estratégica de Empreendimentos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Cristina Pereira Matos

GOIÂNIA/GO
2010

FACULDADES ALVES FARIA – ALFA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Denise Vieira da Silva Taquary

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
PRÁTICAS E DESAFIOS NAS INDÚSTRIAS MOVELEIRAS DE GOIÁS

AVALIADORES:

PROF^a. DR^a . MARIA CRISTINA PEREIRA MATOS
FACULDADES ALVES FARIA

PROF. DR. DNILSON CARLOS DIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

PROF. DR. ALCIDO ELENOR WANDER
FACULDADES ALVES FARIA

GOIÂNIA/GO
2010

Este trabalho é dedicado a minha filha Júlia que está em meu ventre e em especial a minha avó Nazaria Machado da Silva, que sempre se orgulhou de todos os meus passos e hoje é uma linda estrela que brilha no céu.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me dar força e inspiração para continuar sempre no caminho certo.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Pereira Matos, que com sua presteza e dedicação pôde me ajudar a concretizar o sonho de ser mestre.

Ao Sr. Carlos Augusto, que disponibilizou sua empresa Maxim's Ind. E com. De Móveis Ltda como fonte de estudo e implantação dos resultados, e por confiar em minhas ações.

Às empresas participantes da pesquisa, por disporem do seu tempo ao responder ao questionário.

Em especial ao SINDMÓVEIS/GO, na pessoa da Lindelma da Silva, que com sua paciência, contribuiu com relevantes informações que enriqueceram o trabalho.

À minha família querida, meu esposo Karol Wojtyła por estar ao meu lado em todos os momentos de minha vida. Aos meus pais, Carmo Alves e Maria de Fátima, por me compreenderem e me dar forças para continuar a lutar sempre. Ao meu irmão Daniel, por ser o meu apoiador, conselheiro e melhor amigo, e não me deixar desistir nunca.

À minha avó Nazaria que sempre me deu colo e me aconselhou com suas palavras de ânimo e coragem e ao meu avô João Rodrigues por sempre me apoiar dizendo “essa minha neta tem qualidade”, que me faz sentir orgulhosa de continuar a conquistar meus objetivos.

Às minhas cunhadas Geisy, Ana Célia e Laciara e meu cunhado Célio por me apoiar com palavras de força nas horas das incertezas.

Aos meus sogros, Maria Aparecida e Célio Taquary por me orientar em todas as minhas decisões.

Às minhas amigas que se traduzem como irmãs, Mara, Elen, Elen Gardênia, Erika, Elisângela, Viviane, Andressa, Letícia, Haihani e Luana por me encorajar a concretizar esse e todos os meus sonhos.

Às minhas sobrinhas Ana Clara, Lira e Melissa e ao meu afilhado Igor por me distrair e fazer rir nas horas tristes.

RESUMO

DENISE VIEIRA DA SILVA TAQUARY. **Responsabilidade Socioambiental: Práticas e Desafios nas Indústrias Moveleiras de Goiás.** Dissertação, 2010. 137f – Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Farias. Goiânia, 2010.

Para alcançar o desenvolvimento regional e sustentável é preciso alinhar as estratégias com responsabilidade socioambiental empresarial. A forma errônea de como o mundo está sendo explorado e, a diversidade e quantidade de resíduos gerados por dia pelas pessoas e pelas empresas, são motivos de estudos e pesquisas que objetivam criar forma para minimização do impacto negativo da produção ao meio ambiente. O presente estudo procurou conhecer as práticas e principais desafios da indústria moveleira do estado de Goiás, na implantação de uma gestão socioambiental empresarial, por meio da realização de uma pesquisa de campo. O trabalho abordou os principais motivos e acontecimentos históricos que alertaram para necessidade de alcançar o desenvolvimento sustentável e apresentou algumas ferramentas que auxiliam na busca de uma gestão socioambiental responsável. Em seguida, foram abordados os aspectos nacionais e internacionais da indústria moveleira e a atuação do poder público no quesito sustentabilidade. Por último, foi apresentado a metodologia utilizada e o resultado obtido na pesquisa realizada. A conclusão deste estudo revelou que o setor moveleiro do estado de Goiás é carente de informações e ações de incentivo rumo ao desenvolvimento sustentável e que os órgãos públicos e entidades não governamentais deveriam se juntar na implantação de projetos e programas que estimulem os empresários a investir na gestão socioambiental corporativa.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional. Responsabilidade socioambiental. Indústria moveleira do estado de Goiás.

ABSTRACT

Denise Vieira da Silva Taquary. Social and Environmental Responsibility: Practices and Challenges in the Furniture Industry of Goiás. Essay, 2010. 137f - Masters in Regional Development of Faculdade Alves Farias. Goiânia, 2010.

It is essential to align the strategies with corporate social responsibility in order to achieve sustainable regional development. The erroneous way of how the world is being explored and the diversity and quantity of waste produced a day by the people and companies are reasons for studies and research that aim to create approaches to minimize the negative impact on the environment. This survey aimed to grasp the practices and main challenges of the furniture industry in the state of Goiás as well as the implementation of a social management business through the a field research. The paper addressed the main historical events and motives that brought about the need to achieve sustainable development and also presented some tools that assist in finding a responsible social and environmental management. Were then discussed aspects of national and international furniture industry and the role of government in relation to sustainability. Finally, the methodology was presented and the outcomes taken in the survey. The conclusion of this study showed that the furniture sector in the state of Goiás is lacking in information and incentive actions towards sustainable development and that government agencies and non-governmental entities should join in the implementation of projects and programs that encourage entrepreneurs to invest in corporate social and environmental management.

Keywords: Regional development. Social and Environmental responsibility. Furniture industry in the state of Goiás.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos e visões sobre desenvolvimento sustentável.....	25
Quadro 2 - Versão popular do triple <i>bottom line</i> (pessoas, planeta e lucro).....	26
Quadro 3 - Estágio para alcançar a responsabilidade social.....	29
Quadro 4 - Regulamento da norma SA 8000.....	34
Quadro 5 - Princípios de eficiência, eficácia e efetividade.....	37
Quadro 6 - Classificação dos Resíduos.....	39
Quadro 7 - Etapas para implantar a produção limpa.....	41
Quadro 8 - Definição dos eventos do SIGA	45
Quadro 9 - Indicadores Ethos de responsabilidade social	46
Quadro 10 - Indicadores GRI.....	48
Quadro 11 - Norma para rotulagem ambiental.....	50
Quadro 12 - Gestão no contexto da responsabilidade socioambiental.....	52
Quadro 13 - Principais pólos moveleiros no Brasil.....	63
Quadro 14 - Linhas estratégicas da Agenda 21 brasileira e dimensões da sustentabilidade.....	67
Quadro 15 - Principais leis ambientais brasileiras.....	69
Quadro 16 - Metas e Objetivos do plano de desenvolvimento do APL moveleiro de Goiânia e região metropolitana.....	76
Quadro 17 - Comportamento dos empresários frente ao convite.....	80
Quadro 18 - Empresas participantes da pesquisa.....	80
Quadro 19 - Divisão do instrumento de coleta de dados.....	81
Quadro 20 - Ações de responsabilidade socioambiental para o setor moveleiro em Goiás ..	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas certificadas pela ISO 9000 e 14000.....	35
Tabela 2 - Produção mundial de 2008 da indústria moveleira.....	56
Tabela 3 - Consumo mundial de 2008 da indústria moveleira.....	56
Tabela 4 - Exportação mundial de 2008 da indústria moveleira.....	57
Tabela 5 - Importação mundial de 2008 da indústria moveleira.....	57
Tabela 6 - Produção nacional por linha de móveis.....	59
Tabela 7 - Exportação brasileira de móveis de madeira em volume e em valores.....	60
Tabela A1 - Número de funcionários.....	83
Tabela A2 - Porte da empresa.....	84
Tabela A3 - Ano de início das atividades da empresa.....	85
Tabela A4 - Atuação da empresa na área de exportação.....	86
Tabela A5 - Principais produtos.....	87
Tabela A6 - Onde a empresa está estabelecida.....	88
Tabela A7 - Quanto tempo está na região.....	89
Tabela B1 - Cargo do respondente.....	90
Tabela B2 - Sexo do respondente.....	91
Tabela B3 - Idade do respondente.....	92
Tabela B4 - Experiência do respondente no setor moveleiro.....	93
Tabela B5 - Tempo do respondente na empresa.....	94
Tabela C1 - Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.....	95
Tabela C2 - Conhecimento sobre gestão socioambiental empresarial.....	96
Tabela C3 - Projetos de responsabilidade social.....	97
Tabela C4 - Projetos de responsabilidade ambiental.....	98
Tabela C5 - Gestão de resíduo.....	99
Tabela C6 - Destino dos resíduos.....	100
Tabela C7 – Formas de declarar que atua com responsabilidade socioambiental.....	101
Tabela C8 - Análise do impacto do processo produtivo frente ao meio ambiente.....	102
Tabela C9 - Realiza treinamento sobre cultura do desperdício.....	103
Tabela C10 - Monitoramento do fornecedor.....	104
Tabela C11 - Programa de minimização dos recursos naturais.....	105
Tabela C12 - Investimento em tecnologia	106
Tabela C13 - Incentivo a reciclagem após uso final do produto.....	107
Tabela C14 - Investimento de embalagem de menos agressão ao meio ambiente.....	108
Tabela C15 - Divulgação dos princípios éticos.....	109
Tabela C16 - Ferramenta de apoio a gestão socioambiental.....	110
Tabela C17 - Ferramenta utilizada na gestão socioambiental.....	111
Tabela D1 - Inovações de produtos/processos.....	112
Tabela D2 - Calculo da quantidade de resíduo gerado.....	113
Tabela D3 – Quantidade de resíduo gerado.....	114
Tabela D4 - Incentivo governamental ao desenvolvimento sustentável.....	115
Tabela D5 - Instituição de apoio.....	116
Tabela D6 - Já utilizou de benefício de órgão público.....	117
Tabela D8 - Prêmio relacionado a gestão socioambiental.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico A1 - Número de funcionários.....	83
Gráfico A2 - Porte da empresa.....	84
Gráfico A3 - Ano de início das atividades.....	85
Gráfico A4 - Atração da empresa na área de exportação.....	86
Gráfico A5 - Principais produtos.....	87
Gráfico A6 - Onde a empresa está estabelecida.....	88
Gráfico A7 - Quanto tempo está na região.....	89
Gráfico B1 - Cargo do respondente.....	90
Gráfico B2 - Sexo do respondente.....	91
Gráfico B3 - Idade do respondente.....	92
Gráfico B4 - Experiência do respondente no mercado moveleiro.....	93
Gráfico B5 - Tempo do respondente na empresa.....	94
Gráfico C1 - Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.....	95
Gráfico C2 - Conhecimento sobre gestão socioambiental empresarial.....	96
Gráfico C3 - Projetos de responsabilidade social.....	97
Gráfico C4 - Projetos de responsabilidade ambiental.....	98
Gráfico C5 - Gestão de resíduo.....	99
Gráfico C6 - Destino dos resíduos.....	100
Gráfico C7 - Formas de declarar que atua com responsabilidade socioambiental.....	101
Gráfico C8 - Análise do impacto do processo produtivo frente ao meio ambiente.....	102
Gráfico C9 - Realiza treinamento sobre cultura do desperdício.....	103
Gráfico C10 - Monitoramento do fornecedor.....	104
Gráfico C11 - Programa de minimização dos recursos naturais.....	105
Gráfico C12 - Investimento em Tecnologia.....	106
Gráfico C13 - Incentivo a reciclagem após uso final do produto.....	107
Gráfico C14 - Investimento no aperfeiçoamento da embalagem.....	108
Gráfico C15 - Divulgação dos princípios éticos.....	109
Gráfico C16 - Ferramenta de apoio a gestão socioambiental.....	110
Gráfico D1 - Inovação de produto/processo.....	112
Gráfico D2 - Cálculo da quantidade de resíduo gerado.....	113
Gráfico D3 - Quantidade de resíduo gerado.....	114
Gráfico D4 - Incentivo governamental ao desenvolvimento sustentável.....	115
Gráfico D5 - Instituição de apoio.....	116
Gráfico D6 - Incentivo público a gestão socioambiental.....	117
Gráfico D8 - Prêmio relacionado a gestão socioambiental.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O caminho para o desenvolvimento.....	21
Figura 2 - Questões ambientais x problemas	24
Figura 3 – Transformação do verde em ouro.....	30
Figura 4 - Metodologia ZERI.....	32
Figura 5 - Princípios da gestão ecológica.....	32
Figura 6 - Pilares do SGI.....	35
Figura 7 - Ecoeficiência.....	36
Figura 8 – Produção limpa.....	40
Figura 9- Processo da produção mais limpa.....	42
Figura 10- Etapas da contabilidade ambiental.....	44
Figura 11- Indicadores de desempenho da gestão socioambiental.....	46
Figura 12-Modelo de gestão socioambiental.....	53
Figura 13- Matéria-prima e resíduos da indústria moveleira.....	54
Figura 14- Produção mundial de móveis.....	57
Figura 15- Indústria moveleira por estado.....	59
Figura 16: Comércio exterior de móveis	61
Figura 17- Modelo de gestão socioambiental das indústria moveleira de Bento Gonçalves ...	62
Figura 18- Subsistema da indústria moveleira.....	63
Figura 19- Concentração de fabricantes de móveis no Brasil.....	65
Figura 20- Princípios da Agenda 21 Brasileira.....	68
Figura 21- Sistema nacional de meio ambiente.....	70

LISTA DE SIGLAS

ONU: Organização das nações unidas

CMMAD: Comissão mundial do meio ambiente e desenvolvimento

NEPA: *National environmental Policy act*

ONG: Organização não-governamental

MDF: *Médium density fiberboard*

ABIMOVEL: Associação brasileira da indústria do mobiliário

SINDIMOVEL: Sindicato das indústrias moveleira do mobiliário

SEBRAE: Serviço de apoio às micros e pequenas empresas

ABNT: Associação brasileira de normas técnicas

ISO: *International organization for standardization*

INMETRO: Instituto nacional de metrologia, normatização e qualidade total

IBGE: Instituto brasileira geografia e estatística

PNUMA: Programa das nações unidas para o meio ambiente

PIB: Produto interno bruto

GSE: Responsabilidade socioambiental estratégica

RSC: Responsabilidade social corporativa

SGA: Sistema de gestão ambiental

SGI: Sistema de gestão integrada

WBCSD: Conselho organizacional mundial para o desenvolvimento sustentável

ACV: Análise do ciclo de vida

P+L: Produção mais limpa

FIEG: Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

BS: Balanço social

SIGA: Sistema de informação contábil ambiental

GRI: *Global reporting inetiative*

FSC: Florest stewardrhip counci

MDIC: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio

NBR: Normas técnicas de regulamentação

PSA: Pagamento por serviço ambiental

SEMAGO: Superintendência estadual do meio ambiente de Goiás

FEMAGO: Fundação estadual do meio ambiente

CTRS: Conselho temático de responsabilidade social

SESI: Serviço social da indústria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 - O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE	19
1.1 Gestão Sustentável Corporativa	30
2 - A INDÚSTRIA MOVELEIRA E OS ASPECTOS DA GESTÃO PÚBLICA RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	54
2.1 Aspectos da indústria moveleira no mundo.....	55
2.2 Aspectos nacional da indústria moveleira	58
2.3 Políticas publicas e a responsabilidade socioambiental empresarial.....	65
3 – PESQUISA DE CAMPO: Responsabilidade Socioambiental: Práticas e Desafios nas Indústrias Moveleiras De Goiás	77
3.1 Procedimentos Metodológicos	77
3.2 Configuração do <i>Locus</i> da pesquisa	78
3.3 Configuração da população, universo e amostra.....	79
3.4 Coleta de Dados.....	81
3.5 Apresentação e interpretação dos resultados	82
3.5.1 Bloco A – Características da Empresa	82
3.5.2 Bloco B – Perfil do Respondente	89
3.5.3 Bloco C – Desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental empresarial no setor moveleiro	94
3.5.4 Bloco D – Aspectos industriais e incentivos públicos.....	111
3.6 Síntese Geral dos Blocos.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
12 REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	124
APÊNDICE 1	131
APÊNDICE 2	132
ANEXO 1	135
ANEXO 2	136

INTRODUÇÃO

Com o ritmo acelerado da globalização, surge um novo desafio para a sociedade como um todo, o de preservar o planeta e as espécies. A maneira como o sistema de produção está sendo conduzido vem provocando um impacto negativo ao meio ambiente.

Esses impactos negativos ao meio ambiente acontecem, entre outros, com a geração de lixo exacerbada, o desperdício de água, a devastação das florestas, a incapacidade dos órgãos públicos no saneamento básico e controles das leis, a irresponsabilidade do homem na gestão das empresas e, principalmente, a exploração inadequada dos recursos, formando um quadro de incertezas e obscuridade e de difícil solução.

Neste sentido, considerando que as empresas são agentes do desenvolvimento econômico e potenciais promotoras de degradação ambiental e, que a responsabilidade ambiental e social das mesmas é avaliada pela sociedade em geral, a aplicabilidade de soluções e programas que defendam tanto o meio ambiente, quanto a sociedade, pode ser entendida como uma saída para a situação devastadora vivida no mundo atual.

Sendo assim, o estudo sobre o tema gestão socioambiental alinhado a estratégia empresarial, remete à reflexão de que as conseqüências negativas ao meio ambiente do processo produtivo poderão diminuir e que gerações futuras poderão sobreviver neste ambiente de intensas mudanças, uma vez que a responsabilidade socioambiental traz vantagens competitivas à empresa que a implanta. Nesse sentido, a inovação de processos e produtos alinhados a lucratividade permite um diferencial competitivo e permanência no mercado de negócios, além de satisfazer a sociedade de consumidores que estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade.

Nesse contexto, a motivação pela escolha do tema ora proposto, se deu em função da pesquisadora atuar profissionalmente em uma das indústrias moveleira do estado de Goiás e então, poder vivenciar que este segmento, por natureza da própria atividade, proporciona impactos agressivos ao meio ambiente e também ao desafio da sustentabilidade.

O desafio da sustentabilidade, tema central do capítulo a seguir, consiste em propor uma equalização na economia capitalista, que destrói drasticamente a natureza, cujas perdas não possuem condições de serem repostas, promovendo assim, o fim das espécies animais, das plantas e de tudo que existe vivo no planeta.

O fenômeno que envolve o aquecimento da terra, derretimento das geleiras, desigualdades sociais, a degradação da camada de ozônio, as mudanças climáticas, a redução da biodiversidade, as transformações dos produtos com produtos tóxicos, radiação, o

aquecimento global, fizeram com que se repensasse em uma nova forma de administrar o planeta. Índícios, como chuva forte ou ácida, alagamentos, calor intenso, terremotos e maremotos, degelo das calotas polares, permite a reflexão de que o planeta não suportará a degradação da economia capitalista existente.

Apesar da preocupação com a questão ambiental do planeta se expresse há muito tempo, somente em 1988, quando a ONU criou a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que se tornou mais evidente a necessidade de ação contra a destruição do planeta. Assim, a primeira lei de avaliação de impacto ambiental, conhecida como *National Environmental Policy Act (Nepa)*, surgiu nos Estados Unidos, em 1968. Já no Brasil, a primeira lei a tratar da questão ambiental surgiu em 1972, quando o Banco Mundial exigiu uma avaliação de impacto ambiental para financiamento do projeto na cidade de Sobradinho, no nordeste do país.

Na atualidade, é possível contribuir de várias formas com o desenvolvimento sustentável. Uma delas é o direcionamento das ações das empresas com alguma ferramenta ou conceito que possa auxiliar na minimização dos impactos negativos causados pela produção ao meio ambiente, como por exemplo, o desmatamento e poluição. Sendo assim, a indústria moveleira, objeto de estudo do presente trabalho, cuja característica das atividades é demarcada pela elevada quantidade de descarte de resíduos sólidos, altamente agressivo para o meio ambiente, remete à reflexão de que as empresas deste segmento pratiquem ações socioambientais.

O setor moveleiro, eixo central do capítulo dois, tem destaque na economia brasileira, por promover geração de empregos e renda, tornando-se especial por seus diferentes processos para produção. Todavia, esses processos diversificados de produção, geram diferentes tipos de resíduos, necessitando de diferentes equipamentos para funcionar e sua principal matéria-prima é a madeira, e os derivados dela.

No Brasil, é constante o crescimento do setor moveleiro, gerou em 2008, cerca de 220 mil postos de trabalho, ou seja, 2,2% do total nacional; produziu 354 milhões de peças; faturou 20,2 bilhões; exportou US\$ 968 milhões; importou US\$ 407 milhões e, investiu R\$ 598 milhões no mesmo.

Os países que mais recebem a produção brasileira do setor moveleiro, são os Estados Unidos e Argentina. Já os estados que mais contribuíram para exportação em 2008, foram o de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. O estado de Goiás nem é citado no cenário de exportação, apenas no de importação também nesse mesmo ano.

É possível inferir que para alcançar o desenvolvimento sustentável, por meio das ferramentas de gestão para a sustentabilidade, se faz necessário que políticas públicas sejam estabelecidas em escala nacional, uma vez que o poder público é quem direciona as regras da economia para o desenvolvimento do país e do mundo.

Estudos revelam que no Estado de Goiás, a preocupação com o meio ambiente se intensificou nos anos 40, onde a devastação ocupou espaço do solo produtivo. Neste momento, as leis federais que vigoravam no estado não supria a necessidade de fiscalização como um todo, preocupava-se apenas com a fauna. Então, em 1976 criou-se a Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Goiás (SEMAGO).

Tendo em vista o estado de Goiás não possuir dado e informações estatísticas suficientes e esclarecedoras sobre a gestão socioambiental das empresas moveleira, houve o incentivo para saber se existe práticas voltadas para a responsabilidade socioambiental nas indústrias moveleiras nesse estado brasileiro, e quais seriam os principais desafios. Para concretizar o pensamento da preocupação com o fim do planeta e das espécies. Apesar do segmento escolhido, Indústria Moveleira, possui significativa importância na econômica brasileira, ocupando o 9º lugar em qualidade de vida, segundo ABIMOVEL(2009) no entanto, aguça relevantes problemas.

Tendo em vista que o setor moveleiro possui notável potencial de impactos negativos ambientais originados de suas atividades, uma vez que a principal matéria-prima é o MDF¹ - *Medium-density fiberboard* e o Aglomerado, derivados de madeira, logo, justifica-se a necessidade em saber como as indústrias moveleiras do estado de Goiás administram esse assunto em suas gestões. Outro fator preocupante do segmento moveleiro é a diversidade de resíduo gerado. Será que existe gestão de resíduo? Onde os mesmos estão sendo depositados? Em relação a gestão do poder público, no estado de Goiás existem programas de incentivos a gestão sustentável? Os empresários conhecem? Existe interesse por parte dos empresários do setor em investir na inovação de processo e produtos visando a minimização do impacto negativo da produção ao meio ambiente? Em relação aos fornecedores, existe parceria que contribua para isso? As empresas possuem ferramentas de gestão que visa a responsabilidade socioambiental?

¹ MDF - *Medium-density fiberboard* é fabricado através da aglutinação de fibras de madeira com resinas sintéticas e outros aditivos. as placas de madeira são coladas umas as outras com resina e fixadas através de pressão.

Mediante a este cenário, e a partir dos questionamentos sobre se existem práticas de responsabilidade socioambiental nas indústrias moveleiras de Goiás e quais os principais desafios encontrados, o presente estudo teve como objetivo geral identificar a percepção dos empresários do setor moveleiro, sobre o assunto gestão socioambiental corporativa, além de buscar conhecer as práticas e principais desafios da responsabilidade socioambiental. Já os objetivos específicos, buscaram identificar a existência de incentivo do poder público neste aspecto para as indústrias moveleiras e também oferecer subsídeo para o setor ora estudado na busca da gestão responsável nos aspectos sociais e ambientais.

Para que o problema de pesquisa pudesse ser resolvido e os objetivos atingidos, o presente estudo empregou uma metodologia exploratória, de cunho qualitativo, utilizando como método a pesquisa de campo, aplicando a técnica do questionário que se configurou como o instrumento de coleta de dados. O *locus* da pesquisa se resumiu nas indústrias moveleiras localizadas nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia. A opção pelo *locus* se justificou pelo fato das empresas nele localizadas serem participantes de projetos apoiados pelo SEBRAE/GO E SINDMÓVEIS. Sendo assim, foi possível inferir que as mesmas são atuantes como investidoras na busca pelo desenvolvimento e crescimento empresarial.

Quanto à população, universo e amostra da pesquisa, foi possível identificar que existem no Brasil 16.112 micro e pequenas empresas de móveis segundo IBGE (on line, 2003) e em Goiás são 660 indústrias moveleira de acordo com o SINDMOVEIS/GO (2009). A pesquisa de campo, inicialmente, objetivou atingir um universo de 50 dessas empresas, porém, o presente estudo acabou configurando-se em uma amostra de apenas 19 empresas participantes. Os sujeitos da pesquisa foram os empresários ou dirigentes do segmento moveleiro.

Após a discussão e a interpretação dos resultados obtidos com a pesquisa de campo, foi possível emitir as considerações finais.

Por ser um tema que vem sendo explorado na literatura, a expectativa é de que o presente trabalho possa refletir sua relevância acadêmica, social e profissional, uma vez que os dados empíricos trazidos à realidade poderão servir de subsídios para que outros estudiosos interessados na temática reflitam, discutam e aprofundem as investigações deste processo.

Para atender ao que se expõe nesta introdução, esta dissertação está composta, em seus elementos textuais, por este componente introdutório e mais três capítulos. O primeiro que destaca alguns conceitos sobre a busca e desafios do desenvolvimento sustentável e, também as vantagens em aplicar ferramentas que visam a gestão da responsabilidade socioambiental. O

segundo aborda relatando as características nacionais e internacionais do setor moveleiro além de mostrar a atuação da gestão pública neste aspecto.

No terceiro capítulo são apresentados os dados coletados na pesquisa empírica, bem como a interpretação dos mesmos, construindo-se uma síntese interpretativa.

Algumas considerações fecham os estudos realizados, evidenciando o alcance ou não dos objetivos, a pertinência ou não dos procedimentos metodológicos e os saberes advindos de tarefa proposta.

1. O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Na concepção de Lavorato (2008), a vida propõe uma equação que não possui solução, pois sendo o planeta finito e a economia capitalista, esta destrói cegamente a natureza, segundo a qual não possui condições de repor as perdas. Dessa forma, a autora chama atenção para a possibilidade do fim das espécies animais, das plantas e de tudo que existe.

Reforçando a concepção de Lavorato, Ashley (2003) destaca que embora a preocupação com o planeta se expresse há muito tempo, somente em 1988, quando a ONU criou a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), tornou-se mais evidente a necessidade de ação contra a destruição do planeta. Assim, a primeira lei de avaliação de impacto ambiental, conhecida como *National Environmental Policy Act (Nepa)*, surgiu nos Estados Unidos, no ano de 1968. Logo, as primeiras leis brasileiras a tratar da questão ambiental surgiram no ano de 1937, que organizava a proteção do Patrimônio Histórico e no ano de 1965 com a Lei que determina a proteção de florestas nativas. (DIAS, 2010).

No mesmo direcionamento de Lavorato, Dias, Pereira e Cruz (2007) afirmam que apesar do conceito de sustentabilidade ter se difundido apenas no final da década de 80, no Brasil, surgiu com força maior somente na década de 90, juntamente com o conceito de responsabilidade socioambiental corporativa, que teve maior força de expressão no evento realizado no Rio de Janeiro pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no ano de 1992.

Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.87) relatam que a forma da economia, baseada no capitalismo, possui alguns princípios que provoca e está provocando o desequilíbrio ambiental. Ainda segundo o autor, esses princípios se resumem em: propriedade privada, livre organização e liberdade de escolha, que para o bom funcionamento precisam do “capital, produção, distribuição, preço, concorrência, risco e lucro.” Logo, pode-se remeter a reflexão de que as empresas serão cobradas de perto sobre as atitudes responsáveis na gestão.

Outro aspecto preocupante está na transparência de informações. Segundo Goleman (2009, p.2) tudo que compramos “possui uma história pregressa e um destino que nossos olhos não vêem”. Analisar o impacto de todas essas coisas que consumimos, desde a extração, o processamento e o destino final, priorizando o comprometimento de cada empresa em posicionar o cliente de informações confiáveis sobre os seus produtos, infere-se que poderá

minimizar o impacto negativo da produção ao meio ambiente. E para o setor moveleiro esta análise também será significativa.

Goleman ainda aponta a possibilidade de que muitos produtos se passam por verdes, mas na verdade, a responsabilidade socioambiental é apenas aparente e que produtos com preço muito barato escondem o descuido com o meio ambiente e ao próximo. Se todos soubessem de todas as informações sobre determinado produto, o mesmo poderia custar o seu valor real, afirma o autor.

No mesmo direcionamento de Goleman, Leonard (2009), apresentou um documentário ‘história das coisas’, uma discussão sobre o verdadeiro sistema em que realmente se vive e o que é apresentado. A autora relata que após a segunda guerra mundial criou-se uma nova cultura chamada de a ‘nação dos consumidores’, onde buscou encontrar uma forma de impulsionar a economia. Com isso, surgiu a teoria do consumismo, que segundo a autora, foi criada por um analista de vendas chamado Vitor e resume em:

A enorme economia produtiva exige que se faça do consumo a forma de vida, que torne a compra e o uso de bens em rituais e que se procure a satisfação espiritual na satisfação do consumo. Precisa-se que as coisas sejam consumidas, substituídas e descartadas para dar ritmo à economia. (LEONARD, 2009).

Ainda segundo a autora:

99% das coisas que se consome são descartados em menos de 6 meses, 33% do planeta desapareceu em menos de 3 anos, 40% da água do planeta está imprópria para o consumo, 75% das zonas de pescas estão sendo exploradas ao máximo, a floresta amazônica perde o equivalente a um campo de futebol por minuto e 100 mil tipos de produtos anunciados não se conhece o impacto deles no ser humano.

Diante deste contexto, a idéia de sustentabilidade e a preocupação com o fim do planeta vêm sendo divulgado e conceituado por muitos autores, autoridades e pessoas, onde na oportunidade surgiram relatos e declarações que comprovam ou emitem a reflexão sobre o assunto sobrevivência futura. Como exemplo, o relatório Brundtland, Declaração de Estocolmo, Rio-92, Avaliação Portuguesa, formulação da Agenda 21, que são descrições sobre a situação que se encontra o planeta e como ficará, caso as pessoas, empresas, líderes, dirigentes, comunidade não mudar a forma de pensamento, de gestão e de desenvolvimento.

O fenômeno que envolve o aquecimento da terra, derretimento das geleiras, desigualdades sociais, a degradação da camada de ozônio, as mudanças climáticas, a redução da biodiversidade, as transformações dos produtos com produtos tóxicos, radiação, o aquecimento global, fizeram com que se repensasse em uma nova forma de administrar o planeta. Esta ação é contraditória ao pensamento da década de 1960, onde se considerava que

os recursos naturais eram infinitos e que o fator meio ambiente não era uma variável de interferência na economia. (PEREIRA, 2008).

Estes indícios, como chuva forte ou ácida, alagamentos, calor intenso, terremotos e maremotos, degelo das calotas polares, permite a reflexão de que o planeta não suportará a degradação da economia capitalista existente.

Afirmações e relatórios surgiram e surgem a todo o momento retratando a preocupação com a continuação das espécies e do planeta, como a pesquisa, o limite do crescimento, elaborada pelos pesquisadores do Clube de Roma² em 1972, que afirmava que se o ritmo de produção mundial, que se resume em industrialização, poluição e degradação, continuasse na mesma velocidade, o planeta se esgotaria em 100 anos. (GODOY, 2010).

Contradizendo a preocupação dos pesquisadores do clube de Roma, Guevara *et al* (2009) afirmam que o aquecimento global é um fantasma oportuno para se conquistar fama e dinheiro. Os autores afirmam ainda que o modelo atual de produção não é o causador do aquecimento global e do fim do planeta, “que as pessoas estão a mercê do fantasma do aquecimento global e não do aquecimento global propriamente dito.” (GUEVARA, *ET AL*, 2009, P. 119).

Porém, Fernandes (2005) reafirma a conclusão dos pesquisadores do clube de Roma, que a descoberta de que a utilização desordenada dos recursos naturais deve respeitar um limite de segurança para que o bem-estar não seja comprometido.

No mesmo pensamento dos pesquisadores do Clube de Roma, Ignacy Sachs (on line, 2009) desenvolveu princípios que chamou de caminho para o desenvolvimento, onde relatou oito pontos de partida para se trabalhar, conforme relata a figura 1:



Figura 1 - O caminho para o Desenvolvimento
Fonte: Elaborado a partir de Ignacy Sachs (ON LINE, 2009)

² O Clube de Roma foi constituído em 1968, composto por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) compactuam com Sachs ao interpretarem os oito princípios no conceito de Ecodesenvolvimento, ao traduzirem como sendo um processo de inovação para transformação do meio com apoio de técnicas ecologicamente corretas, aproveitando as potencialidades deste meio, minimizando o desperdício e fazendo a satisfação de toda a sociedade, mesmo perante a diversidade de cultura.

Nesse mesmo direcionamento, a Organização das Nações Unidas (ONU, on line, 2009), criou em 1972 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA com o intuito de estimular ações nacionais e internacionais para a proteção ao meio ambiente e direcionar os países ao desenvolvimento sustentável. Na oportunidade, a ONU promoveu um encontro em Estocolmo, onde estipulou 26 princípios para introdução de práticas que equilibre desenvolvimento e preservação ambiental. Dentre os princípios estão o de defender os direitos humanos acima do colonialismo, preservar a capacidade do planeta em renovar os recursos naturais, ajudar os países em desenvolvimento, evitar a poluição aos oceanos, da fauna e da flora, melhorar sem estragar o meio ambiente, a política pública deve ser justa e não impedir o crescimento, manter um planejamento integrado de desenvolvimento, promover a educação ambiental usando a ciência e tecnologia a favor do meio ambiente, dentre outros.

Dessa forma, o documento usado na conferência, *Only one Earth: the care and maintenance of a small planet* (Uma Terra: o cuidado e a manutenção de um pequeno planeta), revela a incompatibilidade de gestão e de entendimento entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Todavia, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado somente em 1987, resultado de debates promovidos pela ONU, vindo ressaltar as idéias formatadas no encontro em Estocolmo no ano de 1972, que na oportunidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, no comando da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, emitiu um relatório chamado - Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, o qual propõe o conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo um modelo político “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. (ONU, ON LINE, 2009).

De acordo como o Relatório da Comissão Brundtland algumas ações imediatas deverão ser realizadas, dentre elas a minimização do crescimento populacional, assegurar os recursos básico, como água, energia e comida as gerações futuras, preservação total do planeta, otimização no uso de energia, integração entre produção e meio ambiente, dentre

outas. O relatório Brundtland alerta para a mudança radical na forma de produzir das empresas.

Outro evento que discutiu o que fazer para promover o desenvolvimento sustentável aconteceu em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, onde ficou conhecido como Rio-92. A Conferência reuniu 175 países e objetivou afirmar a filosofia do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio entre economia e preservação dos ecossistemas. Dentre os compromissos firmados e assuntos analisados, surgiu uma convenção sobre a mudança climática e outra sobre a biodiversidade e uma declaração sobre as florestas. Na oportunidade foi assinado o documento Agenda 21, que será estudado mais a frente, em políticas públicas, e Declaração do Rio nos quais concretizaram o conceito de desenvolvimento sustentável e definiu as responsabilidades e diretrizes para a prática do mesmo. A conferência, além de declarar a paz e o apoio ao desenvolvimento social durável, deu oportunidade as ONGs de participar e relatar a dura realidade da pobreza, desempenhando um papel fundamental dentro desse processo, ou seja, de fiscalizador e motivador das ações planejadas.

No mesmo contexto, Guevara *et al* (2009, p.64) relata que o conceito de desenvolvimento sustentável empresarial deve “ser pensado de forma global e implantado de forma local”, os autores relatam ainda que existem cinco direcionamentos sustentáveis para as decisões empresariais sobre a gestão social, a sustentabilidade social, que baseia na igualdade de direitos e de distribuição de renda, a sustentabilidade ecológica, que preza o cuidado com o planeta e o todo em sua volta, a sustentabilidade econômica, que tem como princípio a preocupação social para depois preocupar com o material, a sustentabilidade espacial, que baseia na distribuição por igual, dos direitos, tanto para rural como urbano e a sustentabilidade cultural, que rege pela padronização da globalização.

Já para Savitz (2007, p. 2), o desenvolvimento sustentável se resume em “uma empresa que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com que mantém interações.”

Dessa forma, norteado pelas definições e conceitos dos autores, o presente trabalho busca estudar a sustentabilidade empresarial, a partir das políticas públicas estabelecidas no desenvolvimento de ações sustentáveis, permite a reflexão de que as empresas moveleiras poderão se tornar empresa sustentável.

Dentre os resultados destes encontros e pesquisas estão vários acordos e projetos, nos quais são essenciais ressaltar, a Agenda 21 global, que será estudada em outro momento, o protocolo de Kyoto, que consiste em um tratado internacional para redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, ou seja, o aquecimento global. A convocação a esse

compromisso aconteceu em Kyoto, no Japão em 1997, onde a meta para os países desenvolvidos, principalmente, é diminuir em 5,2% em relação a 1990, até 2012. (SGG, ONLINE, 2009).

Nascimento, Lemos e Mello (2008) também relatam que o início da preocupação traz uma esperança a favor da incerteza, que mesmo antes da Conferência de Estocolmo, em 1972, um cientista por nome de Pigou³ iniciou um questionamento sobre custos ambientais, no ano de 1920, que os mesmos não estavam inseridos nos custos para venda. Surgiu então a idéia sobre tributos ambientais para compensar a deterioração ambiental. De acordo com os autores, Pigou detectou que existia uma valha de mercado que ele denominou de externalidades, que era os danos causados com o uso dos recursos naturais, dentro do processo econômico que não eram computados na hora de fazer o preço de venda. Para ele o Governo deveria cobrar imposto sobre o uso destes recursos e dos danos causados na sua utilização.

Esty e Winston (2008) em concordância com os autores Nascimento, Lemos e Mello, no relato de Pigou, trazem em seu livro as dez maiores questões ambientais, que se resumem em: Mudanças Climáticas, Energia, Água, Biodiversidade e Utilização da Terra, Substâncias Químicas, Tóxicas e Metais Pesados; Poluição atmosférica; Gestão de Resíduos; Depleção da Camada de Ozônio, Oceanos e Pescas e Desmatamento.

Goleman (2009) traz os mesmos conceitos de Esty e Winston, porém os dividem para melhor análise e entendimento, conforme exemplifica a figura 2:

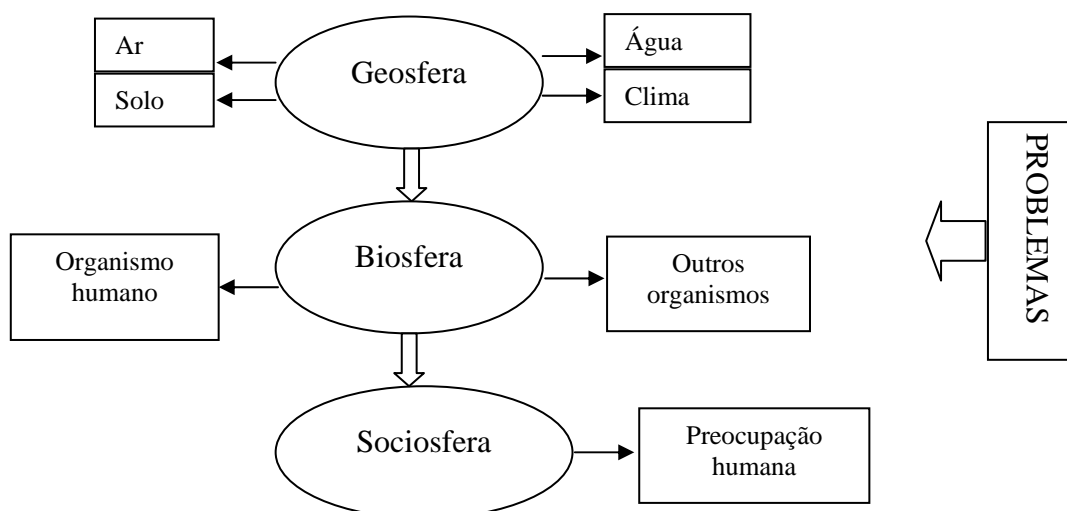


Figura 2 - Questões ambientais x problemas
Fonte: Elaborado a partir de GOLEMAN (2009, p.50)

³ Arthur Cecil Pigou foi um economista inglês que desenvolveu o conceito da taxa de Pigou, uma medida do estado para influenciar o comportamento de agentes econômicos no mercado e formulou o efeito de Pigou, que explica o aumento da demanda para bens de consumo num período de deflação.

Dentro do contexto de diminuir a poluição e minimizar os impactos negativos da produção industrial, Berna (2007) afirma que é preciso *Repensar* – repensar o comportamento e mudar os hábitos, descobrindo como economizar e evitar a geração do lixo, *Reduzir* - reduzir o consumo de produtos não recicláveis, *Reaproveitar* - reaproveitar materiais e *Reciclar*- reciclar os resíduos. Esty e Winston (2008), completa o pensamento de Berna e explica que além de utilizar a metodologia de repensar, reduzir, reaproveitar e reciclar, precisa-se acrescentar duas novas prioridades que são *Redesenhar* – redesenhar o como fazer e o que fazer e *Reimaginar* – Reimaginar os processos e produtos. Usar a inovação para mudar o direcionamento dos processos, buscando vantagem na perspectiva ambiental e descobrindo oportunidades de agregar valor a gestão da empresa.

Dentro do conjunto de idéias sobre o desenvolvimento sustentável, surgiram-se vários conceitos de sustentabilidade, originado de estudiosos preocupados com o fator vida no planeta. Segue no quadro 1 alguns conceitos e visões citados para definir e retratar o desenvolvimento sustentável.

Quadro 1 - Conceitos e visões sobre o desenvolvimento sustentável

CONCEITOS	John Elkington	O equilíbrio dos resultados econômico-financeiros, com resultados ambientais e sociais.
	Andrew Savitz.	O ponto de intersecção entre os negócios e os interesses da sociedade e do planeta.
	Daniel Goleman	Entender os sistemas naturais ao redor, adaptando-se a eles e desenvolvendo estilos de vida que permitem uma melhor interação com esses sistemas.
VISÃO	Henry Brown	Nós não herdamos a terra de nossos pais, mas a pegamos de empréstimo de nossos filhos
	Mohan Munasinghe.	Está claro que o modelo de desenvolvimento esgotará a vida do planeta
	Takeshy Tachizawa	O novo paradigma precisa ser acompanhado por uma mudança de valor, passando da expansão para conservação, da quantidade para a qualidade, da dominação para parceria

Fonte: Elaborado a partir de (2009, on line, Goleman, 2009, Tachizawa, 2008)

O conceito de desenvolvimento sustentável reflete as bases do desenvolvimento econômico, o que difere do crescimento econômico. Nascimento, Lemos e Mello (2008) trazem que o crescimento econômico diz respeito ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), destacando a produção e o consumo. Já o desenvolvimento econômico exige um aumento na produção dos setores primários e secundários proporcionando distribuição de renda mais igualitária.

Dentre os pensamentos sobre desenvolvimento sustentável, Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 66) formulam o mesmo como tendo três dimensões: “a econômica, a social e a ambiental, refletindo a harmonia entre os três conceitos, justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica.”

Nesse mesmo direcionamento, Elkington (1994) colaborou com o pensamento do desenvolvimento sustentável quando inseriu a importância do papel das empresas na implantação desse conceito, criando o termo "*triple bottom line*": combinação dos resultados econômicos, com a idéia de que as empresas devem medir o valor que geram, ou destroem, nas dimensões econômica, social e ambiental, onde a versão popular para essa metodologia ficou conhecida como "PPP - people, planet and profit" (pessoas, planeta e lucro), conforme mostra o quadro 2:

Quadro 2 - Versão popular do *triple bottom line* (pessoas, planeta e lucro)

INDICADORES TÍPICOS	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS	SOCIAIS
	Vendas, lucro, ROI	Qualidade do ar	Práticas trabalhistas
	Impostos Pagos	Qualidade da água	Impactos sobre a comunidade
	Fluxos monetários	Uso de energia	Direitos humanos
	Criação de empregos	Geração de resíduos	Responsabilidade pelos produtos
	TOTAL	TOTAL	TOTAL

Fonte: Adaptado a partir de www.itaufinancassustentaveis.com.br (2009)

Savitz (2007, p.5) remete a mesma reflexão de Elkington, dizendo que o “Tríplice Resultado capta a essência da sustentabilidade.” Savitz ainda relata que uma empresa sustentável “é aquela que gera lucro ao mesmo tempo que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas.”

Todavia, Guevara, *et al* (2009, p.8) mostra uma preocupação que eles retratam como “prosperidade artificial e o consumo predatório”. Acabar com a cultura do consumismo vivendo na inocência do que o amanhã será o mesmo constitui um desafio para a construção do desenvolvimento sustentável.

No sentido de construir uma nova cultura da sustentabilidade, como relatado nas conferências Rio-92 e Estocolmo, relatório de Brundtland e nas ações propostas pela Agenda 21 Global, a construção do desenvolvimento sustentável não diz respeito apenas as grandes empresas e Bancos e da Organização das Nações Unidas (ONU), mas segundo Nascimento, Lemos e Mello (2008), depende da atitude de cada indivíduo. Isso significa proteger, valorizar, manter o ambiente natural, para que se possa viver da renda e não do capital natural.

No mesmo direcionamento de Nascimento, Lemos e Mello, Hawken e Lovins (on line, 2010) defendem o capital natural que possui quatro estratégias para prosperidade do mundo; aumento da produção diminuindo o uso de matéria-prima e custos, eliminar os resíduos e diminuir a reciclagem, investir na economia de serviços e de fluxos, e no capital natural.

Essa concepção de pensamento dos autores permite a reflexão de que as empresas e as pessoas deverão utilizar das duas linhas de raciocínio para conseguir o desenvolvimento sustentável. A não utilização do capital natural e a utilização do mesmo de forma consciente.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) citou a necessidade da participação das pessoas e das empresas neste processo de implantação do desenvolvimento sustentável. Logo, a esse processo os autores definiram como sendo a Gestão Socioambiental Estratégica de uma organização, e reforçam que:

A inserção da variável socioambiental ao longo de todo processo gerencial de planejar, organizar, dirigir e controlar, utilizando-se das funções que compõem esse processo gerencial, bem como das interações que ocorrem no ecossistema do mercado, visando a atingir seus objetivos e metas da forma mais sustentável possível (NASCIMENTO, LEMOS E MELLO, 2008, P.18).

No mesmo pensamento de Nascimento, Lemos e Mello , Tachizawa (2007) interpreta a gestão socioambiental como atitude natural das empresas ao novo cenário verde, exigência dos clientes, consumidores e da própria sociedade. O autor relata, que razões para implantar a gestão socioambiental não são apenas para cumprir a legislação vigente, mas para melhorar a qualidade dos produtos e serviços, melhorar a competitividade, inclusive das exportações, atenderem o apelo da sociedade e consumidores verdes e para melhorar a própria imagem. O autor ainda resume a responsabilidade social e ambiental como uma concepção de relacionamento efetivo entre social e econômico para o alcance do desenvolvimento sustentável. A satisfação do cliente e o bem-estar da comunidade dependem de ações confiáveis de respeito ao planeta e ao próximo. Para o autor, a gestão ambiental é uma resposta natural das empresas ao novo cliente, consumidor verde e ecologicamente correto. É a passagem de uma cultura mecanicista para uma cultura sistêmica.

Na mesma visão de Nascimento, Lemos e Mello e Tachizawa, Seiffert (2008) relata que a reputação das empresas que incorporam a gestão socioambiental em suas estratégias, se destacam positivamente perante as demais e traz benefícios a todos ao seu redor. Segundo a Autora, o interesse da sociedade não se resume apenas na qualidade do produto, mas pelo processo que o produziu, se foi ecologicamente correto.

No mesmo direcionamento de Seiffert, Guevara *et al* (2009) enfatizam a importância das empresas mostrarem ousadia em inovar seus processos e repensar a política de gestão em

prol da responsabilidade socioambiental, logo, para os autores, as empresas sairão na frente ao implantar ações que resultam em proteção ao meio ambiente e irão evoluir do paradigma da competição para o da colaboração.

Goleman (2009) converge para a mesma reflexão de Guevara *et al* e Seiffert, e alerta que usar o pensamento da inteligência ecológica permite o entendimento e o aprendizado até os dias de hoje para causar menos danos ao planeta, vivendo de forma sustentável.

Segundo o autor, a inteligência ecologia é o despertar para nova cultura, é conhecer o desconhecido sobre os produtos e processos e usar tal informação para gestão sustentável. É todas as formas de interação entre o sistema humano e sistema natural.

Goleman afirma ainda que diferentes formas de percepção da natureza induzem as ações positiva e negativamente. A inteligência ecologia sugere conhecer os impactos, defender as melhorias e compartilhar o aprendizado.

De acordo com Nascimento, Lemos e Mello, (2008) a responsabilidade socioambiental estratégica (GSE) iniciou-se com uma análise global de toda a empresa e os seus processos. As entradas de matéria-prima, o processamento das mesmas e as saídas e as relações com os Stakeholders.

Em muitos casos as empresas implantam a responsabilidade socioambiental por partes, primeiro desenvolvem ações de responsabilidade social, e depois implantam a ambiental. Na concepção de Ashley *et al* (2003), a responsabilidade social é o compromisso das empresas para com a sociedade, por meio de atitudes proativas e direcionadas para o bem da comunidade a qual estão inseridas.

Neste contexto, o Instituto Ehtos (on line, 2009) reforça que a responsabilidade social empresarial é:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Todavia, Tachizawa (2007) alerta que a regra agora se caracteriza pela séria exigência dos clientes diante do mercado e das empresas em relação a ética e responsabilidade social. Para o autor a responsabilidade social se resume em efetividade, ou seja, empresa com ações que satisfaçam a sociedade alcança os objetivos mais facilmente.

Para Guevara *et al* (2009, p.85), a responsabilidade social empresarial é uma nova forma de administrar os negócios, tornando a organização “parceira e co-responsável pelo desenvolvimento sustentável.”

Por outro lado, Nascimento, Lemos e Mello (2008) abordam que a má interpretação sobre os verdadeiros princípios da Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC) induz à atitudes errôneas e pensamentos mutilados.

Existem empresas que entendem que ajudar uma instituição de caridade ou ter um projeto social em benefício próprio é ser responsável sócio e ecologicamente. Com isso, se faz necessário diferenciar filantropia de responsabilidade social que na concepção de Matos (2007, p.33) a “filantropia contribui para sobrevivência de grupos sociais menos favorecidos enquanto a responsabilidade social busca a sustentabilidade”.

Porém, Tachizawa (2007) esclarece que as empresas precisam passar pelo menos por cinco estágios para atingir a responsabilidade social, conforme demonstra o quadro 3:

Quadro 3 - Estágios para alcançar a responsabilidade social

Estágio 1	A organização não possui comprometimento com a sociedade e com o próximo, eticamente falando.
Estágio 2	A empresa inicia o processo de conscientização em relação aos impactos causados por seus produtos, processos e instalações, criando projetos isolados para se promover eticamente.
Estágio 3	A empresa começa um processo de avaliação dos impactos de seus produtos, e toma algumas atitudes em relação a comunidade. Existe envolvimento das pessoas no processo social.
Estágio 4	A empresa pratica o comportamento ético. O processo de avaliação dos impactos é concretizado e a organização passa comandar assuntos da comunidade.
Estágio 5	Existem formas implementadas de avaliação e melhoria da empresa. A empresa se antecipa as exigências do mercado e do poder público.

Fonte: Elaborado a partir de Tachizawa (2008, p.85)

As idéias apresentadas, caminhos e possibilidades para se atingir o desenvolvimento sustentável, se confronta com a reflexão de Guevara *et al* (2009) que apontam a impossibilidade de atingir a sustentabilidade com a atual forma de gestão pública. Segundo os autores, o custo da implantação do desenvolvimento sustentável é alto. Primeiro, a consequência do aquecimento global criaria uma enorme desarticulação da atividade econômica e social, pois, para os autores, os gestores, públicos ou não, preferem “gastar o petróleo já existente, queimar a cana no campo e encher as cidades de carros do que gastar com ações de responsabilidade socioambiental”. (GUEVARA *et al* p.2). Segundo ponto apresentado como difícil reversão, é a desigualdade social, para os autores, a desigualdade de renda estabilizou e a parte dos riscos está ficando cada vez mais acumulada e o nível de pobreza aumentando em números muito mais rápido do que o esperado. Outro ponto estudado pelos autores está a disputa dos grandes países desenvolvidos pelo poder, ou seja, dominar o planeta. A forma de pensamento do capitalismo atual pode tornar irreversível a destruição do planeta, conforme afirmam Guevara *et al* (2009, p.8):

A prosperidade artificial e o consumo predatório que a concentração de renda e riqueza família gera uma pressão por consumo e estilo de vida semelhante. Tem-se 6,4 bilhões de pessoas no mundo, com crescimento de 75 milhões ao ano com perfil de consumo surrealista, nas duas pontas, na escassez e nos excessos, na desnutrição e na miséria.

Entretanto, na visão de Nascimento, Lemos e Mello (2008) existe uma lacuna entre cumprir legalmente a risca as leis impostas e ser ético e ter responsabilidade social. Para os autores, iniciar a prática de responsabilidade social corporativa (RSC) em uma organização é preciso primeiro levantar questões sobre qual o ramo de atividade que a organização se encontra, qual produtos desenvolvidos por ela, como é o processo de produção, levantar o nível de conhecimento sobre a preocupação ambiental, qual o real interesse da alta direção em ser socioambientalmente responsável, só depois a empresa deve partir para idealização das propostas de uma gestão responsável, ou seja, preocupada com o meio ambiente e com a desigualdade social. Na figura 3 Esty e Winston (2008) exemplificam, como transformar a preocupação em oportunidade.

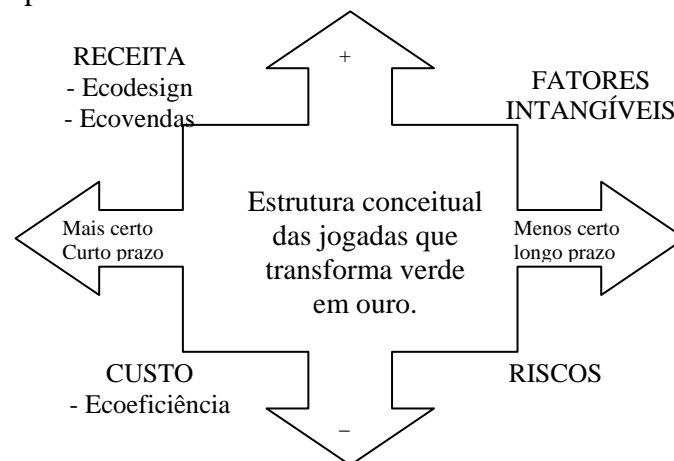


Figura 3 - Transformação do verde em ouro
Fonte: Elaborado a partir de Esty e Winston (2008, p.282)

1.1 Gestão Sustentável Corporativa

Existem várias formas de contribuir para o desenvolvimento sustentável, uma delas é direcionar as ações das empresas com alguma ferramenta ou conceito que auxilie na minimização dos impactos negativos causados pela produção ao meio ambiente, como por exemplo, o desmatamento e poluição. Diante do novo contexto de preocupações e incertezas, os consumidores e pessoas preocupadas com as possíveis conseqüências negativas, estão exigindo das empresas uma nova forma de agir, ou seja, gestão socioambiental estratégica, que se baseia em alguma ferramenta de gestão. (TACHIZAWA, 2007).

Cada empresa, nos ensinamentos de Tachizawa (2007), enfrentará uma dificuldade no âmbito ambiental. Para o autor, as empresas que se encontrarem em um patamar de antecipação as mudanças ambientais poderão manter-se no mercado de trabalho em uma

posição mais consistente. Para o autor, tecnologias limpas, projetos responsáveis, gestão de resíduo, sistema de gestão da qualidade e reciclagem são ferramentas em evidência dentre as empresas.

No mesmo sentido de Tachizawa, Schneider, Nehme e Ben (2006) preconizam que a implantação de ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental, além de minimizar o impacto negativo das atividades industriais proporciona vantagem competitiva. Nesse sentido “as empresas começam a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, aumentar a lucratividade de seus negócios.” (TACHIZAWA, 2007, p.26).

Nas ponderações de Nascimento, Lemos e Mello (2008) atuar de forma responsável é um princípio, mas conhecido como *Responsible Care*, baseia-se na saúde, segurança e meio ambiente, desenvolvido no Canadá no ano de 1984 que foca na transparência de informação com parceiros e fornecedores na busca da minimização dos impactos ambientais dos produtos e processo da empresa. Dentre os princípios que regem a atuação responsável, os autores relatam como essencial, fazer segurança dos processos e produtos, trabalhar a saúde e segurança do trabalhador, proteger o meio ambiente, traçar logística de transporte e distribuição de produtos químicos, ter diálogo com a sociedade, estar preparado para emergências.

No mesmo direcionamento de Nascimento, Lemos e Mello, Hawken *et al* (on line, 2010) defendem a atuação responsável ao elaborar um dos conceitos que também contribui para diminuir a distância entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade, chamado de capitalismo natural, que conciste na idéia de economia de capital para produção responsável de bens e serviços, podendo ser dividido em renovável e não-renovável.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) também defendem o capitalismo natural, quando afirmam que essa metodologia é um modelo de viver que se baseia em benefícios para todos, e que envolve os recursos individuais conhecidos e usados pela humanidade, como água, os peixes, solo, o ar, etc. E os sistemas vivos, como os pastos, oceanos, recifes, savanas, mangues, coral, madeira, etc., onde o mesmo reconhece “ a interdependência fundamental entre a produção e o uso do capital produzido pelo homem e, por outro lado, a conservação e o fornecimento do capital natural.”(NASCIMENTO, LEMOS E MELLO (2008, p. 87). Golemen (2009) contribui com o conceito do capital natural afirmando que o mesmo se resume em um valor econômico gerado pela natureza.

No mesmo intuito de minimizar os impactos de destruição que a produção industrial causa ao meio ambiente, Nascimento, Lemos e Mello, (2008) citam o Programa Zeri, que segundo

os autores foi criado no ano de 1994 e objetiva a emissão zero de resíduos, ou caso tenha, os mesmos deverão ser reutilizados no processo produtivo.

Segundo os autores, Paul afirma que a educação infantil com ênfase em fatos essenciais da vida, como por exemplo, a terra não gera resíduo, pois “o resíduo de uma espécie serve para alimentação de outra, que a multiplicidade garante a regeneração, a energia que movimenta o ciclo vem do sol,” dentre outros, poderá contribuir para a realização da metodologia Zeri, conforme exemplifica a figura 4, mais facilmente. (NASCIMENTO, LEMOS E MELLO, 2008, p.114).

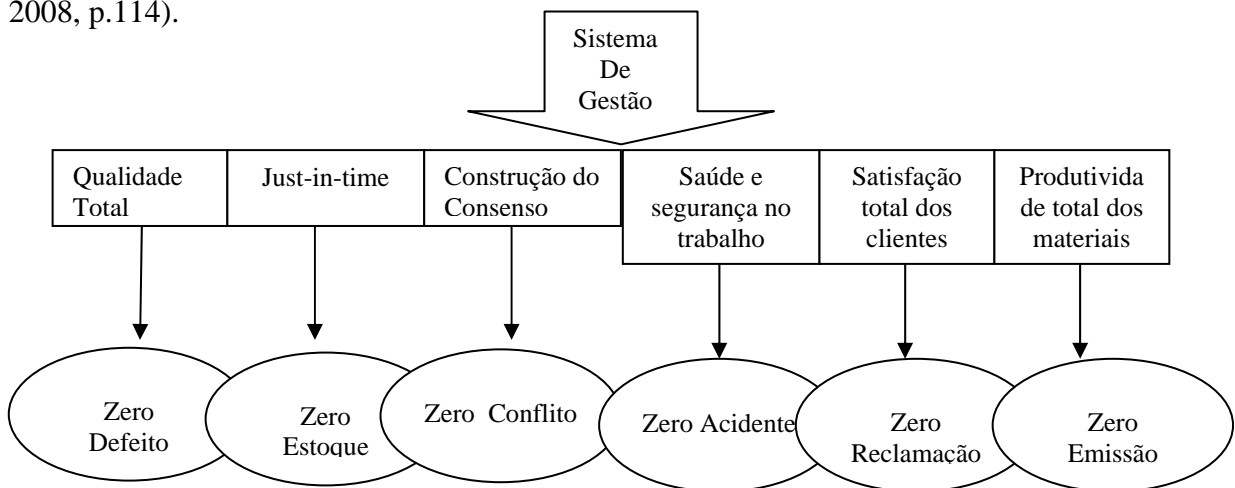


Figura 4 - Metodologia ZERI

Fonte: Elaborado a partir de Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 119).

Dentro desse contexto de reforçar a educação ambiental infantil e investir no capitalismo natural, Nascimento, Lemos e Mello (2008) cita a Gestão Ecológica, proposta criada por Ernest Callenbach para atuar junto aos gestores empresariais, e, objetiva cultivar a redução do impacto ambiental das empresas ao meio ambiente. Os autores afirmam que a gestão ecológica possui três princípios, conforme figura 5:

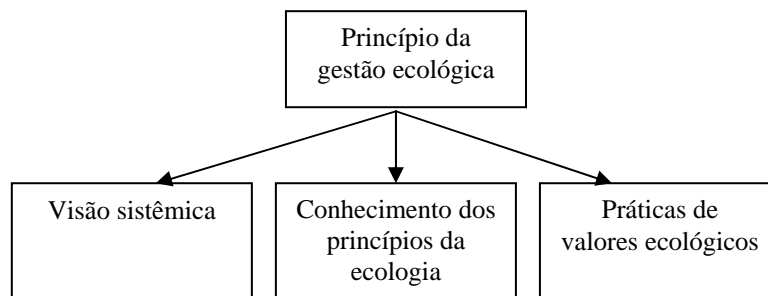


Figura 5 - Princípios da Gestão Ecológica

Fonte: Elaborado a partir de Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.179).

No mesmo direcionamento de Nascimento, Lemos e Mello, Callenbach *et al* (1995) emite a opinião de que existe diferença entre gestão ambiental e gestão ecológica. Na sua

concepção, a gestão ambiental trabalha com atitude defensiva e reativa e a gestão ecológica aborda atitudes ativa e criativa.

Dentre os conceitos de gestão socioambiental responsável, está o sistema de gestão da qualidade que segundo Crosby (on line, 2001) no século XXI será a realidade, e não apenas uma questão de certificação.

De acordo com Nascimento, Lemos e Mello (2008), a qualidade passou por algumas mudanças ao longo dos anos e seu conceito básico acrescentado ao da preocupação com o meio ambiente. Neste novo conceito, as empresas terão que aprender a lidar com a globalização, lucratividade dentro da nova cultura, tecnologia, capital intelectual e mudança contínua.

Tachizawa (2007) compactua da mesma reflexão de Nascimento, Lemos e Mello, quando relata que as empresas ao usar a qualidade como cultura, atinge resultados positivos, pois os cliente estão mais exigentes no âmbito qualidade. Sendo assim, a satisfação dos mesmos implica em lucratividade. Um exemplo de cultura da qualidade se dá com as normas de padronização, nas quais são implantadas pelas empresas em suas gestões.

A Norma NBR ISO *occupational Health and Safety Assessment Série* - OHSAS 18001 preza pela serie de Avaliação e Segurança Ocupacional e foi publicada no ano de 1999, sendo aplicada de forma a melhorar as ações com saúde e segurança no trabalho. A norma não possui requisitos, mas regulamentos a serem seguidos. Tem como objetivo principal minimizar os riscos para os colaboradores e outras pessoas que possam estar associados às suas atividades. (SEIFFERT, 2008).

Para Nascimento, Lemos e Mello (2008) a empresa que possui a norma OHSAS 18001 tem sua equipe motivada e com sentimento de segurança, favorecendo as atitudes positivas na produtividade.

Tachizawa (2007) reforça o pensamento de Nascimento, Lemos e Mello, quando destaca que está surgindo um novo modelo de gestão de pessoas que cria uma série de necessidade, tais como segurança no trabalho, plano de carreira, clima organizacional, qualidade de vida, dentre outras.

A norma que monitora a Responsabilidade Social de uma organização é a SA 8000, criada no ano de 1997 pela SAI (*Social Accountability International*) e que tem como objetivo o monitoramento das atividades sociais na empresa, baseando-se em alguns regulamentos, a saber, no quadro 4:

Quadro 4 -Regulamento da norma SA 8000

Convenção da Organização Internacional do Trabalho	Título
29 e 105	Trabalho Forçado e Trabalho Escravo
87	Liberdade de Associação
98	Direito de Negociação Coletiva
100 e 111	Remuneração equivalente para trabalhadores masculinos e femininos por trabalho equivalente; Discriminação
135	Representantes dos Trabalhadores
OIT 138 & Recomendação 146	Idade Mínima e Recomendação
155 & Recomendação 164	Saúde e Segurança Ocupacional
159	Reabilitação Vocacional & Emprego/Pessoas com Deficiência
177	Trabalho em Domicílio
182	As Piores Formas de Trabalho Infantil
Declaração Universal dos Direitos Humanos	
Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança	
Convenção das Nações Unidas para Eliminar todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.	

Fonte: Elaborado a partir de www.abnt.org.br (2009)

A norma que trata da gestão ambiental é a norma NBR ISO 14000 que tem como objetivo principal a orientação das organizações do âmbito ambiental, proporcionado transparência dos processos, utilizando avaliação de desempenho ambiental, rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida dos produtos.

De acordo com a norma ISO 14000, Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é composta pela melhoria contínua, auditoria, avaliação do desempenho ambiental, indicadores ambientais, informações sobre o produto e sua interatividade com o meio ambiente.

Para implantar a Norma ISO 14000 é necessário definir a política da qualidade, definir os procedimentos de âmbito ambiental, os objetivos e metas ambientais, as responsabilidades, recursos necessários, deve assegurar a competência, treinamento e conscientização, controlar toda documentação, fazer controle operacional das atividades ambientais, deve preparar para as emergências, fazer a verificação, medição, monitoramento e avaliação dos processos, tratar as não-conformidades, ação corretiva e preventiva, controlar os registros, fazer auditorias e análise crítica pela administração. (SEIFFERT, 2008).

Já a norma ISO 9001 preza pela qualidade dos produtos, enfatizando o planejamento da realização do mesmo, análise crítica relacionada a cada etapa do processo produtivo e melhoria contínua.

A Tabela 1 aponta que o estado de Goiás demonstra pouco interesse nas ferramentas ISO em suas gestões.

Tabela 1 - Empresas certificadas pela ISO 9000 e 14000

Estado	ISO 14000	ISO 9000
Alagoas	2	46
Amazonas	9	159
Bahia	21	277
Ceará	1	97
Distrito Federal	1	114
Espírito Santo	1	128
Goiás	8	174
Mato Grosso	2	50
Mato Grosso do Sul	1	24
Minas Gerais	23	641
Pará	2	59
Paraíba	1	33
Paraná	44	540
Pernambuco	3	205
Piauí	1	11
Rio de Janeiro	16	512
Rio Grande do Norte	2	37
Rio Grande do Sul	14	399
Santa Catarina	21	404
São Paulo	193	4010
Tocantins	1	20

Fonte: Elaborado a partir de www.abntcb25.com.br/pesquisa, (2010)

Estas normas, quando tratadas em conjunto formam o sistema de gestão integrado, que consiste na combinação de processos, procedimentos e práticas adotadas por uma organização, para implementar suas políticas e atingir seus objetivos de forma mais eficiente, direcionando as ação no quesito qualidade, responsabilidade socioambiental e segurança e saúde ocupacional. (SEIFFERT, 2008).

A figura 6 mostra o sistema de gestão integrado (SGI) que segundo Seiffert (2008) possui 3 pilares:

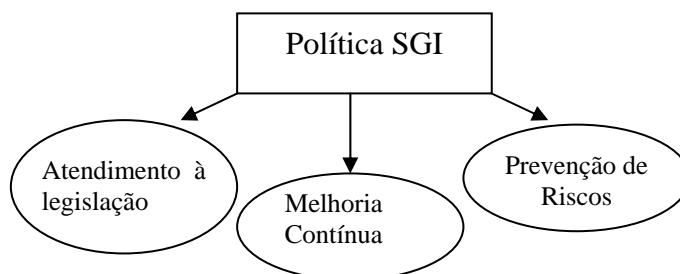


Figura 6 - Pilares do SGI

Fonte: Adaptado de Seiffert (2008, p. 48)

Outro princípio criado para gestão sustentável é a metodologia da Ecoeficiência. Criada no ano de 1992 pelo Conselho Organizacional Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), a ecoeficiência tem sua aplicabilidade focada na integração dos princípios da qualidade ambiental com análise do ciclo de vida dos produtos, onde o conselho WBCSD, em sua página da internet, conceitua a ecoeficiência como (on line, 2009):

Uma significativa ligação entre eficiência dos recursos (que leva a produtividade e lucratividade) e responsabilidade ambiental. Portanto, ecoeficiência é o uso mais eficiente de materiais e energia, a fim de reduzir os custos econômicos e os impactos ambientais.

No entendimento de Schneider, Nehme e Ben (2006) a ecoeficiência indica o preço da melhoria ambiental, ou seja, é a fusão entre eficiência econômica e eficiência ecológica, conforme exemplifica a figura 7:

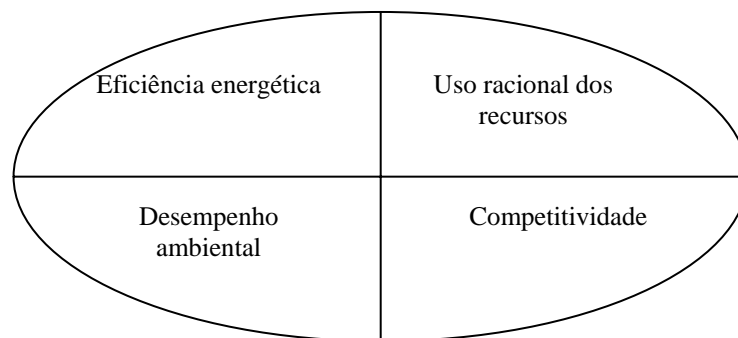


Figura 7 - Ecoeficiência

Fonte: Elaborado a partir de Schneider, Nehme e Bem (2006, p.49)

O WBCSD (on line, 2009) propõe alinhar alguns fatores para alcançar a ecoeficiência, como por exemplo, reduzir a quantidade de materiais para fabricar os mesmos produtos, minimizar o uso de energia, eliminar a separação de materiais tóxicos, otimizar a reciclagem, aumentar o usos de produtos renováveis, aumentar a durabilidade dos produtos, dentre outros.

Schneider, Nehme e Ben (2006) sugerem que para implantar a ecoeficiência é necessário aperfeiçoar os processos, reciclar os resíduos, produzir mais inteligentemente, procurar novos serviços e compartilhar informação. Para os autores, a ecoeficiência implantada demanda mudança de postura cultural, treinamentos com foco na conscientização, identificação das oportunidades e ameaças, implantação de ferramentas gerenciais, investir

em pesquisa de novos produtos ou nova forma de fabricar os produtos e medir todas as mudanças para melhor gerenciar.

Completando o pensamento de Schneider, Nehme e Ben, Nascimento, Lemos e Mello (2008) admitem que toda empresa existe um processo produtivo de transformação de bens e serviços tangíveis e intangíveis, e para gestão socioambiental estratégica funcionar é preciso usar os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, conforme mostra quadro 5:

Quadro 5 - Princípios de eficiência, eficácia e efetividade.

Eficiência	Eficácia	Efetividade
<ul style="list-style-type: none"> - Fazer as coisas de maneira adequada - Resolver problemas - Cuidar dos recursos aplicados - Cumprir o dever - Reduzir custos 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer as coisas certas - Produzir alternativas criativas - Maximizar a utilização dos recursos - Obter resultados - Aumentar o lucro 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter-se sustentável no ambiente - Apresentar resultados globais ao longo de tempo - Coordenar esforços e energias sistematicamente

Fonte: elaborado a partir de Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.158)

No mesmo contexto de buscar vantagem competitiva em um mundo sustentável, o Dr. Dara O'Rourke⁴ da Universidade de Berkeley, sugere às empresas a transparência de informação em relação aos produtos, tendo como consequência a confiança e lealdade dos consumidores. (BERKELEY, ON LINE, 2009).

No posicionamento de Goleman (2009), para os consumidores saber a procedência de cada produto adquirido e seus efeitos na vida cotidiana, torna as decisões mais conscientes e compromissadas, para tal foi criado um site, o *goodguide*, que contém informações sobre a confiabilidade dos produtos e informações obscuras aos olhos dos consumidores.

Congruente ao posicionamento de Goleman, o Dr. Dora ressalta que preocupadas com o destino do planeta e das espécies, cada vez mais as pessoas estão procurando saber e entender de cada item que compõem o produto adquirido. Logo, as empresas que buscarem disponibilizar estas informações – ecotransparência terão uma significativa vantagem competitiva. Ainda para Goleman (2009) a medida que a transparência do mercado aumenta a consciência e a desconfiança do consumidor também. Dessa forma, no entender de Nascimento, Lemos e Mello (2008), o desafio de desenvolver produtos ecologicamente corretos se mostra no pensamento da metodologia do Ecodesign, que estabelece um equilíbrio entre natureza e tecnologia.

⁴ Dr. Dara O'Rourke é professor no Departamento de Ciências Ambientais, Política e Gestão na Universidade de Berkeley e estuda os aspectos ambientais, sociais e impactos sobre a saúde das cadeias de abastecimento global.

O *Design* em si, possui como objetivos principais a criação, o desenvolvimento e a implementação de produtos industrializados, com foco no fator humano, econômico e tecnológico. Ao longo dos anos surgiram várias concepções para os projetos de *design*, onde surgiu o *Design for Environment* – projeto para o meio ambiente, que integra a preocupação ambiental ao design industrial, “pautando o que é tecnicamente possível, com ecologicamente necessário e socialmente aceitável.” (NASCIMENTO, LEMOS E MELLO, 2008, p.204).

No mesmo direcionamento de Nascimento, Lemos e Mello, Schneider, Nehme e Bem (2006) afirmam que o Ecodesign fazer-se-a parte da base gerencial das empresas, assim como a pesquisa e desenvolvimento, marketing e inovação.

O Ecodesign se relaciona com o ciclo de vida dos produtos, tendo sua análise inicial no processo de design e com o gerenciamento ambiental e tecnologias mais limpas, que nas orientações de Schneider, Nehme e Bem (2006) a análise do ciclo de vida (ACV) é considerada como a ferramenta mais poderosa e paupavel de resultados, resumindo em acompanhamento e avaliação de dados.

Criada por uma confederação de físicos e engenheiros teve sua primeira aplicação em 1960, quando a empresa Coca-Cola encomendou uma pesquisa para analisar o ciclo de vida de suas garrafas pet, no intuito de iniciar a reciclagem. (UNIVERSOAMBIENTAL, ONLINE, 2009). A análise minuciosa e completa sobre o produto possibilita saber quais as matérias-primas envolvidas no processo, os fornecedores e pessoal e seu impacto no planeta

Nessa vertente, Nascimento, Lemos e Mello (2008) resumem a análise do ciclo de vida como um processo criado com o intuito de avaliar os impactos ao meio ambiente e a saúde provocados por um determinado produto, processo, serviço ou outra atividade econômica.

Sendo assim, a ACV se define em uma metodologia de que Esty e Winston (2008) esclarece como fundamental monitoramento, organização de relação mútua entre todas as etapas do processo produtivo, desde a extração até a eliminação. A análise de ciclo de vida, para os autores, é uma técnica para avaliação dos aspectos ambientais e dos impactos potenciais associados a um produto, compreendendo etapas que vão desde a retirada da natureza das matérias-primas elementares que entram no sistema produtivo, à disposição do produto final, sendo também é conhecida como análise "do berço ao túmulo".

A partir dos relatos dos autores é possível afirmar que a análise de ciclo de vida de produtos é, na verdade, uma ferramenta técnica que pode ser utilizada em uma variedade de propósitos. As informações coletadas na ACV e os resultados de sua análise e interpretações podem ser úteis para tomadas de decisão, na seleção de indicadores ambientais relevantes

para avaliação de desempenho de projetos ou reprojatos de produtos ou processos e/ou planejamento estratégico.

Compactuando com Esty e Winston, Goleman (2009) sugere um novo conceito, o monitoramento dos produtos do “berço ao berço”, influenciando as empresas a fabricar produtos que ao fim da sua utilização, este pudesse ser reciclado, transformado para reutilização no processo.

Partindo do princípio que a organização que se movimenta em busca da sustentabilidade transcreve a sua competência em busca do sucesso, é possível inferir que a sugestão Goleman permitirá que a metodologia sugerida por ele sobre “berço ao berço” levará às empresas que adotá-la, a manutenção no mercado de trabalho, diante do contexto das dificuldades de sobrevivência por conta da destruição do planeta.

Sendo assim, os resíduos podem ser reciclados e parcialmente utilizados e estão divididos em 3 classes conforme classifica a NBR 10.004 (2004) e relatado no quadro 6:

Quadro 6 - Classificação dos Resíduos

Classe 1 - Resíduos Perigosos	Classe 2 - Resíduos Não-inertes	Classe 3 - Resíduos Inertes
São aqueles que apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais em função de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.	São os resíduos que não apresentam periculosidade, porém não são inertes; podem ter propriedades tais como: combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água. São basicamente os resíduos com as características do lixo doméstico.	São aqueles que, ao serem submetidos aos testes de solubilização (NBR-10.007 da ABNT), não têm nenhum de seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água. Muitos destes resíduos são recicláveis. Estes resíduos não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente).

Fonte: Adaptado a partir de www.abnt.org.br (2009).

Na concepção de Nascimento, Lemos e Mello (2008), no processo de reciclagem, que além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são os vidros, os alumínio, os papéis e os plásticos. Esta reciclagem contribui para a diminuição significativa da poluição do solo, da água e do ar. Cada vez mais as indústrias estão reciclando materiais como uma forma de reduzir os custos de produção. Nesse contexto, Esty e Winston (2008), informam que nos Estados Unidos recicla cerca de 20% de vidro, 40% de papel, 50% de alumínio e 60% de aço. A Suécia recicla 90% de vidro e alumínio e o Japão 86/5 do aço. Outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste setor e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de catadores de papel e alumínio já é uma boa realidade nos centros urbanos do Brasil.

Entretanto, Goleman (2009) alerta sobre o verdadeiro benefício da reciclagem. Para o autor, a reciclagem pode ser vista como contribuição vital para ilusão da responsabilidade, tornando inconsciente o lado inteligente da gestão ambiental.

De acordo com o Tachizawa (2007) cada 28% de conteúdo de vidro reciclado economiza quase 2.000 litros de água por tonelada de vidro produzido e evita a emissão de 9kg de CO₂ na atmosfera. Quando o aço é produzido inteiramente a partir da sucata, a economia de energia chega a 70% do que se gasta com a produção a base do minério de origem. Além disso, há uma redução da poluição do ar (menos 85%) e do consumo de água (menos 76%), eliminando-se, ainda, todos os impactos decorrentes da atividade de mineração. O papel jornal produzido a partir das aparas requer 25% a 60% menos energia elétrica que a necessária para obter papel da polpa da madeira. O papel feito com material reciclado reduz em 74% os poluentes liberados no ar e em 35% os despejados na água, além de reduzir a necessidade de derrubar árvores. Na reciclagem do vidro é possível economizar, aproximadamente, 70% de energia incorporada ao produto original e 50% menos de água. Com a reciclagem de plásticos economiza-se até 88% de energia em comparação com a produção a partir do petróleo e preserva-se esta fonte esgotável de matéria-prima. (AMBIENTEBRASIL, ON LINE, 2009).

O Brasil recicla apenas 5% das embalagens de vidro, enquanto no Japão recicla 55%. O Brasil recicla 36% de papel/papelão, 15% sacolas plásticas, 15% de embalagens PET, 18% de Óleo, 35% de latas de aço e 10% de pneus. (AMBIENTEBRASIL, ON LINE, 2009).

De acordo com Esty e Winston (2008), Goleman (2009) e Tachizawa (2007), reciclar é preciso, mas a metodologia apresentada no ano de 1998 pelos Greenpeace⁵, tem como princípio a não geração de resíduos, chamada de Produção limpa e envolve quatro vetores, descritos na figura 8:

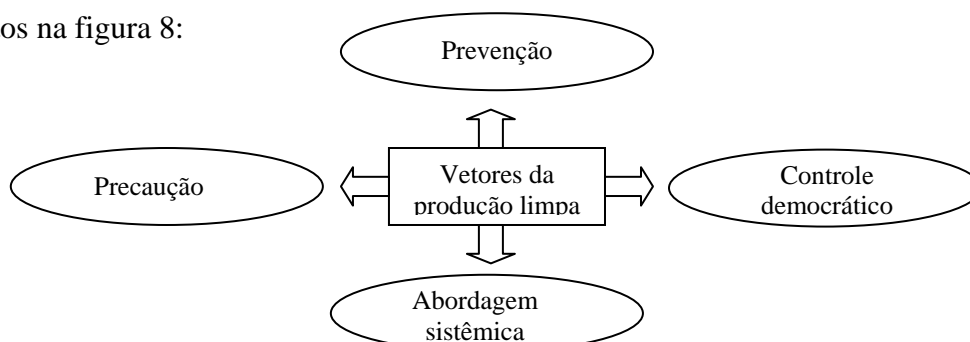


Figura 8 - Produção limpa

Fonte: Elaborado a partir de www.greenpeace.org.br/Brasil (ON LINE, 2009).

⁵ O Greenpeace é uma organização global e independente que atua para defender o meio ambiente e promover a paz. Maiores informações: www.greenpeace.org.br.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) explicam como trabalha a metodologia produção limpa como sendo a redução dos resíduos na fonte e a reciclagem. Para os autores o enfoque precautório exige-se que demonstre que a atividade não causará danos ao meio ambiente, como contribuir para o aquecimento global, chuva ácida, etc. Para os autores, o enfoque preventivo trabalha com a idéia de tratar a fonte, ou seja, não esperar a geração dos resíduos para depois tratá-los é preciso evitá-los. O enfoque democrático sugere a participação dos trabalhadores na busca de soluções ambientalmente corretas e na transparência de informações importante sobre o consumo. O enfoque sistêmico (abordagem integrada e holística) propõem uma análise do ciclo de vida do produto, evitando que os poluentes sejam emitidos para o ar, água ou solo.

Ainda de acordo com Nascimento, Lemos e Mello (2008) implantação da metodologia produção limpa segue as seguintes etapas, conforme mostra o quadro 7:

Quadro 7 - Etapas para implantar a produção limpa

1. Etapa: Planejamento e Organização (Comprometimento da direção, definição da equipe)
2. Etapa: Diagnóstico
3. Etapa: Realização das Medições e Definição de Indicadores (Análise quantitativa e criar indicadores e efetuar a avaliação das causas)
4. Etapa: Estudo de viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
5. Etapa: implementação e Plano de Continuidade

Fonte: Adaptado a partir de Nascimento, Lemos e Melo (2008, p.200).

Ainda segundo os autores, na ideologia da Produção Limpa busca reduzir a quantidade de matéria-prima favorecendo a reciclagem, os mesmos remetem a reflexão que isso impõem a substituição de produtos e, ou a reutilização.

No mesmo direcionamento de Nascimento, Lemos e Mello, para se fazer uma boa análise sobre como seus produtos estão inseridos no contexto risco para o meio ambiente, Esty e Winston (2008) sugere dentre outras ferramentas a AUDIO (*Aspectos, Upstream, downstream, Issues, Oportunities*) que se traduzem como aspectos, a montante, a jusante, problemas e oportunidades.

Os autores afirmam que essa metodologia consiste em “escutar” sua empresa, por meio de um brainstorm sobre o que a empresa utiliza do meio ambiente dentro dos aspectos: mudanças climáticas, energia, água, biodiversidade, substância químicas, poluição, resíduos,

depleção da camada de ozônio, oceanos e pesca e desmatamento, por exemplo e quais as consequências. Lembrando que os fornecedores também entram nesta análise.

Outra metodologia que vem dando resultado e ajuda na minimização dos impactos negativos da produção ao meio ambiente e conseqüentemente, evita a reciclagem, segundo dados do SEBRAE (on line, 2009), é a Produção mais Limpa (P+L).

De acordo com Schneider, Nehme e Ben (2006) a metodologia do P+L foi desenvolvida no ano de 1989 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com o intuito eliminar os resíduos durante a produção e não ao fim do processo.

No mesmo direcionamento de Schneider, Nehme e Ben, Nascimento, Lemos e Mello (2008), trazem que ignorar, diluir, controlar e prevenir são focos básicos da P+L, segundo os autores, praticar ações que visam a redução/geração/emissão de resíduos, adotando assim medidas preventivas e não corretivas.

Schneider, Nehme e Ben reforça que a P+L procura moldar o design para redução dos impactos ambientais, desde a extração da matéria-prima até a disposição final. Concentra na redução do consumo de energia e material tóxico. Para os autores, repensar o processo é uma tarefa básica na implantação do P+L, conforme lista a figura 09:

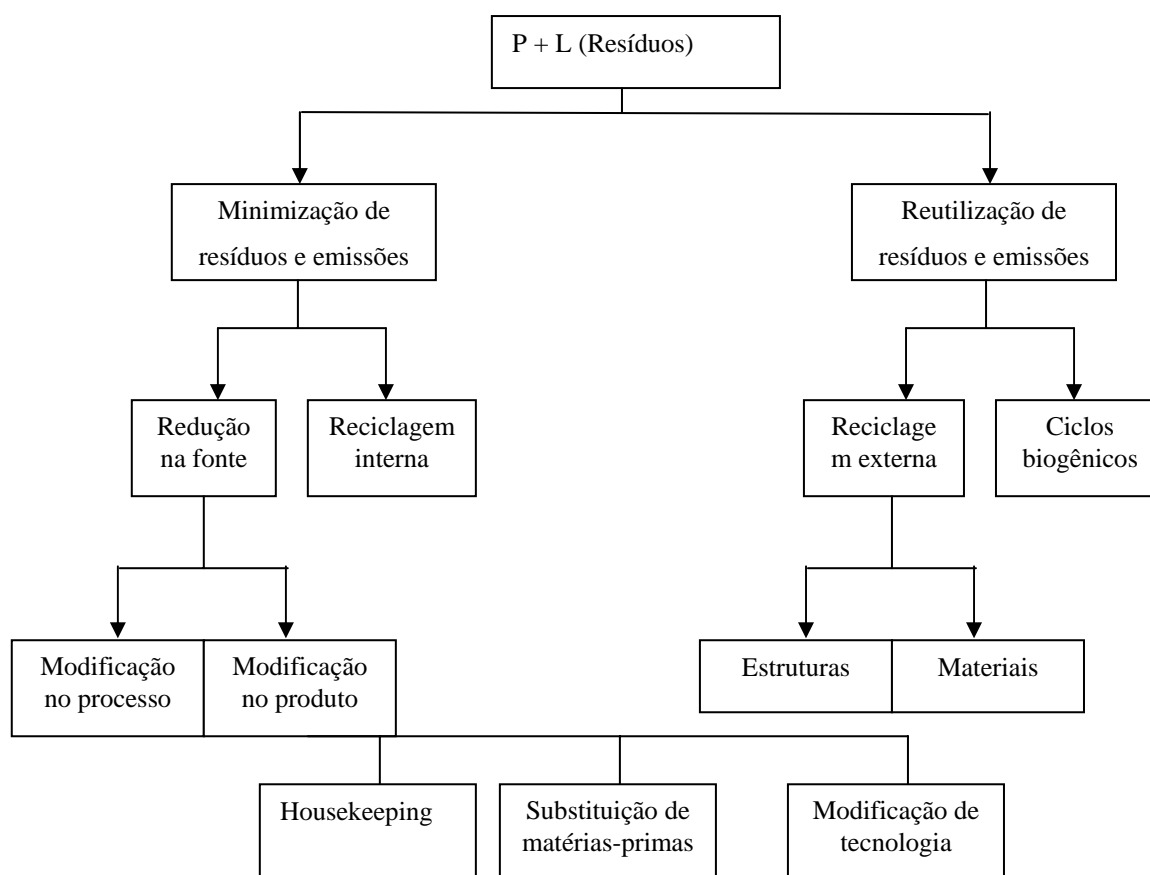


Figura 09 - Processo da produção mais limpa
Fonte: Nascimento, Lemos, Mello (2008, p. 193).

No Brasil, a idéia de implantar a metodologia produção mais limpa começou-se a difundir no ano de 1999, quando o SEBRAE Nacional e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) juntaram-se para iniciar a implantação do P+L nas empresas. Em Goiás essa metodologia começou a ser divulgada e implantada em 2008, pelo SEBRAE/GO junto a FIEG. Nesse contexto, Schneider, Nehme e Bem (2006) revelam que as empresas que implantaram a ferramenta P+L, 70% tiveram retorno em menos de um ano.

Além das ferramentas de gestão socioambiental que são estão ligadas diretamente com o processo produtivo, como as já apresentadas anteriormente, existem as ferramentas ligadas aos princípios e valores da organização, como por exemplo, a eco auditoria, ou seja, auditoria ambiental, que na concepção de Nascimento, Lemos e Mello (2008), torna interessante utilizá-la como ferramenta na revisão das ações de produção e operação. Segundo os autores, a ecoauditoria utiliza dos itens “energia, materiais, projeto e desenvolvimento de produto, fabricação e produção, reciclagem, marketing e vendas, resíduos e emissões, finanças, investimentos, local de trabalho, transportes, fábrica e seus arredores e relações internacionais de negócios” para sua viabilização. (NASCIMENTO, LEMOS E MELLO, 2008, P.182).

No mesmo posicionamento de Nascimento, Lemos e Mello, Palaccio (2008) abordam outra metodologia que está ligada aos valores sociais e econômicos da empresa que é o Balanço Social (BS), que para o autor consiste em uma forma das empresas divulgarem suas ações no âmbito da responsabilidade social corporativa (RSC). O BS é um documento que fornece informações qualitativas e quantitativas e também oferece ajuda para um bom relacionamento, empresa e sociedade, mostra o impacto da atividade da empresa na sociedade. No mesmo pensamento de Nascimento, Lemos e Mello e Palaccio, o Instituto Ethos⁶ (on line, 2009), transcreve o BS como:

O Balanço Social é um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende à sua visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), e em direção à sustentabilidade.

Ainda no pensamento do Instituto Ethos, o balanço social propõe a idéia de relacionamento e integração entre as empresas e os clientes, afirmando que o mesmo contém

⁶ Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, criada no ano de 1998, que tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

informações transparentes sobre toda a organização, desde a missão, valores e princípios até indicadores de gestão.

Já na concepção de Zarpelon (2006) existe várias forma de expressar o balanço social, como por exemplo, por meio de um inventário social, relatório social, contabilidade de gestão de pessoas, relatório de custos, balanço de lucros e perdas sociais, dentre outras. O autor ainda remete a reflexão de que as vantagens de divulgar o balanço social de uma empresa ainda é questionado por muitas pessoas, e afirma que mesmo tendo obscuridade sobre a veracidades das informações contidas no BS, os investimentos em responsabilidade social contribui e contribuirá para o crescimento e desenvolvimento da organização, uma vez que o balanço social transmite segurança e transparência, e no mundo de hoje é o que todos procuram, tanto os clientes como todos os outros envolvidos no processo de produção de uma organização.

Outra ferramenta de âmbito econômico, além do balanço social é a Contabilidade Ambiental, a qual para Braga *et al*, (2007) consistem em informações transparentes a respeito da empresa que serve para tomada de decisões e divide em quatro fases, mostradas na figura 10:

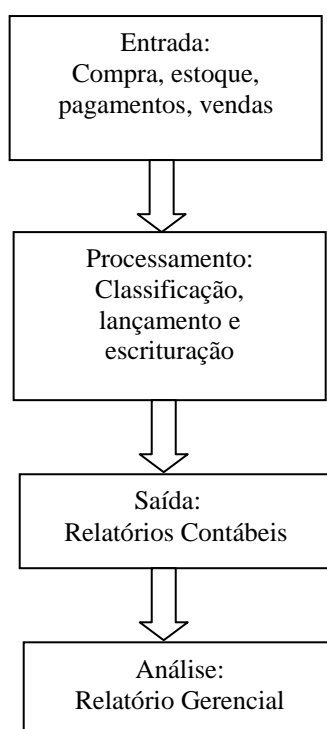


Figura 10 - Etapas da Contabilidade Ambiental
Fonte: Elaborado a partir de Braga *et al* (2007, p. 34).

O Sistema de Informação Contábil Ambiental (SIGA), nos ensinamentos de Braga *et al* (2007) necessita identificar e classificar os eventos meio ambiente, onde as contas

patrimoniais são ativos, passivos e patrimônio líquido meio ambiente e as contas de resultado em receitas, custos, despesas, ganhos e perdas meio ambiente.

Ainda sobre os ensinamentos de Braga *et al* (2007) algumas definições são relevantes para iniciar a realização do SIGA, conforme explicado no quadro 8:

Quadro 8 - Definição dos eventos do SIGA

Eventos Contábil Ambiental	Definição
Ativo meio ambiente	Prováveis benefícios econômicos futuros em decorrência de uma ação passada que tem como objetivo o controle, a manutenção e recuperação do meio ambiente.
Passivo meio ambiente	Compromissos futuros que exigirão a entrega de ativos em um momento futuro em consequência de ações passadas ou presentes.
Patrimônio Líquido meio ambiente	Aplicações financeiras para utilização futura em caso de necessidade de recuperação da empresa, manutenção, preservação, causado por um dano da natureza. O mesmo pode ou não ser usado.
Receita meio ambiente	Receitas originadas de transações econômicas financeiras, sociais e ambientais decorrentes de venda de produtos originários de fonte de energia limpa
Custo meio ambiente	Prevenção, redução ou reparos de danos causados ao meio ambiente. Pode ser classificado como limpeza, controle de emissão ou redução de efluentes, tratamento do lixo, seguros, multas, indenização, saúde e segurança, depreciação, reclamações, licenças e pesquisa e desenvolvimento.
Despesas	Gastos com a gestão ambiental, como por exemplo, gastos com programas ambientais, treinamento de pessoal para atividade ambiental, compra de equipamentos para combater a poluição, todas e qualquer gasto para área ambiental, auditoria ambiental, dentre outros.
Ganhos e Perdas meio ambiente	São resultados de atividades secundárias, e operacional não intencional, onde Ganho meio ambiente é o aumento do Patrimônio Líquido decorrente de operações periféricas ou incidentais e Perda meio ambiente é o gasto sem objetividade, previsto ou não.

Fonte: Elaborado a partir de Braga *et al* (2007, p 52, 53 e 54).

Todavia, para Tachizawa (2007) para que a empresa se organize estrategicamente, é preciso ir além da posse de ferramentas que minimizem o impacto negativo da produção ao meio ambiente, sendo necessário mensurações para tomada de decisões, ou seja, a empresa utiliza de indicadores gerenciais que exibem a situação da gestão organizacional. Esse aspecto na gestão socioambiental não é diferente, pois ela também precisa de indicadores para mostrar como estão as atividades de responsabilidade socioambiental empresarial.

Ainda sob a vertente de Tachizawa (2007), empresa que implanta um modelo de gestão socioambiental baseia-se em medição, informação e análise, para isso os indicadores são divididos em duas categorias, como mostra a figura 11:

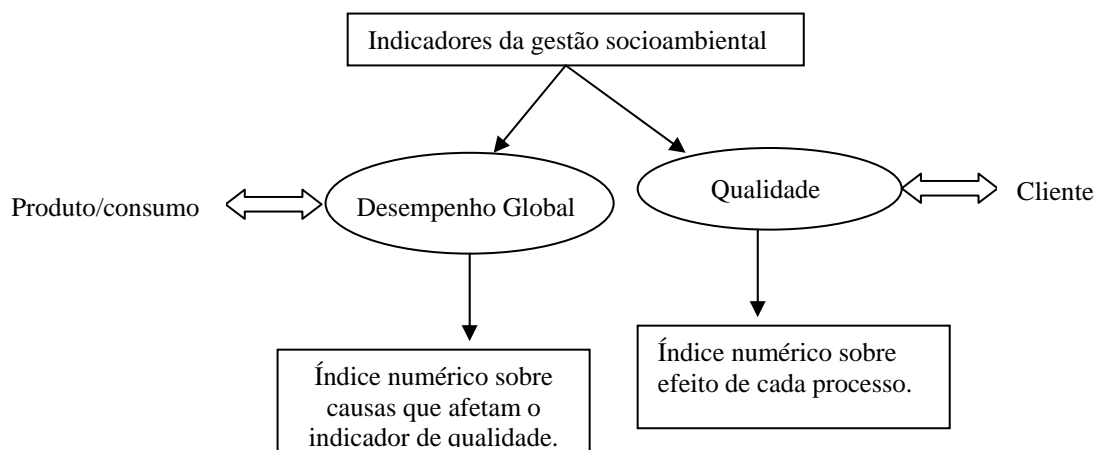


Figura 11 - Indicadores de desempenho da gestão socioambiental
 Fonte: Elaborado a partir de Tachizawa (2007, p.355).

Tachizawa (2007) ainda concebe que os indicadores de gestão socioambiental podem ser definidos para monitorar as atividades de incineração de resíduos, efluentes líquidos, aterros industriais, monitoramento do ar, gerenciamento das águas, educação ambiental, proteção ambiental, dentre outros.

Corroborando com Tachizawa, o Instituto Ethos (on line, 2009), definiu alguns indicadores que são utilizados por muitas empresas, os quais são chamados de indicadores Ethos. Estes indicadores são vistos como uma análise geral da empresa em relação a responsabilidade social e abrange os diversos assuntos como valores, transparência, governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade, como expressa o quadro 9:

Quadro 9: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social

Temas	Áreas	Aspectos
Valores, transparência e governança	Auto regulação da conduta	- Compromissos éticos - Enraizamento da cultura organizacional - Governança corporativa
	Relações transparentes com a sociedade	- Diálogo com partes interessadas - Relações com a concorrência - Balanço social
Público interno	Diálogo e participação	- Relações com sindicatos - Gestão participativa
	Respeito ao indivíduo	- Compromisso com o futuro das crianças - Valorização da diversidade
	Trabalho descente	- Política de remuneração, benefícios e carreira - Cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho - Compromisso com o desenvolvimento profissional e empregabilidade - Comportamento frente as demissões - Preparação para a aposentadoria

Meio ambiente	Responsabilidade frente às gerações futuras	- Comprometimento da empresa com a melhoria da qualidade ambiental - Educação e conscientização ambiental
	Gerenciamento do impacto ambiental	- Gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços - Minimização de entradas e saídas de materiais da empresa
Fornecedores	Seleção e parceria com fornecedores	- Critérios de seleção e avaliação - Trabalho infantil na cadeia produtiva - Trabalho forçado - Relações com trabalhadores terceirizados - Apoio ao desenvolvimento de fornecedores
Consumidores e clientes	Dimensão social do consumo	- Política de comunicação comercial - Excelência do atendimento - Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços
Comunidade	Relações com a comunidade local	- Gerenciamento da empresa na comunidade - Relações com organizações locais
	Ação social	- Financiamento da ação social - Envolvimento da empresa com a ação social
Governos e sociedade	Transparência política	- Contribuições para campanhas políticas - Práticas anti-corrupção e propina
	Liderança social	- Liderança e influência social - Participação em projetos sociais governamentais

Fonte: Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 212)

No mesmo direcionamento de Tachizawa e do Instituto Ethos, Nascimento, Lemos e Mello (2008) expõem outros indicadores a exemplo para ajudar no monitoramento das atividades empresariais, são os indicadores da *Global Reporting Initiative (GRI)*. A GRI é uma organização sem fim lucrativo que tem como foco principal a criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. (GRI, ON LINE, 2009).

Ainda segundo os autores, as Diretrizes G3 da GRI, terceira versão dos indicadores criada em 2006, estabelece os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social e busca relatar sobre uma estrutura comum para o relato de questões importantes para todos, como gases de efeito estufa, práticas trabalhistas e direitos humanos, como mostra o quadro 10:

Quadro 10 - Indicadores GRI

Indicador	Categoria	Aspecto
Integrado	Sistêmicos transversais / Multisetoriais	- Não padronizado
Econômico	Impactos econômicos diretos	- clientes, fornecedores, empregados, provedores de capital e setor público
	Impactos econômicos indiretos	- Impactos econômicos indiretos da organização
Ambiental	Ambiental	- Materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes, resíduos, fornecedores, produtos e serviços, conformidade, transporte dentre outros.
Social	Práticas de emprego e trabalho decente	- Emprego, relações de trabalho, saúde e segurança, treinamento e educação, diversidade e oportunidade.
	Direitos humanos	- Estratégia e gestão, não-discriminação, liberdade e associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, práticas disciplinares, práticas de seguridade, direitos indígenas.
	Sociedade	- comunidade, suborno e corrupção, contribuições políticas, competição e precificação
	Responsabilidade de produto	- Saúde e segurança do consumidor, produtos e serviços, propaganda, respeito à privacidade

Fonte: Elaborado a partir de Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 215)

Os indicadores Ethos e os GRI apresentados por Nascimento, Lemos e Mello (2008) e pelo Instituto Ethos (on Line, 2009) podem remeter à reflexão de que ambos enfatizam a preocupação com o desenvolvimento sustentável e permitem observar se a organização propõe ações no âmbito social e ambiental envolvendo clientes, fornecedores e comunidade. Nesse sentido, é possível inferir que as indústrias moveleiras podem utilizar de tais indicadores, onde as mesmas estarão muito bem amparadas para tomada de decisão.

A partir da contextualização dos autores é possível inferir que as empresas que buscam por uma gestão socioambiental possuem à sua disposição ferramentas que as permitem atuar de forma responsável, não agredindo ao meio ambiente e contribuindo para uma sociedade mais justa. Dessa forma está respaldada pelos indicadores de gestão socioambiental, a exemplo, os indicadores Ethos e os GRI, que as fazem medir para gerenciar suas ações. Sendo assim, se faz jus expressar tal cultura responsável, mostrando o resultado deste trabalho com uma certificação, por meio de selo de qualidade, no qual comprova as ações investidas no âmbito socioambiental, e também, no intuito de auxiliar os consumidores a escolher produtos que agridem menos o meio ambiente, entra em cena o selo verde.

Goleman (2009, p.2) afirma que o “mundo de abundância vem com uma etiqueta de preço oculto”. Com esta afirmação, é possível a reflexão de que a incerteza da procedência dos produtos consumidos teve início após a segunda guerra mundial, a inclusão de substância química nos produtos e o processo industrial demasiado sem nenhuma análise ecológica colocou o planeta em risco. (GOLEMAN, 2009).

Entretanto, Goleman adverte que existe uma lacuna entre o que se consome e o que se imagina consumir, entre atitude responsável e atitude transformavelmente responsável. O autor aponta quatro regras que esconde a obscuridade das informações na compra de produtos. A primeira regra gira em torno do interesse próprio, podendo ser a empresa, os lucros, o consumidor, os preços e valor; A segunda diz respeito na forma de interpretação de cada pessoa. Já a terceira observa o desinteresse das pessoas em ver o preço oculto das coisas; A última diz respeito a forma como as pessoas agem ou deixam de agir, mesmo sabendo do ponto cego das coisas. Direcionando-se pela colocação do autor, é possível inferir que existe um preço oculto nas coisas que se compra e vende, porém, depende das pessoas ou empresas, a responsabilidade de gerir de forma transparente e ecologicamente correta.

No mesmo direcionamento de Goleman, Hawken e Lovins (on line, 2010) afirmam que todo produto que se consome “possui uma história oculta semelhante, um inventário não escrito de material, recursos e impactos.”

Goleman (2009) também chama a atenção para a inteligência ecológica, pois esta permite a transparência de mercado e pode ser um caminho positivo a mudança. Segundo o autor, as atitudes de escolha por um produto ou outro e a exigência de maiores informações sobre o mesmo é um bom início para mudança positiva, pois definiria assim a consequência das escolhas sobre o planeta.

Tachizawa (2007) em afirmação ao pensamento de Goleman, revela que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais caro por um produto que não agride o meio ambiente.

Dentro deste contexto, entram os rótulos ambientais, que de acordo com Brazin e Godoy (on line, 2010), são conhecidos como selo verde. Estes rótulos surgiram da década de 1940, e representam a comunicação entre o fornecedor e o consumidor, com informação sobre o produto em consumo, indicando o produto que causa menos impacto negativo ao meio ambiente. Os autores afirmam ainda, que a busca em mostrar os aspectos positivos dos produtos é uma tendência acelerada das empresas em atingir a confiança dos consumidores e parceiros. Exemplo deste cenário se dá com a aplicação dos selos com base em critérios

preestabelecidos, tais como, 100% reciclado, produto com baixo nível de contaminação, ruído, entre outros, salientam os autores.

Alguns programas de rotulagem ambiental já existem, como por exemplo, o Green Seal, nos Estados Unidos, Bra Miljøval, na Suécia e Marca Aenor Médio Ambiente, na Espanha. São programas governamentais ou não que possui um padrão de critérios e regras.(BARBOZA, 2001).

De acordo com Barboza (2001), no Brasil o pensamento para criação de um selo ambiental iniciou-se em 1990, com a parceria entre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental. Sendo assim, foram selecionados alguns produtos para participar de um projeto piloto, que teve como objetivo principal a educação ambiental no mercado interno e seguir a mesma linha de direcionamento internacional. Nessa forma, a Associação Internacional para Padronização (ISO) desenvolveu uma série de normas sobre rotulagem ambiental, conforme mostra o quadro 11:

Quadro 11 - Norma para rotulagem ambiental

Rotulagem tipo I – NBR ISO 14024: Programa Selo Verde	Rotulagem Tipo II – NBR ISO 14021: Auto-declarações ambientais	Rotulagem Tipo III – ISO 14025: Inclui avaliação do ciclo de vida
Estabelece os princípios e procedimentos para o desenvolvimento de programas de rotulagem ambiental, incluindo a seleção, critérios ambientais e características funcionais dos produtos, e para avaliar e demonstrar sua conformidade. Também estabelece os procedimentos de certificação para a concessão do rótulo	Especifica os requisitos para auto-declarações ambientais, incluindo textos, símbolos e gráficos, no que se refere aos produtos. Termos selecionados em declarações ambientais e fornece qualificações para seu uso. Descreve uma metodologia de avaliação e verificação geral para auto-declarações ambientais e métodos específicos de avaliação e verificação para as declarações selecionadas nesta Norma.	Ainda está sendo elaborada no âmbito da ISO. Tem alto grau de complexidade devido á inclusão da ferramenta Avaliação do Ciclo de Vida. Existe um longo caminho para que este tipo de rotulagem ganhe o mercado. As auto-declarações têm ganhado destaque no cenário brasileiro.

Fonte: Elaborado a partir de www.inmetro.com.br (2009).

Convém ressaltar que no setor moveleiro já possui exemplo de produtos sustentáveis. Cerca de 25 empresas do estado de Santa Catarina possuem o selo Biomóvel⁷, criado no intuito de promover uma nova cultura de produção de móveis, dentro da filosofia do desenvolvimento sustentável. (BIOMOVEL, ON LINE, 2010).

A principal matéria-prima do setor moveleiro também já possui selo de certificação, chamado de FSC (*Florest Stewardship Council*), conselho de manejo florestal, este selo foi

⁷ A Marca Biomovel é exclusiva do Sindicato das Indústrias do Mobiliário de São Bento do Sul e a empresa que tiver interesse em participar deverá ser integrante do pólo moveleiro de Bento Gonçalves. O Selo consiste em uma nova cultura na produção de móveis, baseada nos conceitos de sustentabilidade.(www.biomovel.com.br).

criado no México no ano de 1993, no intuito de promover o manejo responsável, socialmente benéfico e economicamente viável. O selo, além de certificar a floresta, certifica também os produtos derivados. No Brasil, atualmente, já possuem 9 áreas florestais certificadas pelo FSC. (BRAZIN E GODOY, ON LINE 2009).

As empresas que possuem gestão socioambiental, gerindo de forma correta as ferramentas disponíveis e optando pela transparência de informação, comprovada pelos selos verdes, no entendimento de Esty e Winston (2008) estarão protegendo a si mesmas. Segundo os autores, fazer a coisa certa é estar no caminho do sucesso, relacionar valores a questão ambiental atrai clientes, aumenta a confiança e o valor da marca. Afirmam ainda que a vantagem se mostra na execução e incorporação da cultura da ecovantagem⁸ nas operações empresariais.

As pessoas devem estar se perguntando, por quê grandes empresas estão engajadas na proteção ao meio ambiente? Na visão Esty e Winston (2008) é porque precisam. O limite do planeta seria o fim das atividades industriais, e aquelas empresas que pensarem na frente, em soluções para minimizar os impactos do descuido com o meio ambiente, poderão sobreviver neste desafio da sustentabilidade.

Ainda no entendimento dos autores, as empresas inteligentes que buscam iniciativas ‘verdes’ descobrem valores ainda não descobertos, como maior ganho, menos custos operacionais, facilidade de empréstimos bancários, credibilidade, confiança e valores intangíveis.

No mesmo entender de Esty e Winston, Goleman (2009) destaca que empresas éticas aumentam seus lucros apenas usando a responsabilidade socioambiental com a disponibilização de informações reais sobre os produtos vendidos, informações estas, sobre composição, consequência para o consumidor e ao planeta, dentre outras.

A exemplo destes benefícios, ao implantar ações de responsabilidade socioambiental, muitas empresas brasileiras já aderiram ao novo modelo de gestão, que inclui a responsabilidade socioambiental em suas estratégias, como é o caso da Natura, empresa de cosméticos, que ao adotar o uso do refil para os seus produtos economiza cerca de 30% de matéria-prima. (Revista Exame, Nov/2009). Outro exemplo é o hipermercado Walmart, que deixou de distribuir 12 milhões de sacolas plásticas ao usar a estratégia de desconto de 3 centavos para casa sacola que o consumidor deixar de usar.

Ainda com os exemplos responsabilidade social e lucratividade é o da empresa Amanco, que atua com materiais para construção. A empresa abriu oportunidade para as

⁸ Ecovantagem, uma estratégia verde bem direcionada que gera vantagem competitiva e adiciona valores aos negócios. Daniel Esty (2008).

peessoas de baixa renda comprar seus produtos sem precisar comprovar renda, parcelando em mais vezes com juros mínimos, e o resultado desta ação foi um crescimento de 30% em suas vendas. (REVISTA EXAME, NOV/2009).

Não basta só a empresa se preocupar com o meio ambiente, é preciso conscientizar a todos que se relacionam com a organização, é o que diz a empresa Bunge Alimentos, que implantou um projeto de conscientização e mudança de cultura com seus 20 mil fornecedores, dando a eles um prazo para se adaptar a nova gestão de responsabilidade socioambiental. Como consequência da não adaptação por partes dos agricultores, será o corte da lista de fornecedores da Bunge. (REVISTA EXAME, NOV/2009).

A revista exame (2009) apresenta ainda um dos principais e estratégicos fornecedores da indústria moveleira, a empresa Masisa, como sendo empresa modelo de gestão ambiental. Esta é uma empresa que produz chapas de madeira para fabricação de móveis e derivados e, provou ser possível produzir painéis de madeira de forma sustentável, pois o reaproveitamento do pó e casca de madeira sua fonte energética é 99% renovável e a água do processo produtivo provém da chuva ou da reciclagem dos efluentes. A empresa utiliza a parafina, como matéria-prima, para o desenvolvimento da emulsão da mesma, que aumenta a resistência dos painéis de madeira à água, a Masisa utiliza da reciclagem das embalagens longa vida, isso significa que 15 milhões de embalagens longa vida deixarão de ir para o lixo anualmente.

Sob este prisma, Tachizawa (2007) reforça que organizações que investirem em atitudes responsáveis conseguirão significativas vantagens competitivas e, além disso, redução de custos e a forma de administrar as empresas será completamente diferente, adaptada a nova realidade da sustentabilidade, conforme relatado no quadro 12:

Quadro 12 - Gestão no contexto da responsabilidade socioambiental

Gestão atual	Considerações a serem observadas na futura Gestão
Produção em massa	Produção em pequenos lotes
Uniformidade e padronização	Produção flexível de uma variedade de tipo de produto
Grandes estoques e inventários	Sem estoques
Teste de qualidade a posteriori	Controle de qualidade integrada ao processo
Produtos defeituosos no estoque	Rejeição imediata de peças com defeito
Perda de tempo de produção por causa da não manutenção	Redução da porosidade do dia de trabalho
Organização voltada para recursos	Organização voltada para a demanda
Redução de custos por meio do controle dos salários	Aprendizagem na prática integrada ao planejamento a logo prazo

Fonte: Elaborado a partir de Tachizawa (2007, p. 79 e 80).

Tachizawa (2007, pg.82) também reforça que “diante da necessidade de novos modelos de gestão, os líderes e gestores devem considerar a responsabilidade socioambiental,

produtividade e gestão da qualidade como necessidades competitivas e não mais vantagens competitivas” e traz uma proposta de modelo de gestão socioambiental resumida na figura 12:

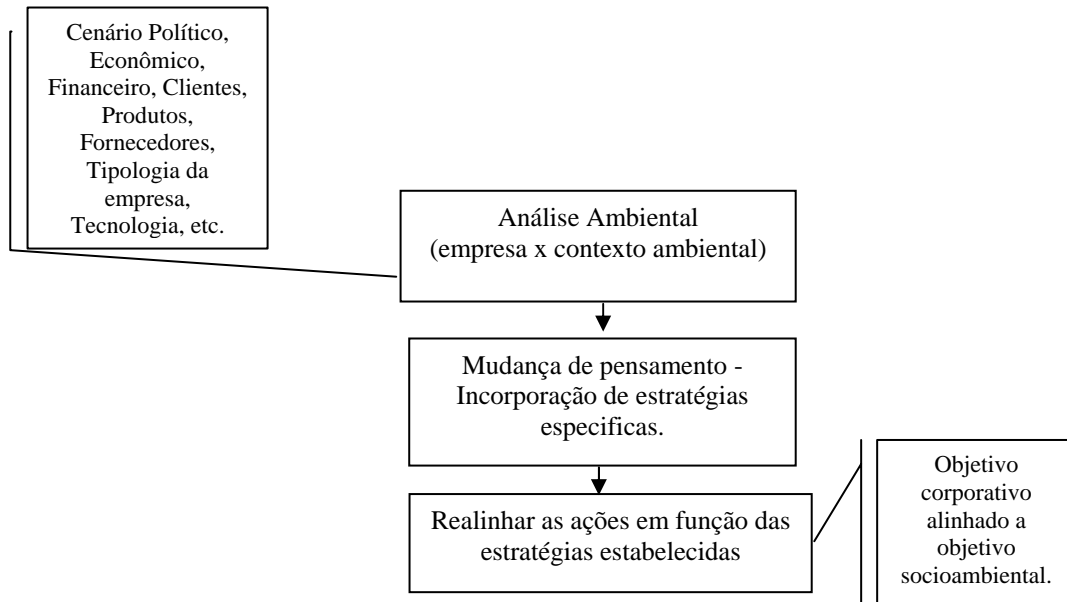


Figura 12: Modelo de gestão socioambiental
Fonte: Elaborado a partir de Tachizawa (2007, pg. 82)

No mesmo direcionamento de Tachizawa, Guevara *et al* (2009) compartilham a mesma reflexão de que se exige uma nova maneira de administrar os negócios, dentro da cultura do crescimento sustentável, e nisto se requer um novo administrador. Logo, o autor enfatiza que quando o novo contexto clama por mudança, o ser humano é incumbido desta nova missão, exigindo-se novo comportamento, nova visão, novas atitudes. Guevara *et al* (2009, p.78) reforçam ainda que “os novos managers assumem papel predominante no que se refere à compreensão desse contexto, no aprimoramento de sua consciência e na construção de uma gestão sustentável.”

Ainda segundo os autores, o papel do gestor vai além do simples administrar a empresa, devem diferir as práticas dos princípios e implantar a nova gestão de responsabilidade socioambiental. Logo, permite a reflexão de que não basta saber das ferramentas, conceitos e metodologias que levam ao desenvolvimento sustentável, é necessário saber como gerir essa nova cultura de desenvolvimento.

2 - A INDÚSTRIA MOVELEIRA E OS ASPECTOS DA GESTÃO PÚBLICA RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A indústria moveleira teve início no ano de 1830 onde os primeiros móveis compensados foram fabricados por Michel Thonet⁹, antes, os móveis eram feitos de forma artesanal, com madeira maciça onde a inovação ficava por conta da criatividade dos artesões e os móveis sob medidas, ou seja, os móveis planejados iniciaram-se somente no ano de 1897. (ON LINE, SONAGLIO, 2006 e ABIMOVEL, 2009).

O Setor moveleiro possui elevada consideração na economia brasileira, com a geração de empregos e renda, e tornou-se especial por possuir diferentes processos para produção, que conseqüentemente, geram diferentes tipos de resíduos, necessitando de diferentes equipamentos para funcionar. Tendo como principal matéria-prima a madeira, ou seja, os derivados dela, como o *medium-density fiberboard* (MDF), fibras de madeira, aglutinadas com resinas sintéticas através de temperatura e pressão ou aglomerados, a preocupação com o meio ambiente se expressa com maior intensidade.

De acordo com Prado (2007) o problema da indústria de móveis em relação ao impacto negativo ao meio ambiente não se concentra apenas na quantidade de resíduos gerados, mas também na diversidade dos mesmos. O autor levanta as principais matérias primas utilizadas na fabricação de móveis e Schneider, Nehme e Ben (2006) relatam os principais resíduos, conforme mostra a figura 13:

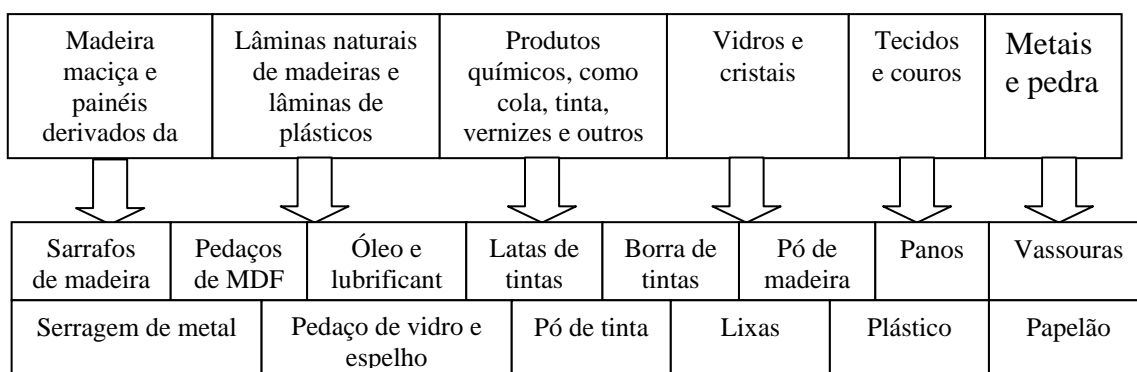


Figura 13 - Matéria-Prima e resíduos da indústria moveleira

Fonte: Elaborado a partir de www.universoambiental.com.br (Prado, 2007) e Schneider, Nehme e Ben (2006,p.81)

⁹ Michel Thonet foi um construtor de móvel e industrial alemão, que em 1830 inventou uma máquina para fabricar móveis de madeira curvada. (www.abimovel.com.br).

Além da preocupação com as diversas formas de resíduos e tendo como principal matéria-prima derivados de madeira, outra preocupação levantada pelo SEBRAE (2005) é a predominância das pequenas e médias empresas neste setor, onde a tecnologia, design, qualidade, matéria-prima, distribuição e estratégias gerenciais são fatores de competitividade que as indústrias de móveis têm que focar. Logo, pode inferir que se faz necessário entender a relação das micro e pequenas empresas com o tema da sustentabilidade empresarial. Afinal, considerando sua importância cada vez maior como geradora de emprego e renda no cenário atual, supõe-se que também sua contribuição para o processo de degradação ambiental esteja aumentando. (SEBRAE, ON LINE, 2005).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC (on line, 2005) as Micros e Pequenas Empresas foram responsáveis por 40% dos salários pagos aos trabalhadores formais e 96% dos estabelecimentos criados na década de 90.

SEBRAE (on line, 2005), completa afirmando que o segmento representa 99% do total de empreendimentos do País e contribuem com 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, os pequenos negócios são responsáveis por 95% dos novos empregos líquidos gerados a cada ano. Ainda, 60% dos empregos formais estão nas empresas que se encaixam nestes perfis, porém, cerca de 60% delas desaparecem até o quarto ano de existência. Em geral, as principais causas, dentre outras, são as deficiências de gestão empresarial e planejamento.

No mesmo posicionamento do SEBRAE e MDIC, Tachizawa (2007) compactua que as grandes empresas precisam e dependem da parceria das micro e pequenas empresas para permanecerem e conquistar o mercado, pois juntas, podem criar estratégias de crescimento e gerar empregos, contribuindo assim para o aumento da economia do país. Logo, esse posicionamento permite a reflexão de que não somente as empresas de grande porte necessitam implantar uma gestão socioambiental, mas principalmente, as micro e pequenas empresas, por serem influenciadoras diretas da economia brasileira.

2.1 Aspectos da indústria moveleira no mundo

De acordo com o Relatório Setorial da Indústria de Móveis no Brasil (2009), o setor moveleiro cresce em média 10,5 % ao ano e a produção mundial em 2008 foi de US\$ 359.514 milhões de dólares, onde o crescimento de 2007 para 2008 foi de 14,9%.

Na União Européia, os principais centros de produção estão localizados na Alemanha, Itália, França e Reino Unido, onde atualmente, a Itália se tornou o principal pólo ditador de tendência mundial para indústria moveleira.(ABIMOVEL, 2009).

A maior produção mundial em 2008 foi da União Européia, conforme mostra a tabela 2:

Tabela 2 - Produção mundial de 2008 da indústria moveleira

Região e Países produtores	Produção em milhões	Porcentagem
União Européia e Noruega/suíça	US\$ 130.001	36,2 %
Ásia e Pacífico	US\$ 123.148	34,3 %
América do Norte	US\$ 81.560	22,7 %
América do sul	US\$ 13.838	3,8 %
União Européia	US\$ 106.558	29,6 %
China	US\$ 71.484	19,9 %
Estados Unidos	US\$ 66.606	18,5 %
Canadá	US\$ 11.821	3,3 %
Japão	US\$ 11.895	3,3 %
Brasil	US\$ 11.000	3,1 %

Fonte: Adaptado de Relatório setor da Indústria de Móveis no Brasil (2009, p. 20)

A partir do relatório sobre o setor moveleiro (ABIMOVEL, 2009) é possível observar que a União Européia, juntamente com a Ásia, dominam a produção mundial de móveis, e a América do sul, onde o Brasil está inserido, ficou em último lugar, logo, permite a reflexão de que o setor moveleiro no Brasil possui oportunidades de crescimento e necessidade de investimentos para se desenvolver, e uma das áreas prioritárias para isso acontecer seria a gestão responsável, pois a produção industrial está intimamente ligada ao meio ambiente.

De acordo com a ABIMOVEL (2009), a União Européia não é somente a principal produtora de móveis no ranking mundial, mas também a maior consumidora, conforme mostra a tabela 3:

Tabela 3 - Consumo mundial de 2008 da indústria moveleira

Região e Países produtores	Consumo em milhões	Porcentagem
União Européia e Noruega/suíça	US\$ 128.914	35,7 %
América do Norte	US\$ 103.954	28,8 %
Ásia e Pacífico	US\$ 99.741	27,6 %
América do sul	US\$ 14.039	3,9 %
União Européia	US\$ 112.663	31,2 %
Estados Unidos	US\$ 89.019	24,6 %
China	US\$ 50.336	13,9%
Japão	US\$ 15.470	4,3 %
Canadá	US\$ 12.232	3,4 %
Brasil	US\$ 10.439	2,9 %

Fonte: Adaptado de Relatório setor da Indústria de Móveis no Brasil (2009, p. 20)

A tabela 2 permite constatar que a União Européia foi a maior consumidora de móveis em 2008, mas em segundo lugar ficou com a América do Norte e o Brasil participou com apenas 2,9%. A figura 14 mostra as principais regiões produtoras de móveis do mundo.

Produção mundial de móveis

O mapa a seguir, ilustra a concentração da produção de móveis nas diferentes regiões do planeta:
The following map illustrates the concentration of furniture production in the different regions of the planet:

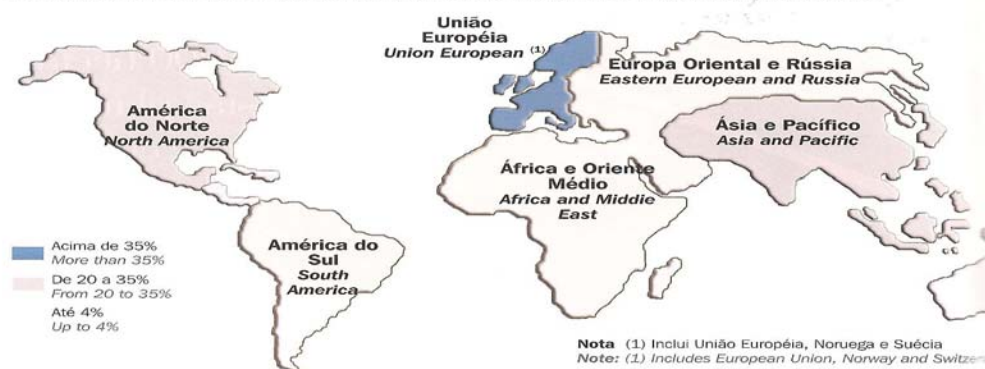


Figura 14: Produção mundial de móveis

Fonte: Relatório setor da indústria de móveis no Brasil (2009, p. 20).

Para ABIMÓVEL (2009), a produção industrial de móveis é um fator relevante na economia mundial, e com isso, a exportação e importação são os condutores deste cenário, mostrado nas tabelas 4 e 5:

Tabela 4 - Exportação mundial de 2008 da indústria moveleira

Região e Países produtores	Exportação em milhões	Porcentagem
União Europeia e Noruega/Suíça	US\$ 58.525	54,8 %
Ásia e Pacífico	US\$ 34.850	32,6 %
América do Norte	US\$ 9.116	8,5 %
América do sul	US\$ 1.320	1,2 %
União Europeia	US\$ 41.420	38,8 %
Estados Unidos	US\$ 3.583	3,4 %
China	US\$ 22.030	20,6%
Japão	US\$ 703	0,7 %
Canadá	US\$ 4.178	3,9 %
Brasil	US\$ 968	0,9 %

Fonte: Adaptado de Relatório setor da Indústria de Móveis no Brasil (2009, p. 21).

Tabela 5 - Importação mundial de 2008 da indústria moveleira

Região e Países produtores	Exportação em milhões	Porcentagem
União Europeia e Noruega/Suíça	US\$ 57.438	52,9 %
América do Norte	US\$ 31.150	29,0%
Ásia e Pacífico	US\$ 11.443	10,5 %
América do sul	US\$ 1.521	1,4 %
União Europeia	US\$ 47.525	43,7 %
Estados Unidos	US\$ 25.996	23,9 %
Canadá	US\$ 4.589	4,2 %
Japão	US\$ 4.278	3,9 %
China	US\$ 882	0,8%
Brasil	US\$ 407	0,4 %

Fonte: Adaptado de relatório setor da indústria de móveis no Brasil (2009, p. 21)

Pelo cenário exposto na tabela 4, a participação brasileira na exportação ainda é

pequena, levando em consideração os valores de produção, logo, permite a reflexão de que o setor moveleiro no Brasil precisa de incentivos e organização da gestão industrial para aumentar a participação no quadro mundial de exportação, e uma das alternativas está na atuação socioambiental responsável.

Neste contexto, a ABIMOVEL (2009) relata que o maior consumo *per capita* de móveis do mundo encontra-se na Noruega/Suíça, que consomem 7,1 vezes a mais que a média global.

A União Européia exporta 45% da sua produção, o Leste Europeu e a Rússia 28,4%, Ásia e Pacífico 28,3%, o oriente Médio e África 24,9%, a América do Norte 11,2% e a América do Sul exporta apenas 9,5% de sua produção. Assim, observa-se que produção mundial cresceu 49% em quatro anos, a América do Sul obteve um crescimento de 109% e o consumo 130,5% enquanto o consumo mundial cresceu apenas 47%. (ABIMOVEL, 2009).

Já no contexto brasileiro, ainda de acordo com a ABIMOVEL(2009), o país contribuiu com os indicadores de produção e consumo da América do Sul, obtendo 80% da produção, 73% da exportação, 27% da importação e 74% do consumo.

2.2 Aspectos nacional da indústria moveleira

O setor moveleiro do Brasil destaca-se dentro do contexto das indústrias de transformação, pois cresce em média 3,8% ao ano; possuindo 14,4 mil indústrias em 2008 e contribuiu com 2,3% das receitas líquidas obtidas pelo país. (ABIMOVEL, 2009). Portanto, é um setor em constante crescimento, que em 2008 gerou cerca de 220 mil postos de trabalho, 2,2% do total nacional, produziu 354 milhões de peças, faturou 20,2 bilhões, exportou US\$ 968 milhões, importou US\$ 407 milhões e investiu R\$ 598 milhões no mesmo.

De acordo com o relatório da ABIMOVEL (2009), este setor obteve um aumento de 33,7% em 4 anos, no período de 2004 a 2008, ocasionado pelo segmento de móveis para escritório que obteve um aumento de 42,4%, enquanto os móveis residenciais foram de 30,1%, Observando então, um crescimento representativo. Logo, esses dados remetem a reflexão de que é um setor de oportunidades para investimentos.

Dentro do contexto produção nacional, a ABIMOVEL relata que as principais linhas de produção são móveis para dormitórios, que representam 34% da produção de 2008, cozinha 12%, escritórios 14%, estofados 11%, salas 14,5% e os modulados e outros somam 14% da produção total de 2008. A tabela 6 mostra o quantitativo por segmento da produção de móveis no Brasil.

Tabela 6 - Produção nacional por linha de móveis

Linha de Móveis	Produção em peça 2007	Produção em peças 2008
Móveis para escritório	45.567.431	48.562.237
Móveis para dormitório	117.130.036	120.790.444
Móveis para sala de estar	15.382.888	15.968.026
Móveis estofados	36.941.686	39.296.849
Móveis para sala de jantar	35.473.774	37.988.390
Móveis para cozinha	39.046.072	40.936.547
Outros	48.420.385	50.928.364

Fonte: Adaptado de relatório setor da indústria de móveis no Brasil (2009, p. 47)

De acordo com o relatório da ABIMÓVEL (2009), as empresas de móveis do Brasil concentram-se na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste, com 81,7%; no Nordeste são 10% e, no Centro-Oeste e Norte estão apenas 8% delas. A figura 15 mostra as principais regiões produtoras de móveis no Brasil.

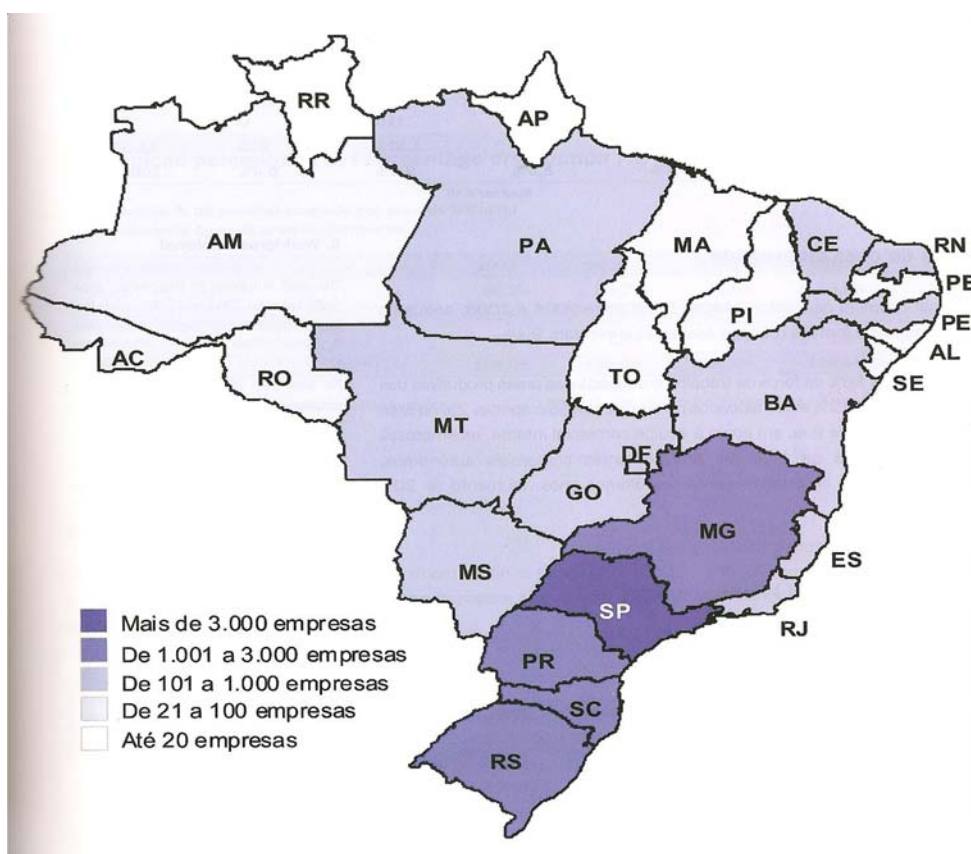


Figura 15 - Indústria moveleira por estado

Fonte: Relatório setor da indústria de móveis no Brasil (2009, p. 43).

De acordo com a ABIMÓVEL (2009), as regiões Sul e Sudeste dominam a fabricação de móveis em madeira, tendo 5.172 e 4.970 empresas, respectivamente, em 2008, enquanto a região Centro-oeste produziu apenas 688 indústrias produtoras de móveis específicos de madeira.

O estilo de produção nacional varia entre produção em série, peças modulares, planejados e sob desenho, onde o mais usado é o em série, utilizado por 76% das empresas, em segundo fica o estilo armários planejados com 9%, as peças modulares com 8% e o estilo sob desenho com 6%. No Centro-Oeste não é diferente, pois o estilo mais utilizado é aquele em série, onde 605 empresas de 825 estudadas pela ABIMÓVEL(2009) produzem e em segundo ficou o estilo modulado/planejado, com 110 empresas utilizando.

A produção moveleira utiliza-se de diferentes maquinários para fabricação dos móveis, como a máquina para serrar, lixar, fazer espigas/ranhuras/fresas, colar, furar, montar dentre outras, sendo que, 139.419 mil delas estão instaladas em todo território nacional. As empresas do setor investiram US\$ 112.538 milhões em máquinas no ano de 2008, houve um crescimento de 175% no período de quatro anos, neste contexto, os países que mais exportam máquinas para o Brasil estão a Alemanha e Itália que juntos participam com 67% do total. (ABIMÓVEL, 2009).

O cenário econômico do setor moveleiro em exportação de 2008 foi de queda, conforme mostra tabela 7:

Tabela 7 - Exportação brasileira de móveis de madeira em volume e em valores

Tipo de Móveis	Em tonelada (2007)	Em tonelada (2008)	Em US\$ 1.000 (2007)	Em US\$ 1.000 (2008)
Escritório	16.004	10.716	33.308	24.614
Cozinha	29.118	26.237	55.709	53.871
Dormitório	179.307	161.857	288.123	289.532
Outros	155.868	132.987	311.588	297.342

Fonte: Adaptado de relatório setor da indústria de móveis no Brasil (2009, p. 59)

Enquanto a exportação nacional de móveis foi de queda de 2007 para 2008, a importação obteve um aumento, totalizando 58.591 toneladas em 2008, em comparação a 45.788 de 2007 e em valores de US\$ 283.039 em 2007 teve aumento para US\$ 406.791 milhões de dólares em 2008. Logo, permite a reflexão de que constitui um cenário preocupante, mas de acordo com a ABIMÓVEL (2009), a estimativa de crescimento para o setor no ano de 2009 é de 22%.

Na figura 16 a seguir, é possível ver a balança comercial de móveis:

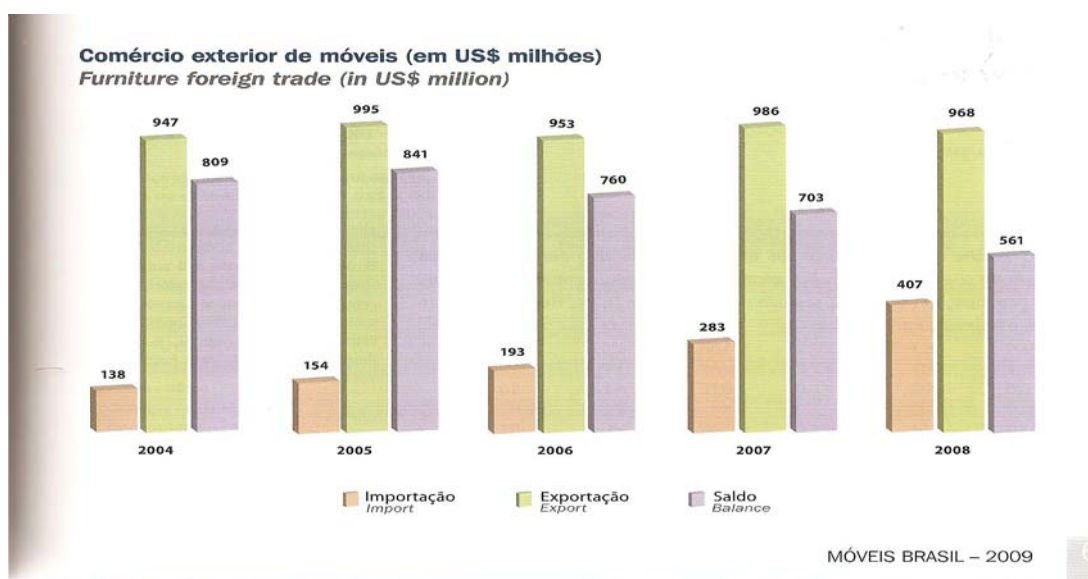


Figura 16 - Comércio exterior de móveis
 Fonte: Relatório setor da Indústria de Móveis no Brasil (2009, p. 61)

O Brasil exporta sua produção de móveis para vários países, como Venezuela, Alemanha, Espanha, Chile, Angola, Reino Unido, França, porém, os países que mais recebem a produção brasileira são os Estados Unidos com 16,5% e Argentina com 11,9%, e os estados que mais contribuem para exportação estão o de Santa Catarina com 32% em 2008 e o Rio Grande do Sul com 29,7%. O estado de Goiás nem é citado no cenário exportação, apenas no de importação com 3% em 2008. (ABIMÓVEL, 2009).

Após a contextualização do cenário nacional, é possível à reflexão de que o setor moveleiro é relevante para economia brasileira e possuidor de um potencial de desenvolvimento e crescimento, e que o fator exportação, no qual apresentou baixo índice de participação, se faz necessário investimento na questão ambiental, que é uma forma de adaptação às exigências do mercado internacional.

Dentro deste contexto, Venzke (on line, 2010) sugere algumas alternativas ambientais para o setor moveleiro, dentre elas estão a criação de uma cooperativa para reciclagem, descarte adequado dos resíduos, a implantação da metodologia Produção mais Limpa, criação de novos produtos com foco no ecodesign, compra de matéria-prima principal apenas com fornecedores certificados pelo selo FSC, investir em educação ambiental com os colaboradores e por último, investir na conquista do selo verde específico para o setor.

Nesse sentido, existem vários casos de sucessos de empresas do setor moveleiro que utiliza de alguma ferramenta de gestão socioambiental. Schneider, Nehme e Bem (2006) disponibilizam um modelo de gestão segundo as orientações do sistema de Gestão Ambiental

e Produção Mais Limpa, aplicado em um estudo de caso nas indústrias moveleiras da Serra Gaúcha que se resume conforme figura 17:

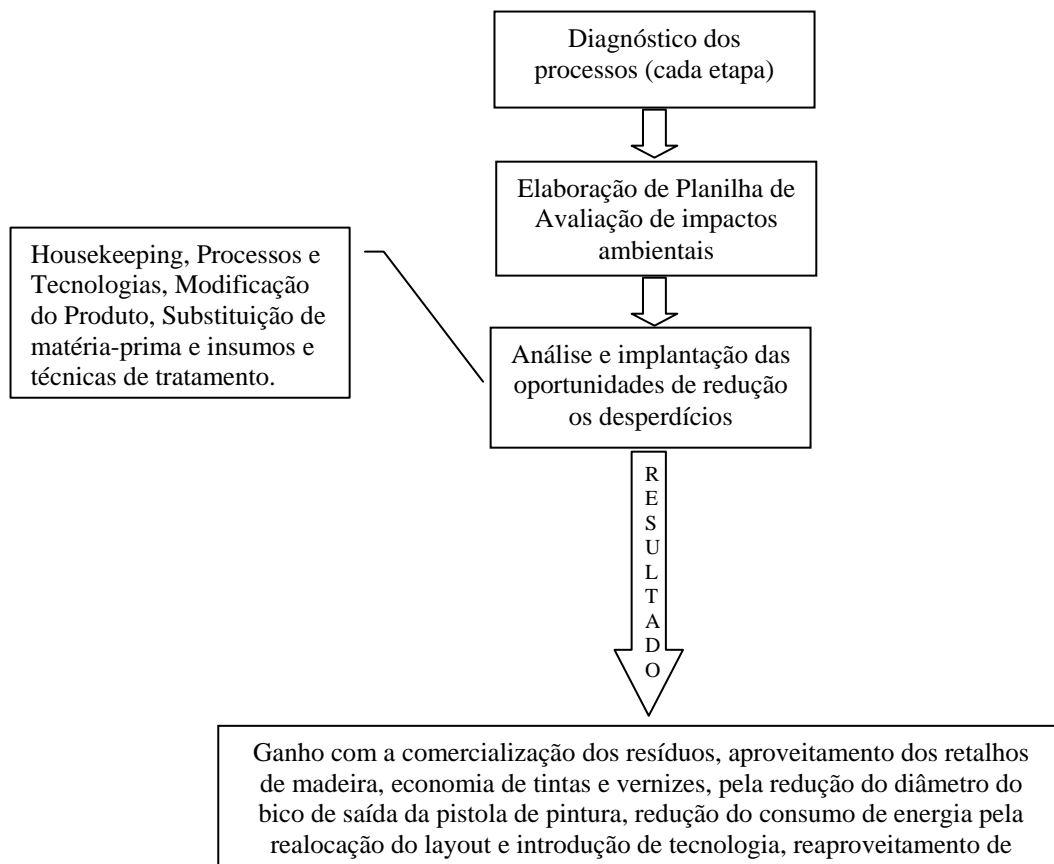


Figura 17 - Modelo de gestão socioambiental da indústria moveleira de Bento Gonçalves
Fonte: Elaborado a partir de Schneider, Nehme e Ben (2006, p.33)

Como exemplo de sucesso de responsabilidade socioambiental na indústria moveleira está a empresa Coating Austrália Pty Ltda, indústria de móveis, que eliminou o uso de solventes e thinners em seu processo produtivo e obteve economia de 40% em relação ao gasto com matéria prima. SCHNEIDER, NEHME E BEN (2006, p. 65).

A indústria moveleira pode utilizar de muitos produtos para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, além do exemplo da empresa Coating Austrália Pty , tem-se a opção de utilizar em seu processo produtivo produtos que agride menos o meio ambiente, como por exemplo, tinta em pó, adesivos biodegradáveis a base de água e tintas e vernizes livres de solventes. No entanto, a empresa necessita estar em perfeita sintonia com seus fornecedores, caso contrário, o processo de implantação de responsabilidade socioambiental torna mais difícil e lento. SCHNEIDER, NEHME E BEN (2006). Nesse sentido, segue abaixo a figura 18, o subsistema da indústria moveleira para melhor entendimento.

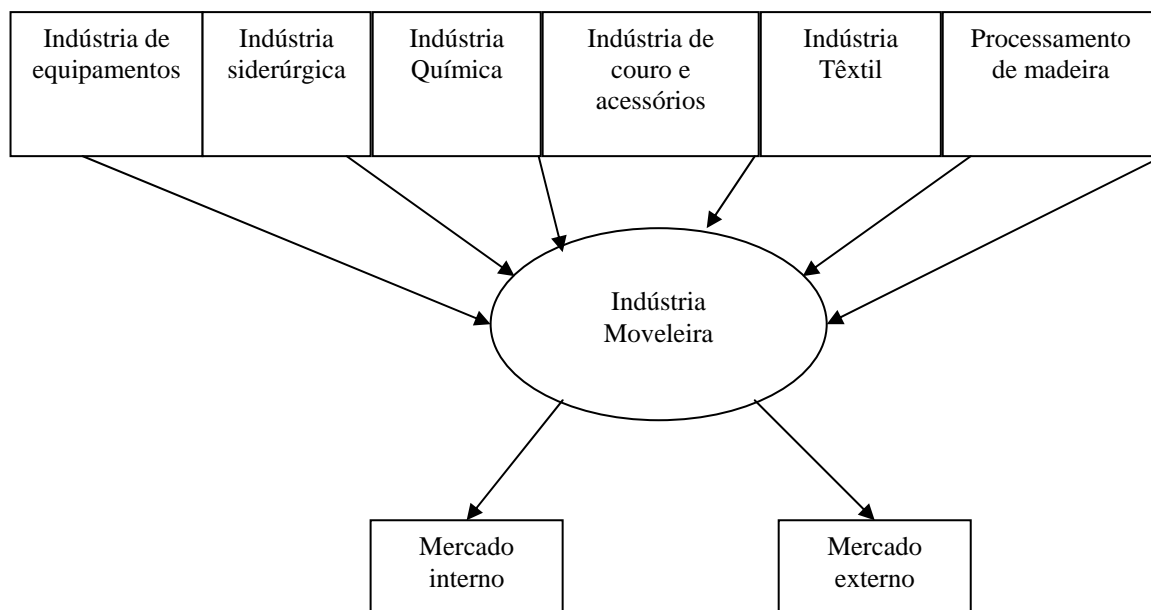


Figura 18 - Subsistema da Indústria Moveleira

Fonte: Elaborado a partir de Schneider, Nehme e Bem (2006, p. 111)

A indústria de móveis pode ser visualizada dentro do território brasileiro, representadas pelos seus pólos industriais, nos quais os mais conhecidos são apresentados no quadro 13:

Quadro 13 - Principais pólos moveleiros no Brasil

ESTADO	CIDADES
Paraná	Curitiba, Arapongas, Londrina, Cascavel, Francisco Beltrão
Santa Catarina	Rio Negrinho, São Bento do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Pinhalzinho, São Loureiro do Oeste, Otacílio Costa
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Restinga Seca, Santa Maria, Frechim, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Canela, Gramado.
Espírito Santo	Colatina, Linhares, Vitória
Minas Gerais	Ubá, Bom Despacho, Martinho Campos, Uberaba, Uberlândia, Carmo do Cajuru
São Paulo	Vatuporanga, Bálamo, Jaci, Mirassol, Neves Paulista, Itatiba, São Bernado do Campo
Bahia	Salvador
Ceará	Fortaleza
Maranhão	Imperatriz
Pernambuco	Recife
Amazonas	Manaus

Fonte: Elaborado a partir de www.portalmoveleiro.com.br (2009)

O quadro 13 permite observar que o estado de Goiás não foi citado como possuidor de pólo industrial do setor moveleiro, mas também permite a reflexão de que o mesmo não possua um potencial a ser explorado e trabalhado, considerando que o estado possui 660 empresas moveleiras, sendo este, um número considerável para que o governo direcione ações em prol do desenvolvimento do setor. Além disso, o SEBRAE local, juntamente com o

Sindicato moveleiro local, são possuidores de um projeto para criação de um pólo industrial para as indústrias moveleiras, neste projeto, exige-se dentre outras coisas, a comprovação do compromisso com a responsabilidade socioambiental. (SINDMOVEIS/GO, 2009).

De acordo com o SINDMOVEIS em Goiás, as indústrias de móveis se concentram em sua maioria, nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Rubiataba, Senador Canedo e Valparaiso, e sua produção se resume em móveis para cozinhas, salas, banheiros, quartos, escritórios e exposição.

Em Goiás, as micro e pequenas empresas representam 99% das indústrias de móveis, que em 2006, de acordo com o SINDMOVEIS (2009)), gerou 8.800 empregos e faturou aproximadamente R\$ 360 milhões. No entanto, o SEBRAE/GO (2009) apontou alguns pontos fracos do setor, nos quais o mesmo está investindo em ações em busca da melhoria dos mesmos, dentre os principais pontos fracos estão a informalidade, a falta de pesquisa em inovação, a falta de mão-de-obra especializada, o desperdícios, falta de lugar para destinação dos resíduos e a dependência de alguns insumos que provém de outros estados.

Porém o setor tem procurado investir em desenvolvimento de produto, inovação, qualidade dos processos, marketing e publicidade. (SINDMOVEIS/GO, 2009).

Segundo o Sindmovéis em Goiás, o quesito exportação ainda é pouco explorado pelas empresas, devido a falta de integração das mesmas, mas as ações dos órgãos públicos estão focadas para esta área e a força de vontade dos empresários goianos com o apoio e parceria dos sindicatos e instituições fazem com que o setor moveleiro seja considerado um setor promissor e em crescente desenvolvimento, conforme mostra figura 19, na qual expõe a extensão do setor.

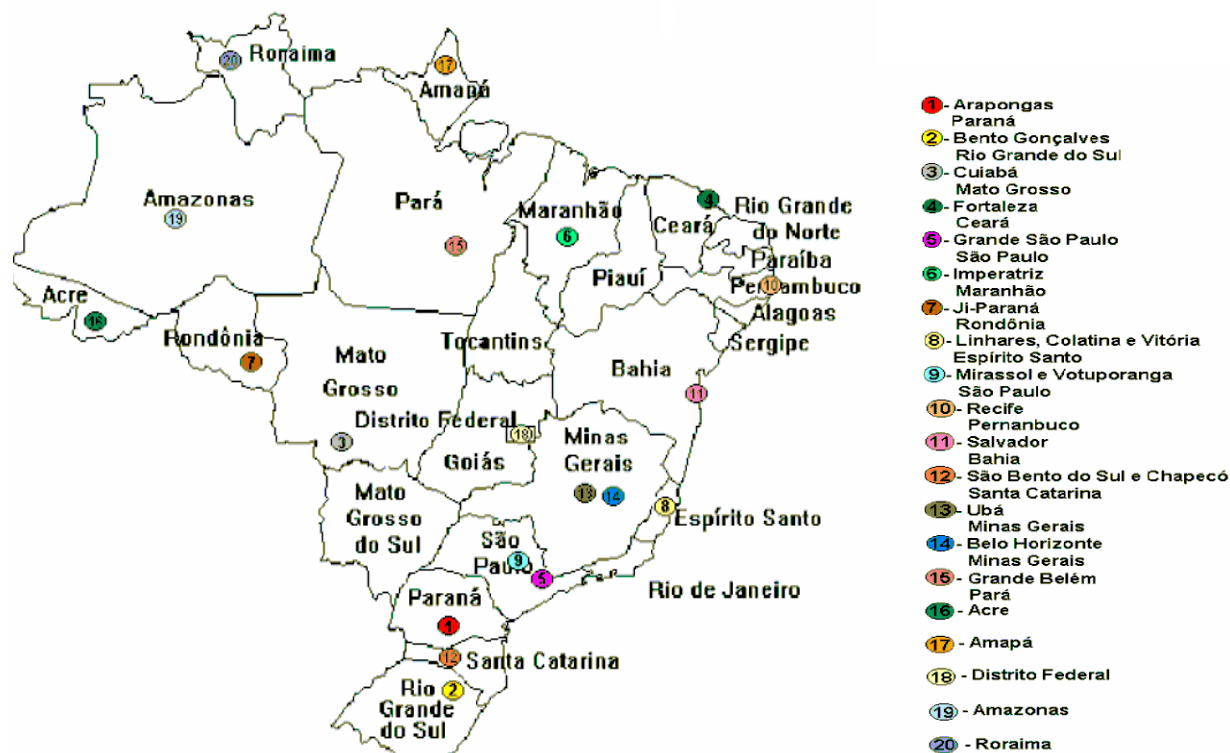


Figura 19 - Concentração de fabricantes de móveis no Brasil
Fonte: Relatório ABIMÓVEL, 2006.

2.3 Políticas públicas e a responsabilidade socioambiental empresarial

Existe um consenso de que governantes da maioria dos países estão preocupados com o destino final do planeta Terra, nesse sentido, existem várias ações e projetos em andamento ou em desenvolvimento que buscam a gestão socioambiental corporativa.

Guevara *et al* (2009 p.23) sinaliza que um novo modelo de governança será aberto com relação direta com a sociedade e demais interessados, onde a transparência e a participação comunitária serão focos principais. Os autores afirmam ainda que “as dimensões sociais e ambientais da atividade empresarial deixam de ser consideradas ‘externidades’ que a sociedade irá custear por meio dos impostos e do setor público, para se tornar um fator intrínseco da atividade econômica.”

Chamados de definidores das regras do jogo, o governo, as ONGs, líderes de opinião, investidores, consumidores, comunidade, concorrentes, parceiros, a mídia, o mundo acadêmico e associações são os motivadores para a consciência ambiental empresarial. (ESTY e WINSTON 2008).

Nesse sentido, muitas empresas foram influenciadas a rever seus conceitos, como o caso do McDonald’s, empresa internacional de lanchonete, que mudou sua linha de produtos,

antes somente sanduíches, para produtos saudáveis feito a base de verduras e legumes, devido a pressão dos definidores das regras de que os seus produtos engoradava e fazia mal às pessoas que o ingeria. Outro exemplo está na atitude da Nike, empresa produtora de calçados e roupas esportivas, que convidou a DuPont, empresa química e de pesquisa em ciência e tecnologia, para juntas pensarem em criar calçados sustentáveis.

No Brasil, os frigoríficos instalados nas áreas devastadas da Amazônia, podem estar com os dias contados, pois, empresas de grande porte do mercado varejista, como Wal-Mart e Carrefour declararam que não comprariam mais carne vindas destes frigoríficos, pelo simples fato deles terem substituídos as árvores pelo gado. A estratégia deu certo, os frigoríficos terão que conquistar um selo, a ser lançado até junho de 2010, que comprovam que os mesmos não estão desmantando a Amazônia. (Revista Exame, Nov/2009).

Ainda segundo a Revista, existem leis para as empresas aderirem a ações que visam o desenvolvimento sustentável, como por exemplo, na Dinamarca, que em 2010 as maiores empresa deverão relatar em seus relatórios financeiros as ações com a responsabilidade socioambiental e na Suécia, que as empresas estatais terão que publicar indicadores de responsabilidade socioambiental.

Mediante a este cenário, no Brasil foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e da Agenda 21 Brasileira, as quais são compostas por representantes do governo e da sociedade. Nesse mesmo sentido, Nascimento, Lemos e Mello (2008), informa que a Agenda 21 consiste em um planejamento de ações voltadas para resolução dos problemas ambientais, sociais e econômicos, que tem como objetivos a integração e participação da comunidade, respeito ao próximo, mudança de cultura, minimização das desigualdades sociais. Os 21 objetivos estão divididos entre cinco itens, a saber: A economia da poupança na sociedade do conhecimento; Inclusão social para uma sociedade solidária; Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas e Governança e ética para a promoção da sustentabilidade. Abaixo segue o quadro 14 das dimensões e estratégias da agenda 21 brasileira.

Quadro 14 - Linhas estratégicas da Agenda 21 Brasileira e dimensões da sustentabilidade.

DIMENSÕES	LINHAS ESTRATÉGICAS			
Geoambiental	1 uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais	2. ordenamento territorial	3 Manejo adequado dos resíduos, efluentes e substâncias tóxicas e radioativas	4 Manejo sustentável da biotecnologia
Social	5 Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza	6 Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social	7 Promoção da educação e cultura para a sustentabilidade	8 Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade.
Econômica	9 Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo	10 Inserção econômica competitiva	11 Geração de emprego e renda, reforma agrária urbana	12 Dinâmica demográfica e sustentabilidade
Político-Institucional	13 Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões	14 Descentralização para o desenvolvimento sustentável	15 Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável	16 Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional.
				17. instrumento de regulamentações
Informação e Conhecimento	18 Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transparência de tecnologia	19 Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento	20 Informação para a tomada de decisão	21 Promoção da capacidade e conscientização para a sustentabilidade.

Fonte: Elaborado a partir de Nascimento, Lemos e Mello (2008, p. 76)

A Agenda 21 global é um compromisso assumido por 179 Países, estabelecida e acordada durante o Rio-92, com intuito de promover o desenvolvimento que equilibre proteção ambiental, justiça social e crescimento econômico. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2009).

Nesta vertente, Nascimento, Lemos e Mello (2008) relatam que a Agenda 21 global foi um acontecimento histórico que deu início às ações para o desenvolvimento sustentável e que envolve planos em âmbito nacional e local, no entanto, a ideia da Agenda 21 é encenar a transição do desenvolvimento atual para o desenvolvimento que equilibre os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Nos esclarecimentos da Confederação Nacional da Indústria (2002), a agenda 21 se define como:

Um conjunto de princípios que tem como objetivo lançar novas bases para a produção e distribuição das riquezas geradas pelo trabalho humano, que contemplassem a utilização adequada dos recursos oferecidos pelo planeta e assegurassem a todos o direito a viver com dignidade, tanto no presente, como no futuro. Aponta caminhos e define as responsabilidades de cada agente social na busca do desenvolvimento sustentável, ao longo de seus 40 capítulos.

Sendo assim, a Agenda 21 brasileira regula-se por um documento elaborado pelo governo em parceria com a sociedade em geral, onde estão contidas 21 ações prioritárias, aparadas por seis princípios, conforme demonstra a figura 20:

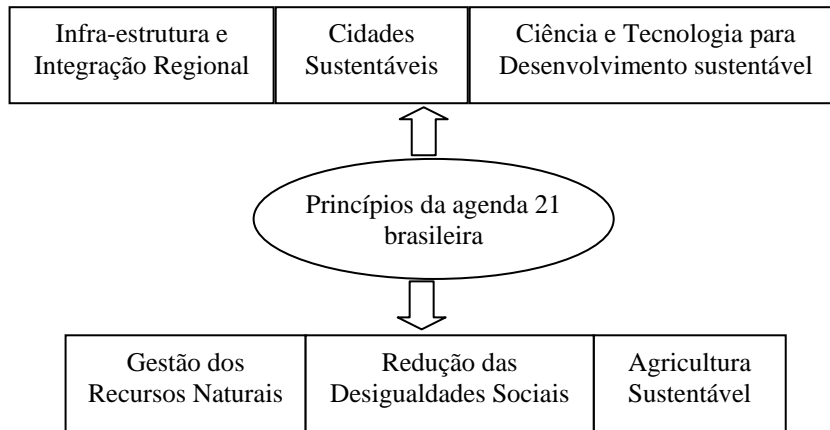


Figura 20: Princípios da Agenda 21 Brasileira

Fonte: Elaborado a partir de www.icqbrasil.com.br (Documento da Confederação Nacional da Indústria, 2009)

A Agenda 21 Goiás, ainda em elaboração, objetiva unir o setor público, a comunidade e o setor produtivo local a fim de propor ações consolidadas para o futuro. Foram definidos seis eixos para startar as ações, que são: Sustentabilidade do desenvolvimento urbano; Sustentabilidade do desenvolvimento rural; Sustentabilidade dos recursos naturais; Sustentabilidade para o desenvolvimento social e humano; Sustentabilidade para o desenvolvimento econômico e regional; e Sustentabilidade para a ciência e tecnologia. (ICQ BRASIL, ON LINE, 2009).

As principais leis ambientais brasileiras que cuidam do assunto meio ambiente, se resumem no quadro 15:

Quadro 15 - Principais leis ambientais brasileiras

Lei da Ação Civil Pública - número 7.347 de 24/07/1985.	Lei de interesses difusos, trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico
Lei da Área de Proteção Ambiental - número 6.902 de 27/04/1981.	Lei que criou as "Estações Ecológicas", áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90 % delas devem permanecer intocadas e 10 % podem sofrer alterações para fins científicos. Foram criadas também as "Áreas de Proteção Ambiental" ou APAS, áreas que podem conter propriedades privadas e onde o poder público limita as atividades econômicas para fins de proteção ambiental.
Lei de Crimes Ambientais - número 9.605 de 12/02/1998.	Reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta caso se comprove a recuperação do dano ambiental. As multas variam de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões de reais.
Lei das Florestas – número 4.771 de 15/09/1965.	Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além de topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e locais acima de 1.800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do país preservem 20 % da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis
Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – número 6.938 de 17/01/1981	É a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).
Lei de Recursos Hídricos – número 9.433 de 08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.
Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – número 6.803 de 02/07/1980.	Atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.

Fonte: Adaptado de www.ibama.gov.br (2009)

Dentre as normas vigentes para o setor moveleiro, estão as Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR) elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que se encontram em anexo.

Por mais que existam leis ambientais, mecanismos de controle nesse sentido, a pesquisa “A Sondagem Espacial sobre o Meio Ambiente” realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2004, sinaliza uma realidade diferente para se obter licença ambiental.

Neste aspecto, a figura 21 esclarece a organização dos órgãos públicos responsáveis pelo assunto meio ambiente.

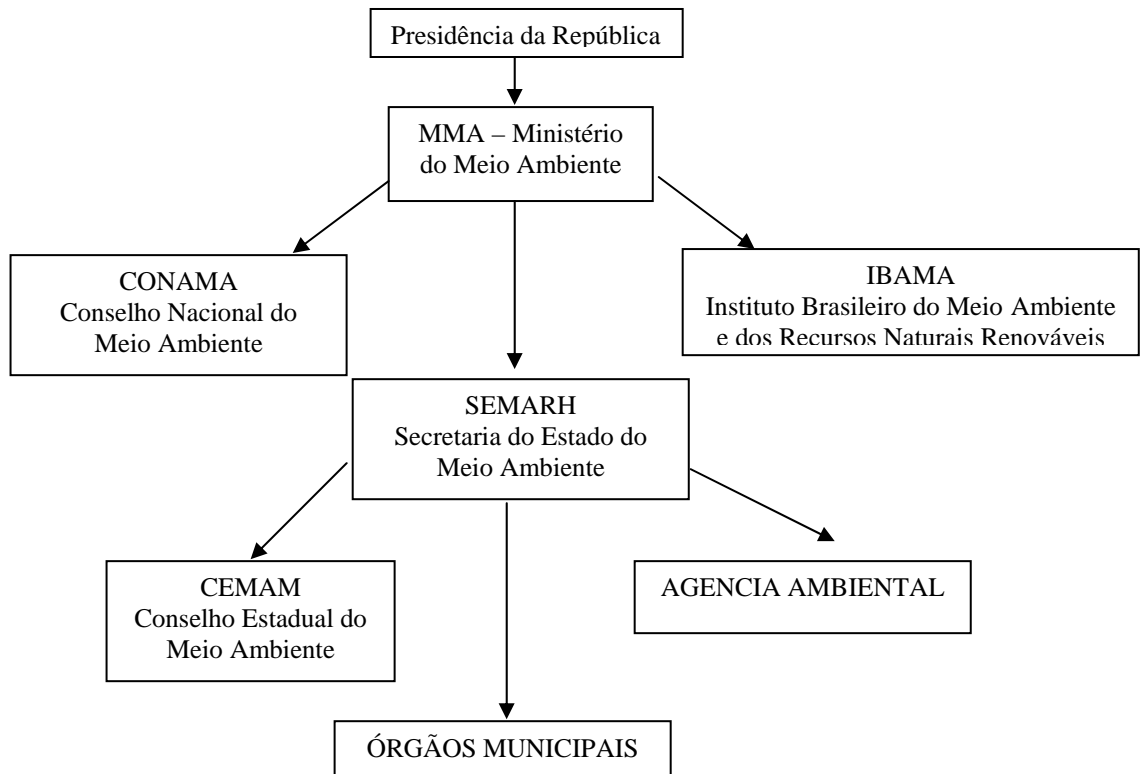


Figura 21 - Sistema Nacional de Meio Ambiente

Fonte: Apresentação metodológica do P+L / Legislação ambiental (SEBRAE, ON LINE, 2008)

Seguindo os resultados realizado pela pesquisa CNI, 74,5% das grandes e 71,3% das pequenas e médias empresas participantes enfrentaram dificuldades ao solicitar o licenciamento ambiental, problemas como a demora na análise nos pedidos e custos dos investimentos necessários para atender às exigências requeridas pelo órgão ambiental responsável.

A pesquisa mostra ainda que os setores industriais que mais registraram dificuldades em obter o licenciamento ambiental foram a Borracha (88,2%), Papel e Papelão (81,5%) e Minerais Não-Metálicos (78,4%). Os setores de Madeira (72,2%), Química (70,3%) e Minerais Não-Metálicos (70,1%) foram os que apresentaram maior incidência de empresas que enfrentaram problemas na relação com os órgãos ambientais.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) propõem algumas medidas para o poder público, nas quais poderiam ser implantadas de forma eficaz para o desenvolvimento sustentável, tais como a responsabilidade estendida ao produto, responsabilizar os produtores pelo destino final dos mesmos, estimulando-os a criar produtos mais duráveis e ao mesmo tempo adequados para a reutilização, a reforma ecológica da tributação, que visa viabilizar de forma

correta a aplicação das leis de devolução ao produtor, as taxas cobradas pela utilização de produtos nocivos e prejudiciais. Na visão dos autores, dever-se-ia usar as ecotaxas¹⁰ para fins de estudo e pesquisa e para o acesso do público às informações, no sentido de ampliar a divulgação das informações referentes quantidade de toxidade nos produtos, emissões industriais, projetos de prevenção da poluição, realidade energética.

Todavia, pagar a ecotaxa, para Nascimento, Lemos e Mello (2008) é a retribuição pelos serviços oferecidos pela natureza, uma vez que a mesma sempre prestou seus serviços de forma modesta, eficiente e essencial para a sobrevivência do planeta, no entanto, tais serviços entendidos como obscuros até então, não eram cobrados e nem pagos. Ainda na concepção dos autores, a verdade é que eles sempre existiram, porém, o descuido do homem fez com que surgisse a necessidade de pagar pelos serviços prestados pelo meio ambiente, logo, os autores relatam que surgiu o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que consiste em um pagamento para poder utilizar os recursos naturais ainda existentes. Como a economia gira em torno do dinheiro, a idéia é pagar em dinheiro a quem preserva o meio ambiente. A exemplo de pagamento por serviços ambientais é o crédito de carbono. Desta forma, os autores enfatizam que ter uma floresta em casa tem que ser mais valioso do que a destruição da mesma.

No Brasil existem vários programas de incentivos neste sentido, como por exemplo, o Proambiente, do Ministério do Meio Ambiente (MMA, on line, 2009), que premia com um terço de salário mínimo agricultores e pecuaristas que incorporam práticas menos impactantes em sua produção. Outro exemplo é o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS) ecológico, que tem como objetivo principal permitir a criação de ferramentas econômicas para gestão e proteção ao meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável dos municípios e compensação ambiental que beneficia financeiramente algum impacto inevitável, reposição florestal, para madeireiros que cumprem com as regras de manejo florestal, dentre outros. (MMA, ON LINE, 2009).

Nesse sentido, no estado de Goiás, a preocupação com o meio ambiente se intensificou nos anos 40, onde a devastação ocupou espaço do solo produtivo. Na oportunidade, o Governo de Goiás fundou o Departamento de Fiscalização da Caça e Pesca da Secretaria da Agricultura do Estado. Nesta época, as leis federais que vigoravam no estado não supria a necessidade de fiscalização como um todo, preocupava apenas com a fauna, então, em 1976

¹⁰ Ecotaxas: taxa paga pelas empresas e produtores por usarem os recursos ambientais.

criou-se a Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Goiás (SEMAGO) (AGENCIAAMBIENTAL, ON LINE, 2009).

De acordo com a Agência Goiana do Meio Ambiente (on line, 2009), Goiás começou a ter leis reguladoras específicas em 1978, com a alteração da Lei nº 8544, que regulava os processos potencialmente poluidores e o surgimento das leis nº 12.596/95 e nº 13.025/97, que regulava a política florestal e a pesca, o fomento e a comercialização de espécies da ictiofauna. Em 1989, a SEMAGO, então Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Goiás, foi transformada em Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMAGO), a qual prosperou as ações em defesa do meio ambiente. Em 1999 a FEMAGO veio ao fim e fundou-se a Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos. A Lei nº 13.782 de 2001 mudou o setor que cuidava dos recursos naturais, como, serviços geológicos, recursos hídricos e gestão territorial para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente onde passou a chamar Agência Goiana do Meio Ambiente.

Segundo Tachizawa (2007), a necessidade de integrar os interesses econômicos, ambientais e sociais vem alicerçada com a necessidade de lucratividade para gerar valor competitivo e sobrevivência do negócio e do planeta, logo, pode inferir que os órgãos públicos e sindicatos e associações criam maneiras de incentivos a essa nova prática, sendo a premiação um das formas de reconhecimento. Os prêmios, reconhecimento público das iniciativas de investimento no capital social e humano, de acordo com o SINDMÓVEIS (2009), rendem à indústria um aumento de produtividade e de competitividade no mercado, e são forma de incentivos às empresas a implantar a gestão socioambiental. Nesse sentido, em Goiás especificamente, existem várias ações e projetos por parte de alguns órgãos do governo rumo ao desenvolvimento sustentável, logo, permite a reflexão de que falta comprometimento e seriedade por parte do Governo em realizar e dar continuidades a tais ações. (SINDMOVEIS, 2009). A prefeitura já iniciou o projeto de coleta seletiva de lixo em Goiânia, que gera quase 1.200 toneladas de lixo doméstico diariamente (COMURGUE, ON LINE, 2007). Logo, existe no Estado vários órgãos e instituições que apóiam, por meio de ações como treinamentos, cursos, missões empresariais, realização de feiras, premiações, dentre outras, o desenvolvimento sustentável. Então, remete a reflexão de que se faz necessário conhecer os órgãos e instituições que apóiam ações de responsabilidade socioambiental empresarial. A Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH on line, 2009) é um órgão que tem como competência formular, coordenar, articular e executar a política estadual de gestão e proteção dos recursos ambientais e de gerenciamento dos recursos hídricos, visando o desenvolvimento sustentável em todo o

Estado de Goiás. Além disso, a SEMARH é também responsável pela formulação e coordenação da política estadual de meio ambiente, de recursos hídricos, florestas e biodiversidade. Ela ainda coordena e participa da elaboração do zoneamento agro-ecológico-econômico do Estado. Também está na competência da SEMARH a coordenação do Sistema de Prevenção e Controle de Poluição Ambiental e a coordenação e gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, como também a responsabilidade desta secretaria a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Uma das responsabilidades cabida a secretaria é a elaboração e promoção da política de educação ambiental visando a compreensão da sociedade para a busca da qualidade de vida por meio do desenvolvimento sustentável. A Secretaria, juntamente com outros órgãos, promove o Prêmio Goiás de Gestão Ambiental, que reconhece as empresas que implantam a responsabilidade socioambiental em sua gestão.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG, on line, 2009), possui um Conselho Temático de Responsabilidade Social (CTRS) onde eles tornam disponível uma lista com as empresas que praticam projetos de responsabilidade social. São cerca de 21 empresas no estado.

Os principais projetos e ações do conselho estão a responsabilidade de organizar conferências, Seminários, Palestras, Workshops; implantar programas de Produção Mais Limpa e de Educação Ambiental e participar de debates e conferências sobre o assunto meio ambiente.

Em um dos projetos da FIEG de apoio a gestão ambiental está a Bolsa de Resíduos de Goiás, que se trata de um ambiente virtual gratuito, composta de um banco de dados com informações sobre oferta e demandas de resíduos, com a intenção de promover a livre negociação entre as indústrias, conciliando ganhos econômicos com ganhos ambientais. Sua Consulta é rápida e simples, para participar, as indústrias de todos os setores se cadastram no site da bolsa, discriminando a oferta ou a procura dos resíduos. (FIEG, ON LINE, 2009).

Outro projeto de destaque da FIEG é a Coleta Seletiva com inclusão social, pois retrata a relevância do compromisso do administrador público e do catador na construção de políticas municipais voltadas para uma gestão participativa dos resíduos sólidos com inclusão social torna-se ainda mais evidente quando se entende a dimensão dos benefícios potencialmente gerados.

Por tanto, é possível refletir que a melhoria da qualidade de vida da comunidade, a minimização dos custos com limpeza, inclusão dos catadores de lixo ao trabalho, dentre outras, são algumas vantagens da coleta seletiva categorizada como essencial pelo Estado, intensificando inclusive suas ações com o aumento dos pontos de coleta, onde a população

deposita os resíduos separadamente. (FIEG, ON LINE, 2009).

Conforme a Instituição da FIEG, o SESI promove um importante evento de premiação, o Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho, Construindo uma Indústria Socialmente Responsável, que objetiva estimular a responsabilidade social empresarial da indústria brasileira, despertando colaboradores e empregadores para o exercício da ética e da transparência nas relações de trabalho. O Prêmio se fundamenta nos critérios de avaliação do modelo de excelência de Gestão, da fundação Nacional da Qualidade, que considera a valorização das pessoas, a responsabilidade social, visão sistêmica, dentre outros aspectos. (SESI, ON LINE, 2009).

O Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia é concedido pelo Ministério de Minas e Energia com base em diretrizes do Governo Federal, como forma de reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia. Concedido anualmente, várias categorias participam do prêmio, tais como, o setor de Transportes, Setor Energético, Imprensa, Micro e Pequenas Empresas, Órgãos e Empresas da Administração Pública e Indústria. (ELETROBRAS, ON LINE, 2009).

Outro órgão contribuidor de estímulos para o desenvolvimento sustentável é o CREA GOIÁS – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás, que possui o Prêmio Crea Goiás De Meio Ambiente. O prêmio CREA Goiás de meio ambiente tem como objetivo expressar o reconhecimento do CREA-GO aos profissionais, personalidades, entidades de classe, instituições de ensino, municípios, pessoas jurídicas, propriedades rurais e programas que venham ou tenham contribuído por suas posições, ações e projetos na luta pela preservação, defesa e/ou conservação do meio ambiente no Estado de Goiás. O prêmio é destinado às atividades desenvolvidas no Estado de Goiás ou para o Estado. As Modalidades do Prêmio CREA/GO são: Urbanismo, Imprensa, Geologia e Minas, Produção Agrônômica, Produção Limpa, Educação Ambiental e Saneamento.

Outro projeto do CREA/GO está o De Mãos Dadas com a Natureza, que tem como objetivo, discutir e divulgar em linguagem jornalística as questões e demandas ambientais relativas as onze regiões de planejamento do Estado de Goiás, numa perspectiva atual, sob uma base científica, de forma a atender os anseios da sociedade goiana, envolvendo comunidades, entidades de classe, instituições públicas e privadas, bem como o terceiro setor. (CREA, ON LINE, 2009). O projeto De Mão Dadas com a Natureza visa fazer um diagnóstico dos temas ambientais levantados no local, realizar debates sobre o tema, publicar em jornal matéria sobre educação ambiental e econômica

ambiental do Estado, promover inclusão social a partir do diagnóstico sócio-econômico ambiental levantado, fomentar parcerias público-privadas com instituições envolvidas na questão sócio ambiental, promover a certificação de qualidade ambiental (Selo Verde) dos produtos goianos nos mercados nacional e internacional, inserir a sociedade goiana no processo de fiscalização e monitoramento do meio ambiente, contribuir para o atendimento das metas do Protocolo de Kioto e promover diagnósticos sócio-econômico ambiental do Estado de Goiás, dando subsídio para a elaboração da Agenda 21 estadual. (CREA, ONLINE, 2009).

Para os assuntos moveleiros em Goiás, foi fundado no ano de 1989, o SINDMOVEIS/GO, Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás. O Sindicato tem como objetivo cuidar do setor moveleiro em Goiás, visando à promoção de cursos, eventos, palestras, feiras, missão empresarial, dentre outras ações, além de coordenar ações em parcerias, para o Arranjo Produtivo Local de móveis da região metropolitana. As ações para o setor moveleiro geralmente são realizadas em conjunto com outras entidades, como o SEBARE/GO, SENAI/GO, FIEG, FATEC, dentre outros. (SINDMOVEIS, 2009).

Nesse sentido, atualmente possui dois projetos em andamento para as empresas do setor moveleiro, Agente local de inovação (ALI), que consiste em um projeto que busca a participação de empresas ainda ‘virgens’ no sentido de presença em projetos institucionais, e o Desenvolvimento Industrial Local, que foca na reestruturação das empresas na questão do lay-out e inovação de processos. (SINDIMOVEL, 2009).

É relevante relatar que o setor moveleiro em Goiás não possui central de resíduo específico e tão pouco premiação especial para empresas do setor, porém, ações que visam o crescimento e desenvolvimento das empresas do setor são realizadas anualmente. (SINDIMÓVEIS, 2009). Ainda segundo o Sindmóveis (2009), o foco estratégico dos projetos para o setor moveleiro se concentra em fortalecer a cultura comercial e industrial local, internacionalizar mecanismos de exportação, colocar a qualidade e produtividade como sustentação do produto, melhorar a qualificação de mão-de-obra, implantar ferramentas de gestão de processos organizacionais e ambientais e por último, investir em uma gestão que objetiva capacitar o negócio a fim de suportar o processo de expansão de mercado.

No mesmo direcionamento, o Sindmoveis e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SINDMOVEIS, 2009) elaboraram o plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) moveleiro de Goiânia e região metropolitana, que visa ações para o ano de 2007 a 2010, onde os resultados esperados são demonstrados no quadro 16:

Quadro 16 - Metas e objetivos do plano de desenvolvimento do APL moveleiro de Goiânia e região metropolitana

Objetivo	Meta
Aumento do volume físico de venda	Aumentar em 20% o volume de vendas das empresas participantes do projeto até 2012.
Redução do desperdício da indústria moveleira do APL.	Reduzir em 30% o desperdício da indústria moveleira do APL até 2012.
Aumento do valor agregado da indústria moveleira do APL.	Aumento de 15% do valor agregado das indústrias participantes até 2012.
Crescimento da produtividade do trabalho na indústria moveleira.	Elevar em 10% o crescimento da indústria moveleira das empresas participantes até 2012.
Qualificação das indústrias do APL na certificação ISO 9001.	Qualificar 20 empresas na certificação ISO 9001 até 2012.
Ampliação das indústrias moveleiras no comércio exterior.	Elevar em 5% a participação das empresas participantes do APL no comércio exterior até 2012.

Fonte: Elaborado a partir de documento plano de desenvolvimento do APL moveleiro, disponível em www.sindindustria.com.br/sindimoveis (acesso em fevereiro de 2010).

Nesse sentido, permite a reflexão de que o setor está bem amparado em relação a intenção de incentivos de desenvolvimento e que o mercado em ascensão, torna-se uma oportunidade para concretização das metas e objetivos propostos para o mesmo, logo, a responsabilidade socioambiental empresarial torna-se um requisito indispensável na integração das ações.

3. PESQUISA DE CAMPO

Responsabilidade Socioambiental: Práticas e desafios nas indústrias moveleiras de Goiás

Este capítulo se destina a analisar as práticas de responsabilidade socioambiental e as principais dificuldades encontradas nas indústrias moveleiras do estado de Goiás. Para tanto, a pesquisa procurou entender o conhecimento dos empresários atuantes na indústria moveleira, quanto à gestão socioambiental, bem como sobre o tratamento dos resíduos, a comunicação e inovação de processos e produtos, a existência de apoio do governo para práticas responsáveis, a adoção de ferramentas de apoio ao desenvolvimento sustentável, dentre outros aspectos que envolvem a gestão ecologicamente correta do âmbito empresarial.

3.1 Procedimentos Metodológicos

Para que os problemas de pesquisa pudessem ser resolvidos e os objetivos atingidos, o presente trabalho utilizou como procedimento metodológico, um estudo exploratório, de cunho qualitativo.

A pesquisa exploratória, nos ensinamentos de Mendonça, Rocha e Nunes (2008), é utilizada quando se quer abordar um assunto de forma geral e, na maioria das vezes é apoiada em um aprofundamento teórico. Ainda os autores ensinam que o caráter qualitativo objetiva uma melhor compreensão dos fatores sociais em estudo, uma vez que as informações complementares, pensamentos dos entrevistados, são interpretados e tabulados. Parece, pois, pertinente a prática da pesquisa exploratória no presente trabalho. Com isso, o método pesquisa de campo foi oportuno, pois na concepção de Mendonça, Rocha e Nunes (2008), é utilizado quando se objetiva observar fatos reais com a coleta de dados relacionados aos mesmos e em seguida fazer a análise e interpretação das informações coletadas com base na fundamentação teórica vista inicialmente, objetivando a compreensão do intuito proposto e problemas levantados.

Foi criado um questionário estruturado como forma de coleta de dados que segundo Mendonça, Rocha e Nunes (2008) consistem em uma seqüência de perguntas que segue uma ordem definida onde o entrevistado responde as perguntas que podem ser abertas, fechadas ou de múltipla escolha.

As perguntas, apoiadas nos objetivos, buscaram responder aos problemas ora levantados, como se existem práticas de responsabilidade socioambiental nas indústrias moveleiras de Goiás e quais os principais desafios encontrados.

Como retratado no capítulo 1 a preocupação com o assunto gestão socioambiental empresarial na indústria moveleira reporta-se pela principal matéria-prima ser derivada de madeira e também, devido a grande quantidade de resíduo gerados e com diferentes características.

Tendo em vista a facilidade de acesso da pesquisadora junto aos empresários do setor, foi passado um questionário inicial no intuito de colher a opinião dos mesmos acerca da pesquisa que iria ser aplicada. Os empresários apontaram algumas modificações que foram feitas chegando a um instrumento de coleta de dados que contemplou os aspectos da gestão socioambiental na indústria moveleira. Esses empresários foram abordados pessoalmente pela pesquisadora.

3.2 Configuração do *Locus* da Pesquisa

O local de pesquisa se deu nas indústrias moveleiras do estado de Goiás, localizadas especificamente nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia. A opção por estes municípios se deu pelo fato de as empresas serem filiadas junto ao sindicato local, SINDIMÓVEIS/GO. Essas empresas fazem parte do projeto de Desenvolvimento do Arranjo produtivo Local (APL) de Goiânia e Região Metropolitana, por meio de uma parceria entre o SEBRAE/GO e o SINDIMOVEIS/GO.

As empresas que configura a indústria moveleira de Goiânia e Aparecida de Goiânia possuem perfil variado de produtos, entre móveis planejados, colchão, mesa e cadeira, móveis para escritório, móveis artesanais, quarto de bebê, móveis para bar, peças decorativas, roupeiros, dentre outros. Estima-se que 70% da produção é destinada ao consumo local e 30% são comercializados em outros estados. (SINDIMOVEIS, 2010).

O Estado de Goiás representa 4% do território nacional, ocupando a 7ª posição em extensão e em número de município, e está inserido na região biogeográfica dos Cerrados. Tem por capital a cidade de Goiânia e possui quase seis milhões de habitantes, sendo o estado mais populoso da região Centro-Oeste, e uma das 27 unidades federativas da República Federativa do Brasil. Situa-se a leste da Região Centro-Oeste, no Planalto Central brasileiro, o seu território é de 340.086 km², sendo delimitado pelos estados de Tocantins (norte), Bahia (nordeste), Mato Grosso (oeste), Mato Grosso do Sul (sudoeste), Minas Gerais (leste e sul) e pelo Distrito Federal. O Estado de Goiás possui índice de desenvolvimento Humano (IDH) de 0,824 no ano de 2007, ficando na 9ª posição no ranking nacional. (SEPLAN/SEPIN, 2009, ONLINE).

A região metropolitana de Goiânia, criada em 1999, possui onze municípios sendo eles, Goiânia, Trindade, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Nerópolis, Goianápolis, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Aragoiânia, Abadia de Goiás, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. Foi desenvolvida no intuito de integrar as questões políticas de interesse dos mesmos. (PREFEITURA DE GOIÂNIA, ON LINE, 2010).

A cidade de Goiânia possui atualmente cerca de 1,2 milhão de habitantes, cobrindo uma área de 739,5 km². Já Aparecida de Goiânia possui 475.303 habitantes, sendo o segundo maior colégio eleitoral do estado. Sua Área é de 288 km² representando 0.0848% do Estado, 0.018% da Região e 0.0034% de todo o território brasileiro. (IBGE, ON LINE, 2007).

Os principais pólos moveleiros do estado de Goiás estão localizados nos municípios de Goiânia, onde estão localizadas 34% das indústrias, Aparecida de Goiânia que concentra 13%, Anápolis que possui 8% e Rubiataba com 5% das indústrias do Estado. (SEPLAN, ON LINE, 2010).

Mediante esta contextualização, parece, pois pertinente e oportuno a escolha do lócus da pesquisa pelo fato de que as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia concentram-se o maior número de indústrias moveleiras participativas e interessadas em ações voltadas para o desenvolvimento das mesmas.

3.3 Configuração da população, universo e amostra

O setor moveleiro em Goiás é composto atualmente por uma população de 660 indústrias, segundo dados obtidos junto ao sindicato das indústrias moveleiras de Goiás SINDMOVEIS/GO (2009). A pesquisa pretendia inicialmente atingir 50 empresas, porém, apenas 19 aceitaram participar respondendo ao questionário enviado.

As empresas tiveram comportamentos diferentes frente ao convite em participar da pesquisa, conforme mostra o quadro 17:

Quadro 17 - Comportamento das empresas frente ao convite

Motivo da não participação	Quantidade de empresas
Aceitaram o convite mas não responderam ao questionário enviado eletronicamente e nem as ligações feitas pela pesquisadora.	16
Informaram não ter interesse no assunto.	11
Não justificaram.	4
Participantes	19
TOTAL	50

Convém reforçar que as empresas convidadas participam do projeto de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local - APL Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana, que objetiva posicionar a região metropolitana de Goiânia como produtor de móveis de qualidade para os mercados nacional e internacional.

Nesse sentido, o comportamento das empresas frente ao convite, permite a reflexão de que essas empresas inseridas neste projeto podem ser consideradas diferenciadas por procurarem buscarem mercado concorrente, diferenciais competitivos e vantagens tais como inovação e desenvolvimento.

O perfil das empresas participantes se divide entre micro, pequenas e médias empresas moveleiras. Segue no quadro 18 a relação das empresas participantes:

Quadro 18 - Empresas participantes da pesquisa

Porte	Empresa
Micro	Aquária Cozinhas
	Divinal Cozinhas
	Fábrica de Móveis
	J.W Móveis e Decorações Ltda
	MM Cozinhas e armários Ltda
	Móbile Ltda
	Movelaria Atrium
	Móveis Pimentel
	Móveis Queluz
	Primícias Indústria e Comercio de Armários Ltda
Serra Negra	
Pequena	Cadeiras e Cadeiras
	Favorita Móveis Planejados
	Imol – Rodrigues de oliveira e Companhia Ltda
	JL Móveis e Decoração
	Maxim´s Indústria e comércio de Móveis Ltda
	Paulete Armários Planejados
Venetto indústria e comércio de Móveis	
Media	Sicmol
TOTAL	19

Fonte: SINDMÓVEIS/GO (2009).

Observa-se que das 19 empresas pesquisadas, 94% são micro e pequenas empresas logo, conforme estudado no capítulo 2, o SEBRAE (2005) afirma que as mesmas representam 99% das empresas brasileiras e contribuem com 20% do Produto Interno Bruto (PIB) e ainda, os pequenos negócios são responsáveis por 95% dos novos empregos gerados anualmente.

3.4 Coleta de Dados

A divisão em quatro blocos permitiu abarcar todos os aspectos que envolvem uma gestão socioambiental estratégica, além de conhecer afundo os detalhes de cada empresa e particularidades de cada respondente. Com isso, permitiu traçar uma visão geral tanto do pensamento dos empresários como dos investimentos e interesse relacionados ao do desenvolvimento sustentável. Permitiu também visualizar a atuação do poder público no assunto em questão.

O método utilizado, a pesquisa em campo, usou de um questionário que foi dividido em quatro blocos relacionados no quadro 19:

Quadro 19 - Divisão do instrumento de coleta de dados

Bloco	Tema	Resposta ao Objetivo
Bloco A	Aborda as características gerais da empresa.	- Oferece subsídio para o setor em estudo.
Bloco B	Retrata o perfil do respondente.	- Oferece subsídio para o setor em estudo.
Bloco C	Mede o fator desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental nas empresas	- Identifica a percepção dos entrevistados sobre o assunto gestão socioambiental corporativa. - Identifica as práticas de responsabilidade socioambiental das indústrias pesquisadas. - Identifica os principais obstáculos das empresas em implantar e manter as práticas de responsabilidade socioambiental. - Oferece subsídio para o setor em estudo.
Bloco D	Retrata sobre os aspectos gerenciais e incentivos da gestão pública.	- Identifica as políticas públicas de incentivo a gestão socioambiental para o setor. - Oferece subsídio para o setor em estudo. - Identifica os principais obstáculos das empresas em implantar e manter as práticas de responsabilidade socioambiental.

Portanto, o instrumento para coleta de dados, na forma de questionário, buscou verificar os conhecimentos das empresas sobre o assunto desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental corporativa. Buscou também identificar as práticas e desafios nesse assunto e na implantação das ferramentas de gestão socioambiental, verificando a existência de apoio da gestão pública.

O questionário, direcionado ao diretor da empresa convidada, foi enviado por meio de e-mail e em alguns casos, foi feito por telefone. A pesquisa foi aplicada no período de 01/05/2010 a 30/06/2010.

Os respondentes, em sua maioria, não dispuseram de tempo para responder ao questionário enviado, onde a pesquisadora precisou entrar em contato várias vezes e até enviar o questionário novamente para que finalmente a pesquisa fosse respondida. Em algumas empresas, a pesquisa foi realizada por telefone, devido à insistência da pesquisadora para com o respondente.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado com perguntas fechadas, permitindo respostas objetivas. Os tipos de respostas foram em linguagem simples como sim; não; está implantando ou está em desenvolvimento.

3.5 Apresentação e Interpretação dos Resultados

Após a aplicação do instrumento de coleta, os dados foram tabuladas obedecendo a seqüência ordenada dos blocos organizados no instrumento de coleta. Resultados obtidos permitiram conhecer as práticas de responsabilidade socioambiental praticadas pelas empresas convidadas, as principais dificuldades enfrentadas neste aspecto, a existência de políticas públicas de incentivo ao setor ora estudado.

3.5.1 Bloco A – Características da Empresa

O Bloco A permitiu conhecer as particularidades e características das empresas convidadas. Conhecendo desde a quantidade de funcionários, porte, o tempo de existência, os principais produtos e até o tempo de existência no mercado.

Pergunta A1

Número de funcionários

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
3 a 10	8	42
11 a 30	8	42
Acima de 31	3	16
Total	19	100

De acordo com os resultados expostos na Tabela A1 uma maioria das empresas possui acima de 31 funcionários e o restante possui menos de 30 colaboradores. De acordo com as respostas dos respondentes, quantidade total de funcionários das empresas participantes totalizou 802, perfazendo uma média de 42 funcionários por empresa. Segundo dados do SINDMÓVEIS (2005), no Brasil existem mais de 222,1 mil funcionários da indústria moveleira. Assim sendo é possível refletir que o setor moveleiro é essencial para economia brasileira.

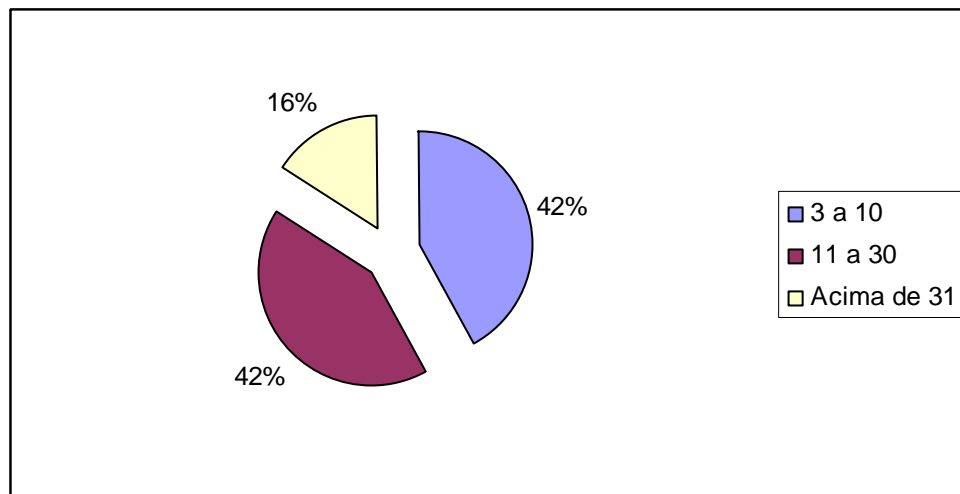


Gráfico A1 – Número de funcionários

Pergunta A2

Qual o porte da empresa?

Tabela A2 – Porte da empresa

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Micro	11	58
Pequena	7	37
Média	1	5
Grande	0	0
Total	19	100

Os resultados obtidos na Tabela A2 permitiu observar que a pesquisa envolveu empresas de diferentes portes. Mais da metade das empresas participantes se apresentam como micro porte. Esses resultados confirmam o perfil das indústrias moveleiras em Goiás, que segundo o SEBRAE/GO (2009), ao indicar que 90% são micro e pequenas empresas.

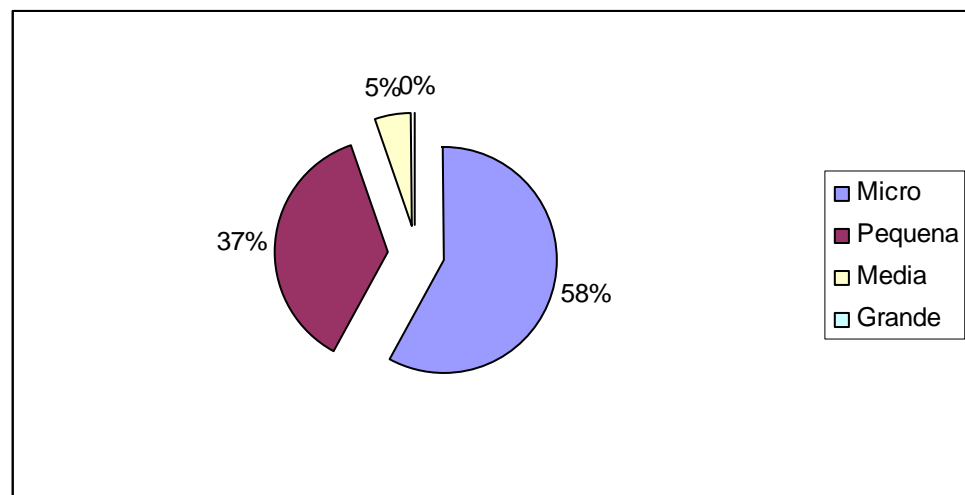


Gráfico A2 – Porte da empresa

Pergunta A3

Ano de início das atividades da empresa?

Tabela A3 – Ano de início das atividades da empresa

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
1970 a 1990	7	37
1991 a 2000	9	48
Acima de 2001	3	15
Total	19	100

A Tabela A3 aponta as empresas participantes se divergem nos períodos de início de atividades das mesmas no mercado. Os resultados permitiam observar que há concentração de prática e igualitária entre as empresas que iniciaram suas atividades na década de 1970 e nos anos 90. Uma minoria iniciou suas atividades na virada do milênio. Dessa forma é possível refletir que as empresas em sua maioria são experientes e que também conseguiram manter-se ou sobreviver aos impactos globais, uma vez que mais de 50% das micro e pequenas empresas que iniciam suas atividades fecham antes do primeiro ano de vida. (SEBRAE, ONLINE, 2010). Porém, convém relatar que por mais que as empresas possuam muito tempo de mercado, praticamente a totalidade delas ainda continua sendo micro e pequenas empresas, podendo inferir a falta de profissionais qualificados e ação pública de apoio ao desenvolvimento do setor e crescimento das empresas.

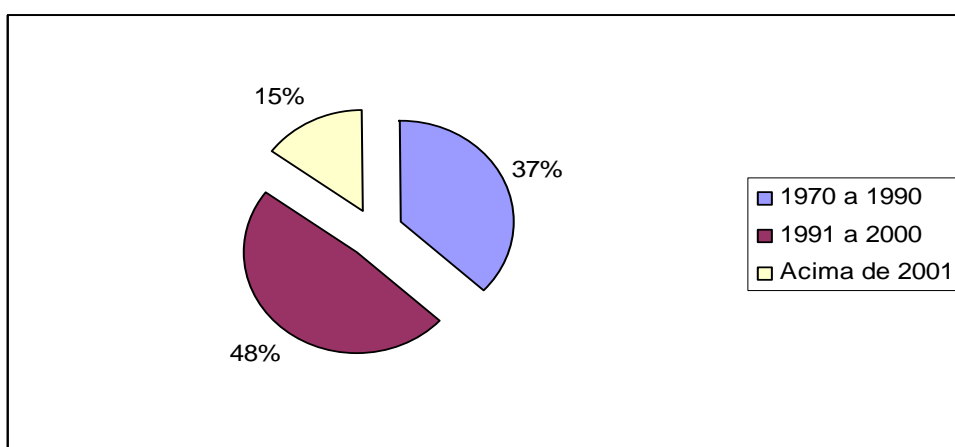


Gráfico A3 - Ano de início das atividades

Pergunta A4

A empresa trabalha com exportação?

Tabela A4 – Atuação da empresa na área de exportação

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	1	5
Não	17	90
Possui projeto em desenvolvimento	1	5
Não possui interesse	0	0
Total	19	100

Observa-se por intermédio da Tabela A4 que praticamente a totalidade das empresas participantes não trabalham com exportação e que apenas uma lida com exportação dos seus produtos e uma está em desenvolvimento neste sentido. Infere-se que as indústrias moveleiras de Goiás caminham em passos lentos para alcançar níveis adequados para exportação, logo, faz-se necessário enfatizar que a gestão socioambiental é uma ferramenta estratégica no alcance dessa atuação. No capítulo 2 foi retratado que o estado de Goiás nem foi citado como exportador e o estado que mais exportou em 2008 foi o de Santa Catarina com 32% de participação. (SINDMOVEIS, 2009).

De acordo com as normas da Associação Brasileira de Promoção e Exportação e Investimentos (APEX, 2009), para exportar é preciso ter ‘selo verde’ e ter adequações segundo normas ABNT ISO. Conforme apontado no capítulo 1, a empresa que comprova a qualidade dos processos e produtos e a gestão responsável da mesma estão mais propícias a alcançar níveis de exportação. Portanto o resultado obtido na Tabela A4 remete à reflexão que esta exigência ambiental seja um dos entraves do processo de exportação.

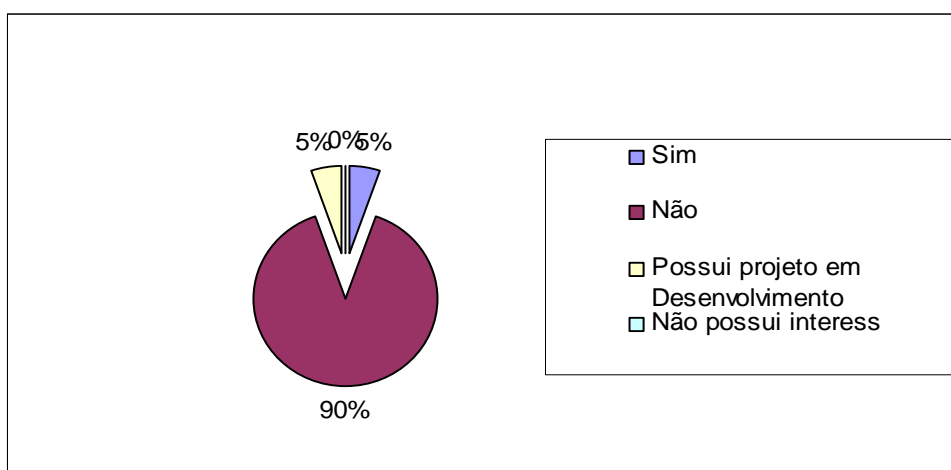


Gráfico A4 – Atracção da empresa na área de exportação

Pergunta A5

Principais produtos da empresa

Tabela A5 – Principais produtos

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Armários Planejados	12	64
Cama	2	10
Cadeira, mesa, sofá	4	21
Outro	1	5
Total	19	100

A Tabela A5 aponta para diferentes tipos de produtos com os quais a indústria moveleira trabalha. A pesquisa procurou abordar a modalidade móveis planejados, na qual foi a maioria das empresas participantes. A categoria móvel planejado, apesar de estar em maior quantidade no estado, está também em evidência devido ao aquecimento do mercado imobiliário (SINDMÓVEIS, 2009). Vale enfatizar que a principal matéria-prima desta categoria é o MDF ou MDP, já estudados no capítulo 2, haja vista que os mesmos são derivados da madeira que influencia diretamente no desenvolvimento sustentável, objeto de estudo do presente trabalho.

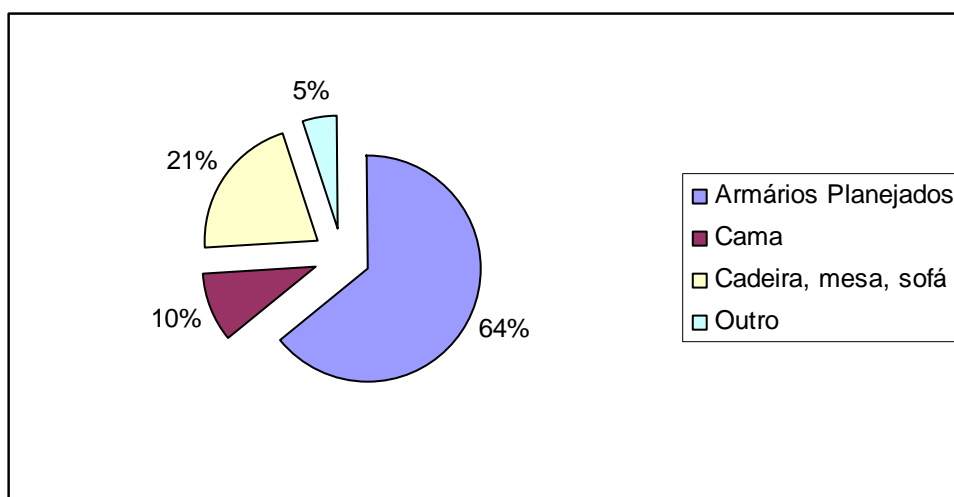


Gráfico A5 – Principais produtos

Pergunta A6

Onde a empresa está estabelecida?

Tabela A6 – Onde a empresa está estabelecida

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Goiânia	13	68
Aparecida de Goiânia	6	32
Total	19	100

Conforme se observa na Tabela A6, a maioria das empresas participantes se concentram na cidade de Goiânia e a minoria na cidade de Aparecida de Goiânia. Conforme dados do MDIC (ON LINE, 2006) 62% das indústrias de Goiás estão estabelecida na região metropolitana de Goiânia, onde 34% das empresas moveleiras estão localizadas na cidade de Goiânia e 13% na cidade de Aparecida de Goiânia. (SEPLAN, ON LINE, 2010). Portanto esse resultado justifica a opção destes municípios como *locus* da pesquisa.

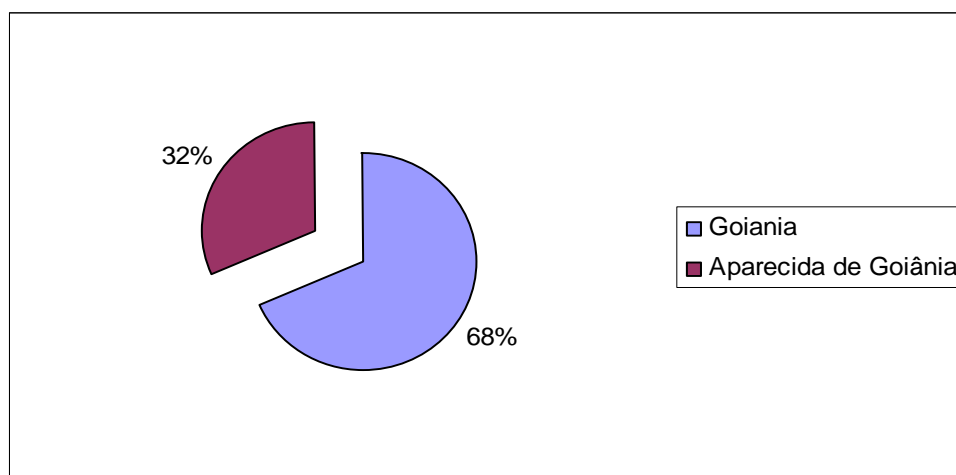


Gráfico A6 – Onde a empresa está estabelecida

Pergunta A7

Quanto tempo a empresa está nesta região?

Tabela A7 – Tempo da empresa na região

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
1 a 10 anos	5	26
11 a 20 anos	9	48
Acima de 21 anos	5	26
Total	19	100

Conforme relata a Tabela A7, a maior parte das empresas está na região há mais de 10. Dessa forma é possível inferir que estas empresas possam ser consideradas estáveis. A menor parte se divide igual e entre empresas recentes na região e empresas acima de 20 anos de experiência na região.

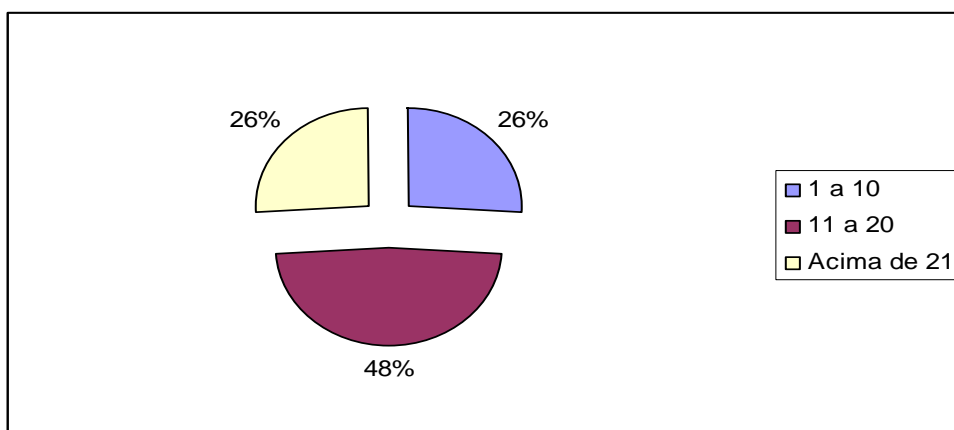


Gráfico A7 – Quanto tempo está na região

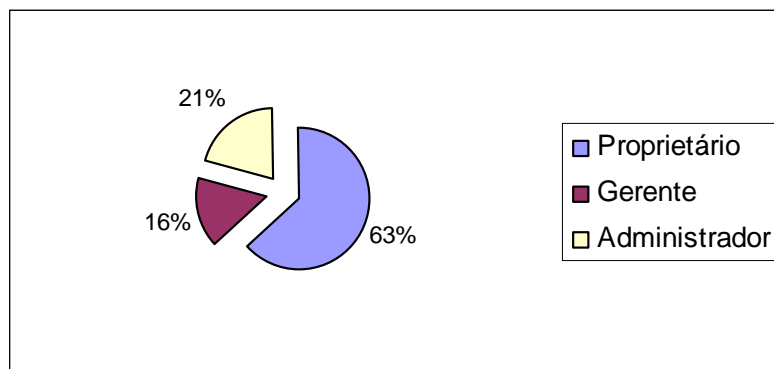
3.5.2 Bloco B – Perfil do Respondente

O Bloco B permitiu conhecer o perfil dos empresários e pessoas responsáveis da empresa participante, que se dispusera um pouco do seu tempo para responder o questionário. As perguntas do Bloco B foram direcionadas aos proprietários e diretores das empresas convidadas. Sendo assim, permite à reflexão de que são estas pessoas que dita as regras da organização e tomam as decisões sobre o futuro das empresas e conseqüentemente, sobre a necessidade de implantar a gestão socioambiental.

Pergunta B1**Qual o cargo do respondente?****Tabela B1 – Cargo do respondente**

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Gerente	3	16
Proprietário	12	63
Administrador	4	21
Total	19	100

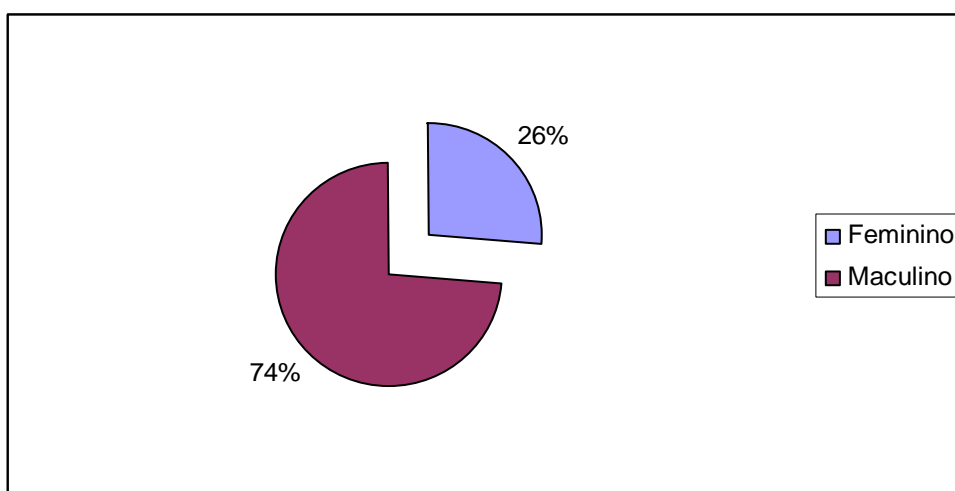
A pesquisa foi direcionada para os proprietários e dirigentes das empresas, que na oportunidade, foram a maioria dos respondentes. Porém, em alguns casos, os respondentes foram gerente ou administradores.

**Gráfico B1- Cargo do respondente**

Pergunta B2**Qual o sexo do respondente?****Tabela B2 – Sexo do respondente**

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Feminino	5	26
Masculino	14	74
Total	19	100

A Tabela B2 permite observar que no cenário moveleiro há predominância dos respondentes serem do sexo masculino. O sexo feminino apresenta como a minoria, mas esse resultado permite à reflexão de que sendo este tipo de atividade tipicamente do gênero masculino, a participação da mulher já é representativo.

**Gráfico B2 - Sexo do respondente**

Pergunta B3

Qual a idade do respondente

Tabela B3 – Idade do respondente

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
18 a 30	5	26
31 a 40	5	26
Acima de 41	9	48
Total	19	100

A Tabela B3 mostra que a maioria dos respondentes são pessoas com idade mais avançada. Este resultado remete à reflexão de que são profissionais maduros e mais experientes no ramo moveleiro. Todavia, ao se associar as faixas inferiores a 40 anos, é possível observar que em um contexto mais amplo, as empresas tem profissionais com faixa de idade bem próximo de 40 anos e a minoria foram pessoas com menos de 40 anos de idade.

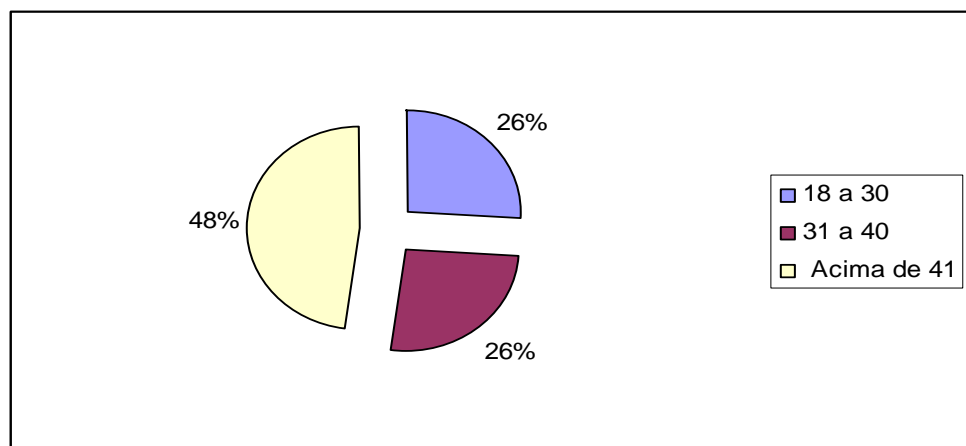


Gráfico B3 – Idade do respondente

Pergunta B4

Qual o tempo de experiência do respondente no setor moveleiro?

Tabela B4 – Experiência no setor moveleiro

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
1 a 10	6	31
11 a 20	8	43
Acima de 21	5	26
Total	19	100

A Tabela B4 revela que a maior parte dos respondentes possui mais de 10 anos de experiência no ramo moveleiro e outra parte possui mais de 22 anos. Ao associar os resultados dos respondentes é possível inferir que as empresas possuem em seu quadro efetivo, profissionais experientes no tipo de negócio moveleiro. Convém salientar que os respondentes com menos de 10 de experiência também representam uma boa parcela no que tange à maturidade profissional dos mesmos. Confrontando esses resultados com os apresentados na Tabela B2 é possível refletir os responsáveis pelas empresas moveleiras em Goiás são na maioria homens com mais de 10 anos de experiência no mercado.

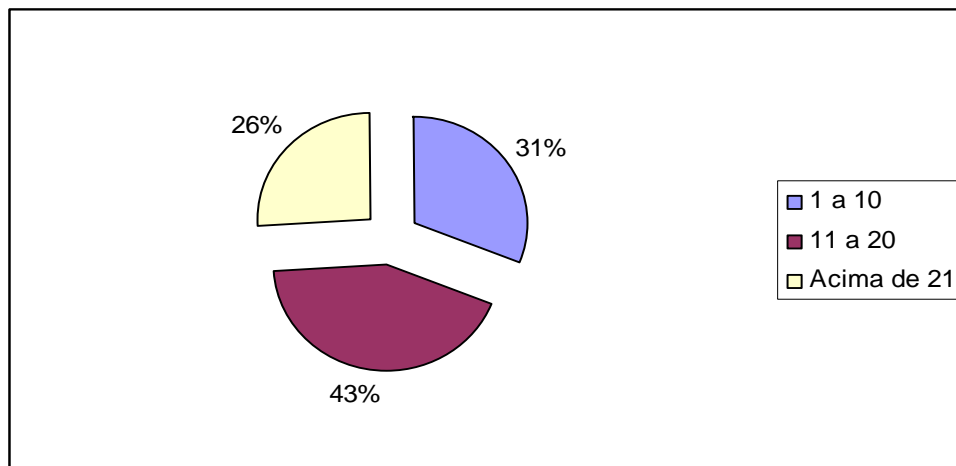


Gráfico B4 - Experiência no setor moveleiro

Pergunta B5

Quanto tempo o respondente está na empresa?

Tabela B5 – Tempo do respondente na empresa

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
1 a 10	9	48
11 a 20	6	31
Acima de 21	4	21
Total	19	100

De acordo com a Tabela B5 a metade dos respondentes tem menos de 10 anos na empresa. Todavia se unir as duas partes restantes, o resultado apontará uma parcela maior de respondente acima dos 10 anos de empresa e a outra metade de divide em menos de 20 e acima de 20 anos. Este resultado remete à reflexão de que é um universo misto, composto por pessoas com muita prática dentro da empresa e pessoas com vontade e oportunidade de fazer as coisas acontecerem.

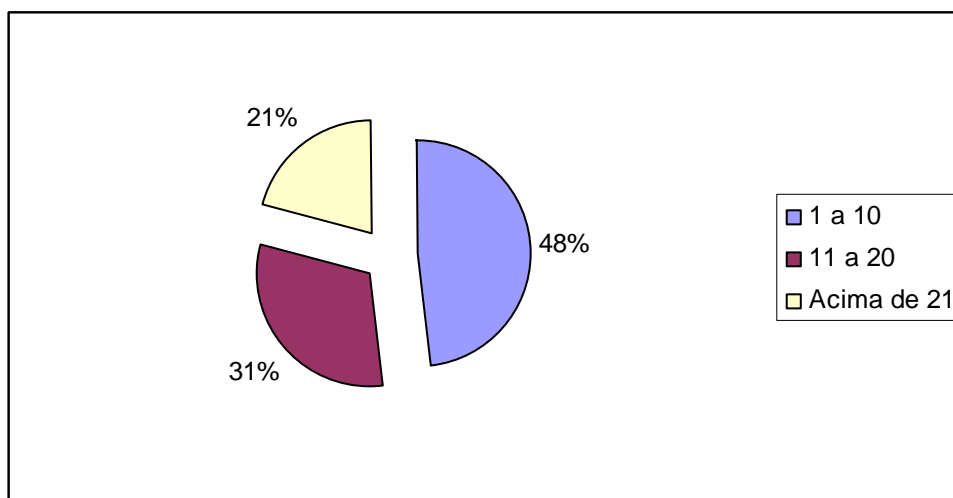


Gráfico B5 - Tempo do respondente na empresa

3.5.3 Bloco C – Desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental empresarial no setor moveleiro

As respostas do Bloco C buscaram conhecer a percepção dos empresários sobre o assunto gestão socioambiental empresarial e sobre o desenvolvimento sustentável, além de conhecer as práticas de responsabilidade socioambiental adotadas por algumas empresas estudadas e os principais obstáculos na implantação desta gestão.

Pergunta C1

Qual seu conhecimento sobre desenvolvimento sustentável?

Tabela C1 – Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Conheço	9	47
Já ouvi falar	8	42
Não tenho conhecimento	2	11
Total	19	100

A Tabela C1 mostra que a quase todos os entrevistados têm conhecimento ou pelo menos alegam ter sobre o assunto. É sabido que para Goiás, o assunto sustentabilidade ainda é novo, conforme estudado no capítulo 1, que fala sobre o desenvolvimento sustentável. Segundo Pereira e Cruz (2007), o conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil surgiu com força maior apenas na década de 1990. Dessa forma, o fato da maioria dos respondentes já ter ouvido falar sobre esta temática, só reforça a relevância do assunto em questão.

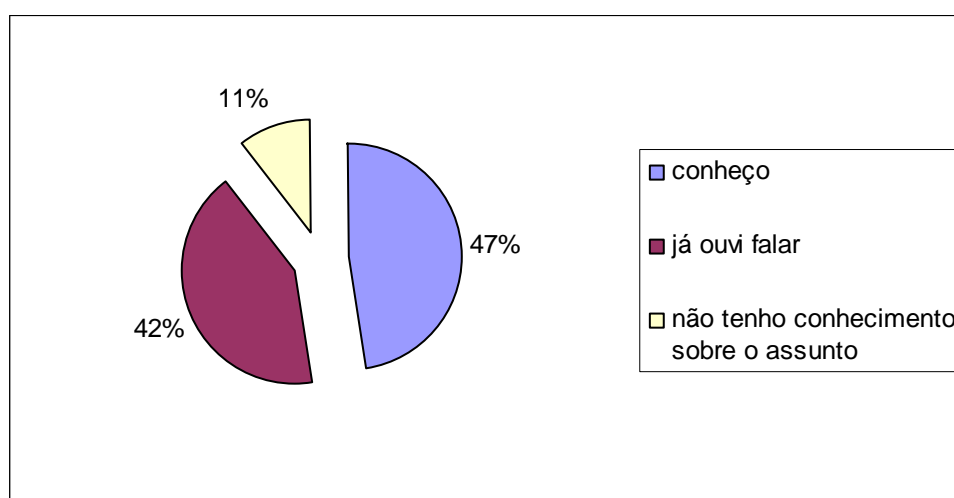


Gráfico C1 - Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável

Pergunta C2

Qual seu conhecimento sobre gestão socioambiental empresarial?

Tabela C2 – Conhecimento sobre gestão socioambiental empresarial

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Conheço	10	52
Já ouvi falar	7	37
Não tenho conhecimento	2	11
Total	19	100

Bem próximo dos resultados apresentados na Tabela C1, a Tabela C2 sinaliza que ao unir os resultados das alternativas ‘conheço’ e ‘já ouvi falar’, a maioria dos respondentes não é leigo no assunto gestão socioambiental. Apenas a minoria não tem conhecimento. Segundo Tachizawa (2007), as empresas devem implantar a gestão socioambiental não apenas para atender a legislação vigente, mas para se destacar no mercado de trabalho pela melhoria da qualidade dos produtos, da imagem, a competitividade e abrir oportunidade para exportação. Logo, o fato de uma parte dos respondentes apenas já ter ouvido falar só confirma o pensamento de Tachizawa e permite à reflexão de que para conseguir a gestão responsável é preciso que haja bom nível de conhecimento do assunto por parte dos colaboradores e responsáveis das empresas.

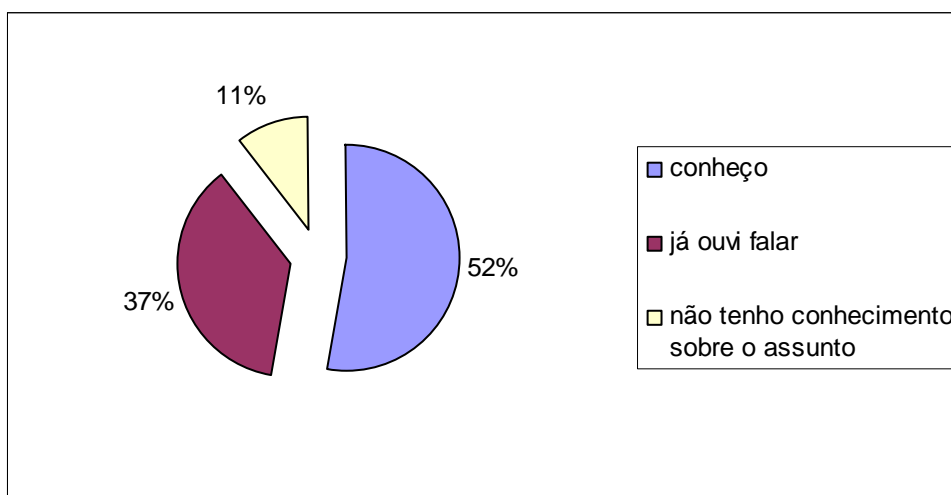


Gráfico C2 - Conhecimento sobre gestão socioambiental empresarial

Pergunta C3

Sua empresa possui algum projeto de responsabilidade social?

Tabela C3 – Projeto de responsabilidade social

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	5	26
Não	12	63
Está implantando	2	11
Não reúne informações suficientes	0	0
Total	19	100

A Tabela C3 permite observar que a maioria das empresas participantes, não possui projeto social sendo que apenas uma pequena parte já o faz e uma minoria está implantando. Esse resultado da maioria deve ser entendido como preocupante pois, conforme Ashley *et al* (2003), a empresa que possui projetos sociais está compromissada com a sociedade por ter atitudes proativas e direcionadas ao bem de todos. Esse posicionamento de Ashley é complementado por Tachizawa (2007) ao afirmar que as ações sociais geram satisfação da comunidade e conseqüentemente a lucratividade.

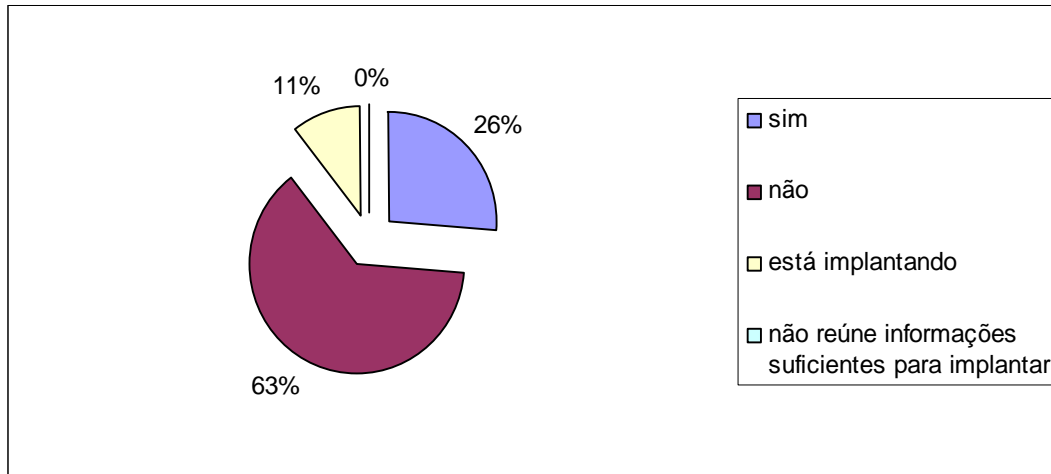


Gráfico C3 – Projetos de responsabilidade social

Pergunta C4

Sua empresa possui algum projeto de responsabilidade ambiental?

Tabela C4 – Projeto de responsabilidade ambiental

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	3	15
Não	12	64
Está implantando	4	21
Não reúne informações suficientes	0	0
Total	19	100

A Tabela C4, convergentes aos resultados da Tabela C3, mostra que a maioria das empresas não possui projeto voltado à gestão ambiental. De acordo com o INMETRO (2009) somente 8 empresas em Goiás possuem certificado segundo as normas ISO 14000, referente à gestão ambiental. Logo, é possível inferir que este assunto ainda não seja prioritário no cenário empresarial de Goiás. Porém, Seiffert (2008) reforça que as pessoas, ou seja, a sociedade, não estão preocupadas apenas com a qualidade do produto, mas também com a qualidade do processo, pois, se o mesmo é ambientalmente saudável e, com o mínimo de agressão ao meio ambiente, conseqüentemente, ao satisfazer a sociedade a empresa alcança seus objetivos.

No mesmo pensamento de Seiffert, Tachizawa (2007) exemplifica tal benefício quando relata que a empresa 3M, companhia de tecnologia global e diversificada, que ao deixar de soltar 270 mil toneladas de poluentes na atmosfera e 30 mil toneladas nos rios com projeto ambiental, conseguiu economizar US\$ 810 milhões em 32 anos, perfazendo uma economia de 25 milhões por ano. Essa correlação do desenvolvimento empresarial com a gestão socioambiental empresarial remete à reflexão de que o estado de Goiás precisa incentivar as indústrias moveleiras a investir em projetos de responsabilidade socioambiental.

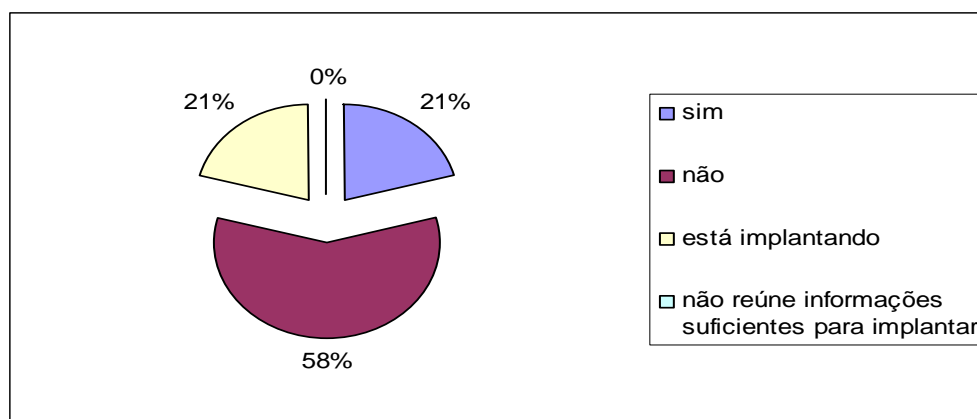


Gráfico C4 -Projeto de responsabilidade ambiental

Pergunta C5

A empresa possui gestão de resíduo (destinação correta ou reaproveitamento das sobras)?

Tabela C5 – Gestão de resíduo

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	5	26
Não	11	58
Está implantando	3	16
Não reúne informações suficientes	0	0
Total	19	100

De acordo com a Tabela C5 mais da metade das empresas pesquisadas não se preocupam com a destinação final dos resíduos gerados e apenas uma minoria conhecem para onde vão as sobras da produção. No presente estudo uma das problematizações é a diversidade dos resíduos moveleiros, que por serem de diferentes tipos e misturas, torna-se fundamental o armazenamento e destinação correta dos mesmos, pois o grande volume e o descarte de forma incorreta podem gerar um risco à saúde da população e ao meio ambiente. Logo, esse resultado negativo apresentado pela Tabela C5 remete à reflexão de que a gestão correta dos resíduos ainda precisa ser amadurecida dentre as indústrias moveleiras de Goiás, o descarte adequado é um fator considerável para o bom desempenho das empresas e da comunidade. Até o momento não é conhecido local de tratamento de resíduo moveleiro em Goiás. (SINDMÓVEIS, 2010).

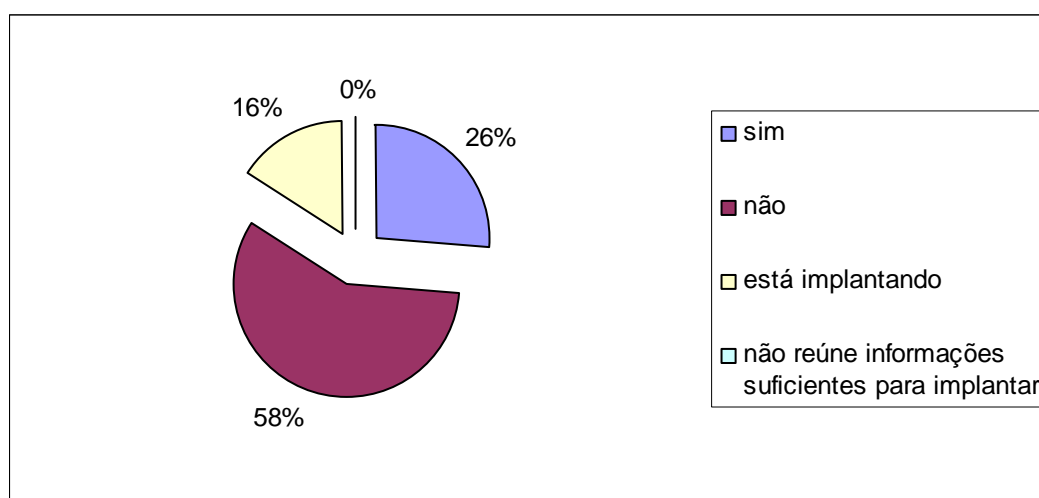


Gráfico C5 – Gestão de resíduo

Pergunta C6

Como é feito o descarte dos resíduos em sua empresa?

Tabela C6 – Destino dos resíduos

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Venda	7	37
Doação	10	52
Reciclagem	3	18
Aterro	1	5
Incineração	1	5
Lixo Comum	2	10
Outro	1	5

A Tabela C6 aponta a alternativa ‘doação’ como sendo a opção de destino da maioria das empresas, seguida da opção ‘venda’. Porém, é válido reforçar que uma parte das empresas joga os resíduos em lixo comum e apenas uma minoria se preocupam com a reciclagem.

A destinação correta dos restos da produção constitui um requisito fundamental no alcance da gestão socioambiental empresarial, pois para Seiffert (2008) para conquistar a norma ABNT ISO 14000, um dos requisitos é conhecer todo o processo produtivo desde a compra da matéria-prima até a destinação correta dos resíduos. Assim sendo, os resultados obtidos permitiram observar que as indústrias moveleiras de Goiás estão carentes de orientações neste aspecto.

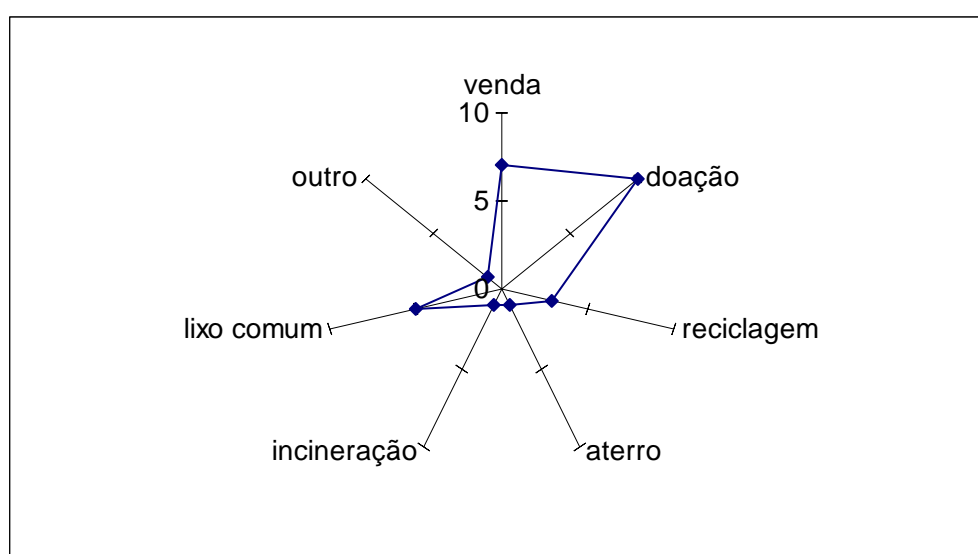


Gráfico C6 - Destino dos resíduos

Pergunta C7

Sua empresa se declara atuante com responsabilidade socioambiental? De que forma?

Tabela C7 – Formas de declarar que atua com responsabilidade socioambiental

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim, na missão	2	10
Sim, na visão	2	10
Sim, nos valores	1	5
Não	13	70
Está implantando	1	5
Total	19	100

Nota-se na Tabela C7 que a minoria dos respondentes afirmam que reconhecem que suas empresas se declaram responsável socioambientalmente e a maior parte declara não trabalhar de forma responsável. De acordo com Braga (2007), a declaração por parte da empresa em atuar com responsabilidade socioambiental é uma forma de comunicação com a sociedade do compromisso empresarial em não agredir o meio ambiente. Sendo assim, permite refletir que a declaração em atuar de forma responsável pode se tornar um ponto positivo estrategicamente para empresa.

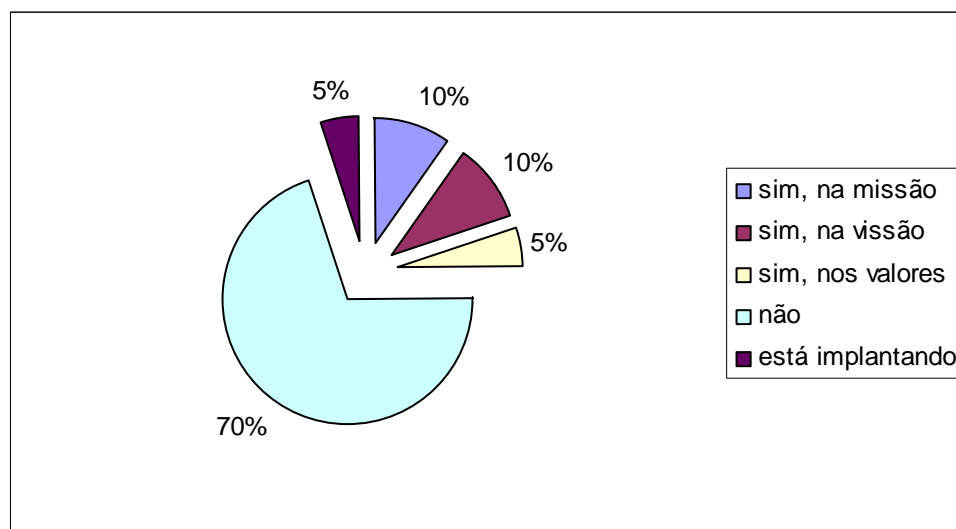


Gráfico C7 – Declaração de responsabilidade socioambiental

Pergunta C8

Já foi realizado algum tipo de análise sobre o impacto do processo produtivo para produção do seu produto final em relação a agressão ao meio ambiente? (O processo de fabricação é considerado ecologicamente correto no sentido de proteção ao meio ambiente, não poluição sonora, atmosférica, das águas, etc.)

Tabela C8 – Análise do impacto do processo produtivo frente ao meio ambiente

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	5	26
Não	14	74
Está implantando	0	0
Total	19	100

A Tabela C8 revela que a maior parte das empresas não analisa o impacto de cada etapa do processo produtivo para os colaboradores e para o meio ambiente. Apenas a menor parte se preocupa em fazer. Conforme estudado no capítulo 1, análise do ciclo de vida (ACV) nos ensinamentos de Schneider, Nehme e Bem (2006) é avaliada como sendo a ferramenta mais paupável de resultados que acompanha e avalia os dados. Portanto, Nascimento, Lemos e Mello (2008) resumem a análise do ciclo de vida como sendo um processo desenvolvido com o objetivo de avaliar os impactos ao meio ambiente e a saúde provocados por um determinado produto, processo, serviço ou outra atividade econômica. Logo, permite refletir que a análise do ciclo de vida do processo produtivo é essencial para obtenção da gestão socioambiental e que pelo resultado apresentado na Tabela C8 as empresas participantes deveriam realizar tal processo como iniciativa de implantar a gestão responsável.

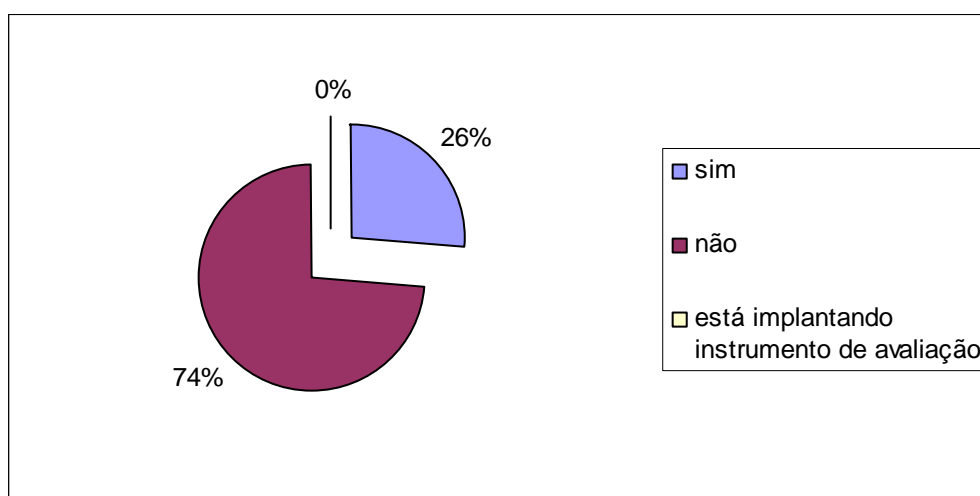


Gráfico C8 – Análise do impacto do processo produtivo frente ao meio ambiente

Pergunta C9

Realiza treinamentos sobre a cultura do desperdício, educação ambiental, conscientização?

Tabela C9 – Realiza treinamentos sobre cultura do desperdício

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim, freqüentemente	3	16
Sim, às vezes	8	42
Não	8	42
Total	19	100

Os resultados obtidos por intermédio da Tabela C9 permitiram observar que as empresas até se preocupam em destacar a gestão de forma responsável, ou seja, uma minoria investe em treinamentos sobre o assunto, porém, quase metade das empresas participantes não faz. Conforme estudado no capítulo 1, Nascimento, Lemos e Mello (2008) relatam que a base para implantar as ferramentas de apoio a gestão socioambiental está na conscientização de todos envolvidos, ou seja, treinamento com os colaboradores. Portanto, pode inferir que a empresa que busca uma gestão sustentável deve iniciar suas ações investindo na reeducação cultural.

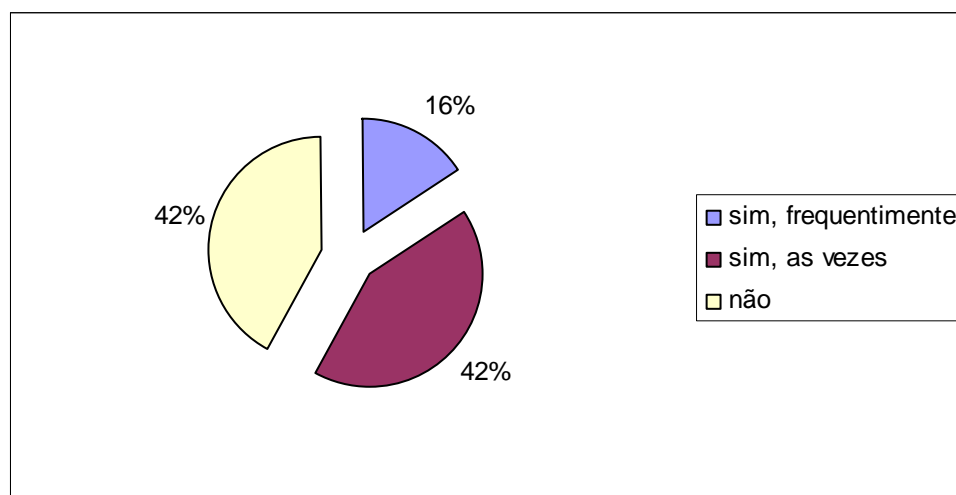


Gráfico C9 – Realiza treinamentos sobre a cultura do desperdício

Pergunta C10:

Sua empresa monitora ou questiona os fornecedores sobre de onde vem ou como é feito a matéria-prima fornecida, quanto ao processo de fabricação da matéria-prima ser politicamente correto?

Tabela C10 – Monitoramento do fornecedor

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	5	26
Não	11	58
Está implantando	3	16
Total	19	100

A Tabela C10 aponta que mais da metade das empresas não monitoram seus fornecedores quando a matéria-prima ser fabricada dentro dos padrões de uma gestão responsável em termos ambientais. De acordo com o SINDMÓVEIS (2009) um dos objetivos que compõem o planejamento estratégico do setor moveleiro 2010 é a construção de uma central de compras, mas que por motivo de desunião por partes dos empresários do setor, esta ação ainda não realizou. A Revista Exame (Nov/2009), apontou que no setor moveleiro o fornecedor mais conhecido como politicamente correto é a empresa Masisa, que já possui o selo *Florest stewardship Council* (FSC). Selo criado no intuito de promover o manejo responsável de florestas. (BRAZIN E GODOY, ON LINE 2009). Sendo assim, permite a reflexão de que as empresas de todos os segmentos estão buscando a gestão socioambiental, o que facilitaria para os empresários moveleiros possuir matéria-prima produzida de forma responsável socioambientalmente.

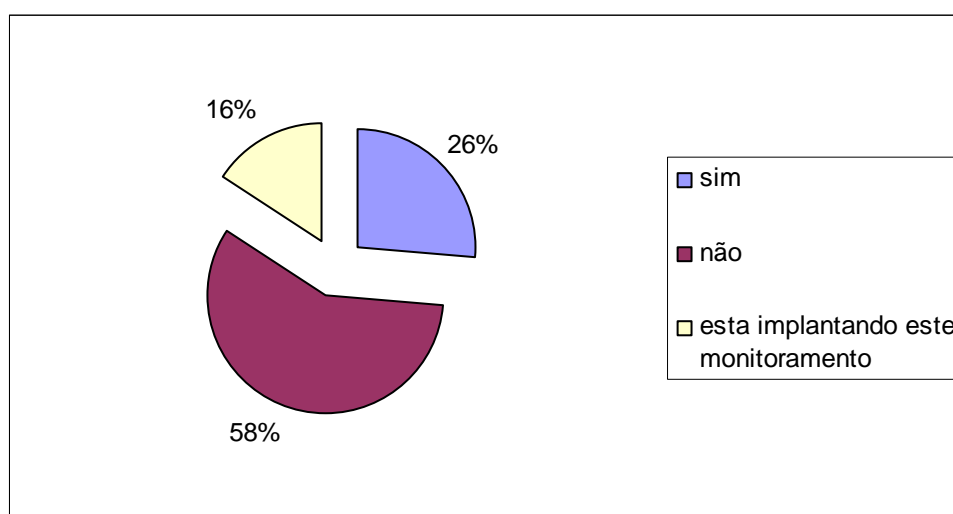


Gráfico C10 – Monitoramento do fornecedor

Pergunta C11

Sua empresa mantém programa de minimização de custos com energia e água?

Tabela C11 – Programa de minimização dos recursos naturais

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim, redução de energia	8	64
Sim, otimização do uso da água	2	10
Não	11	21
Possui projeto em desenvolvimento	0	5

A Tabela C11 aponta que a maior parte das empresas reformulou o *layout* de produção de forma a minimizar o custo com energia, pois é o fator predominante na produção de móveis. Segundo os respondentes a água já é um fator de menor influência no processo produtivo, logo, permite inferir que apenas uma minoria das empresas apresentou se preocupar com esse fator. Observa-se a maior parte das empresas não tem nenhum projeto de redução de recursos naturais como água e energia. Conforme estudado no capítulo I, o Conselho Organizacional Mundial para o Desenvolvimento (ON LINE, 2009) aponta como metodologia para alcançar o desenvolvimento sustentável, a utilização da Ecoeficiência, que para eles é o “uso eficiente de materiais e energia a fim de reduzir os custos econômicos e o impacto negativo da produção ao meio ambiente”. Logo, esse resultado permite inferir que por se tratar de fatores que influenciam direto no caixa da empresa, as empresas participantes deveriam se preocupar mais em diminuir o gasto com água e energia.

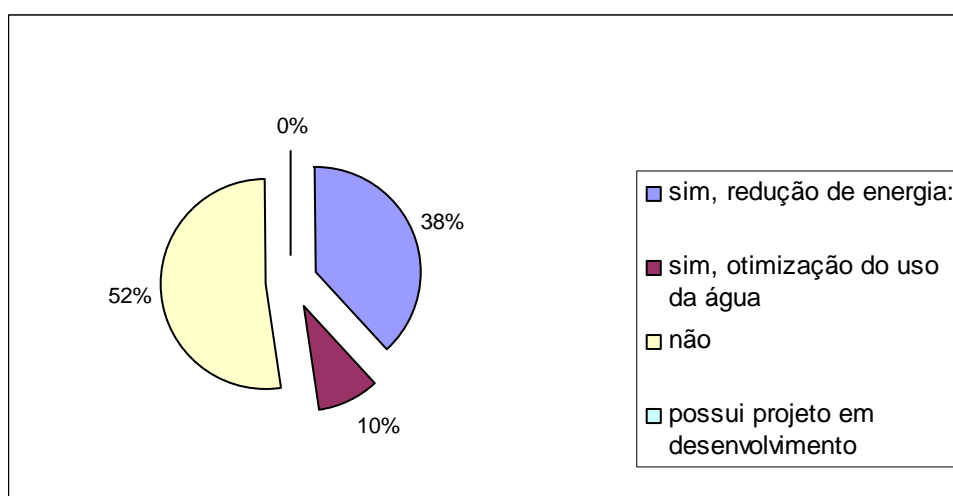


Gráfico C11 – Programa de minimização dos recursos naturais

Pergunta C12

Sua empresa investe em tecnologia para aumentar a durabilidade dos seus produtos?

Tabela C12 – Investimento em tecnologia

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	1	95
Não	17	5
Possui projeto em desenvolvimento	0	0
Não possui interesse	0	0
Total	19	100

A Tabela C12 permite observar que praticamente todas as empresas pesquisadas não investem em ações para aumentar a durabilidade dos produtos. Esse questionamento representado em seus resultados pela Tabela C12, foi motivado pelo pensamento de Annie Leonard (2009) quando apresentou em seu documentário a ‘história das coisas’, estudado no capítulo I, onde a autora reflete sobre o verdadeiro sistema em que se vive. Para autora, as coisas não são o que parece ser e a cultura do consumismo permitiu colocar o planeta em risco. Sendo assim é possível a reflexão de que a gestão socioambiental empresarial convém linear a durabilidade dos produtos à sua estratégia.

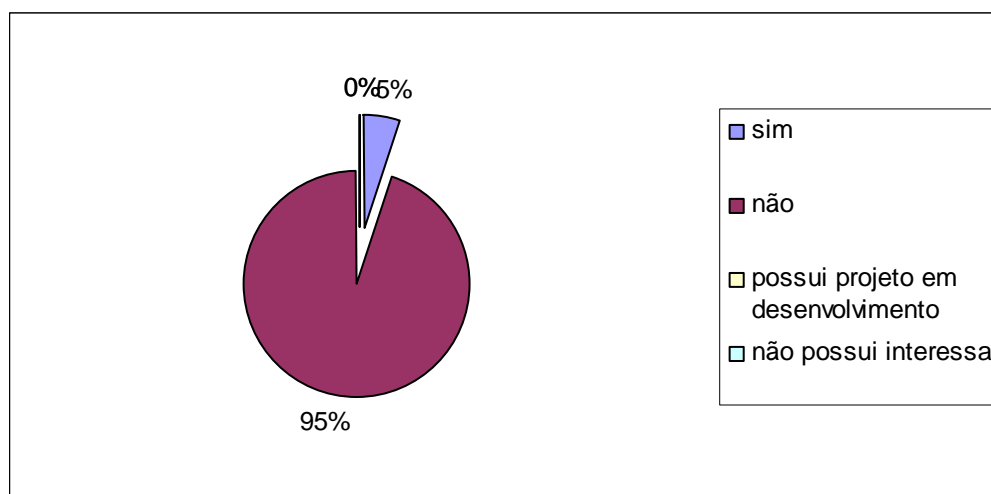


Gráfico C12 – Investimento em tecnologia

Pergunta C13

Sua empresa incentiva a reciclagem após uso final do produto?

Tabela C13 – Incentivo a reciclagem após uso final do produto

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	4	21
Não	14	74
Possui projeto em desenvolvimento	1	5
Total	19	100

A Tabela C13 mostra que mais da metade das empresas participantes não incentiva o consumidor em como fazer após a utilização dos seus produtos. Uma das opções seria apoiar a reciclagem, que no caso, apenas a minoria das empresas já faz. Uma das formas de minimizar a imagem negativa da empresa perante a sociedade, segundo os Greenpace (ON LINE, 2009), é instruindo as pessoas de como desfazer do produto após o uso ou tempo de vida do mesmo. A exemplo, estudado no capítulo 1, tem-se a empresa Claro de telefonia celular, que possui o projeto claro recicla, onde os celulares antigos e usados são depositados em recipientes apropriados para serem levados à reciclagem. Segundo a empresa, até 80% do celular pode ser reciclado, porém, apenas 2% dos brasileiros destinam seus celulares usados para serem reciclados e 10% jogam em lixo comum. (CLARO, ON LINE, 2010).

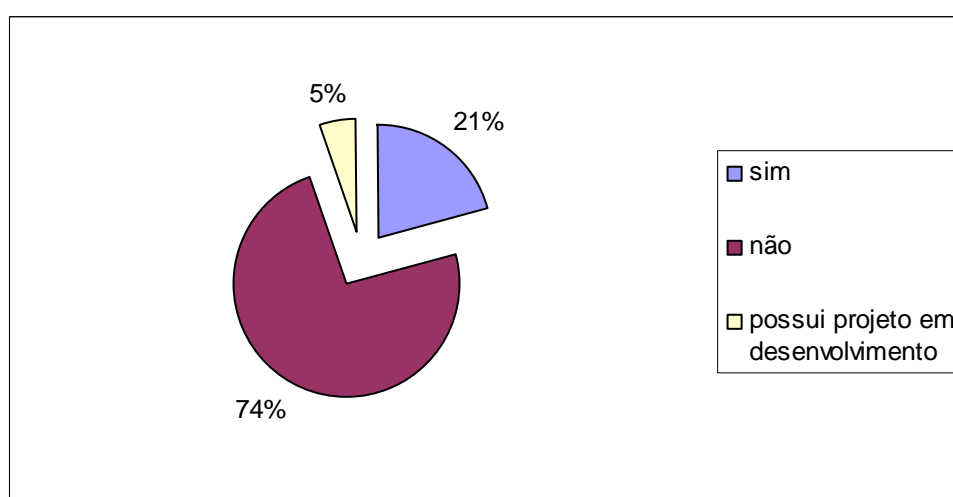


Gráfico C13 - Incentivo a reciclagem após uso final do produto

Pergunta C14

Sua empresa investe no aperfeiçoamento de embalagens que agridem menos o meio ambiente?

Tabela C14 – Investimento em embalagem de menor agressão ao meio ambiente

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	4	21
Não	15	79
Possui projeto em desenvolvimento	0	0
Total	19	100

De acordo com os resultados apresentados na Tabela C14, a maioria das empresas não investe no aperfeiçoamento de embalagens de forma a minimizar o impacto negativo ao meio ambiente. Já uma minoria trabalha neste aspecto. Segundo informações do SINDMÓVEIS/GO (2009) a indústria moveleira utiliza como embalagem a caixa de papelão, sacos plásticos ou embalagem feita de madeira ou derivado. Portanto, o resultado permite inferir que as empresas estão perdendo a oportunidade de investir na reciclagem das embalagens. Conforme estudado no capítulo 1, a reciclagem possui uma grande vantagem competitiva além de minimizar os custos. (NASCIMENTO, LEMOS E MELLO, 2008).

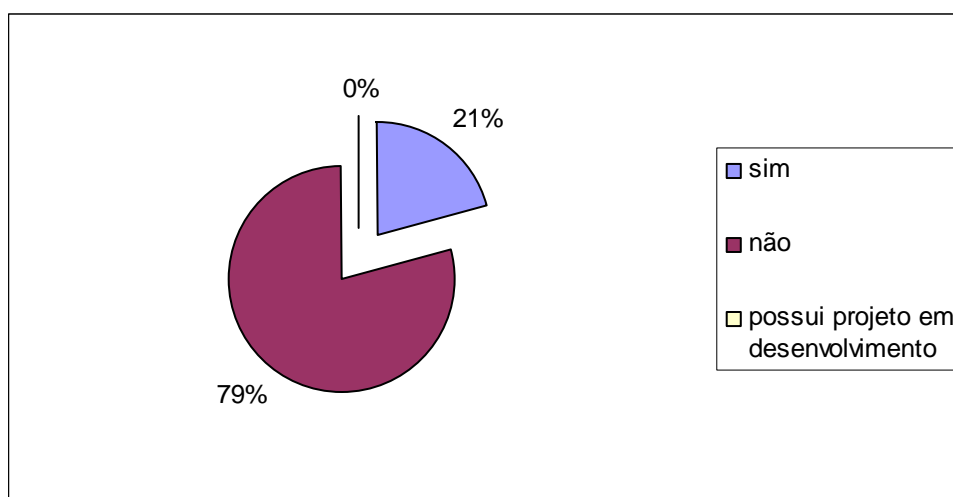


Gráfico C14 – Investimento no aperfeiçoamento de embalagem

Pergunta C15

Sua empresa divulga publicamente relatórios sobre seus princípios éticos? Como o Balanço social, por exemplo?

Tabela C15 – Divulgação dos princípios éticos

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	0	0
Não	17	89
Possui projeto em desenvolvimento	2	10
Nunca ouvi falar	0	0
Total	19	100

Com respaldo dos resultados apresentados na Tabela C15, é pratica e unânime as empresas não divulgarem trabalhar dentro do conceito de responsabilidade socioambiental. Apenas poucas estão desenvolvendo projeto para começar a compartilhar com os clientes e sociedade suas ações junto à gestão sustentável. Na concepção de Palaccio (2008) e estudado no capítulo 1, a divulgação das ações no âmbito da responsabilidade socioambiental é uma forma de bom relacionamento entre empresa, sociedade e pessoas, pois relata os impactos das atividades da empresa ao meio ambiente. Foi apresentado também, no capítulo 1, a ferramenta Ecoauditoria por Nascimento, Lemos e Mello (2008) e a contabilidade ambiental por Braga *et al* (2007) onde as mesmas seguem o mesmo princípio, o de informar à sociedade e transmitir segurança e transparência sobre as atitudes da empresa no quesito desenvolvimento sustentável.

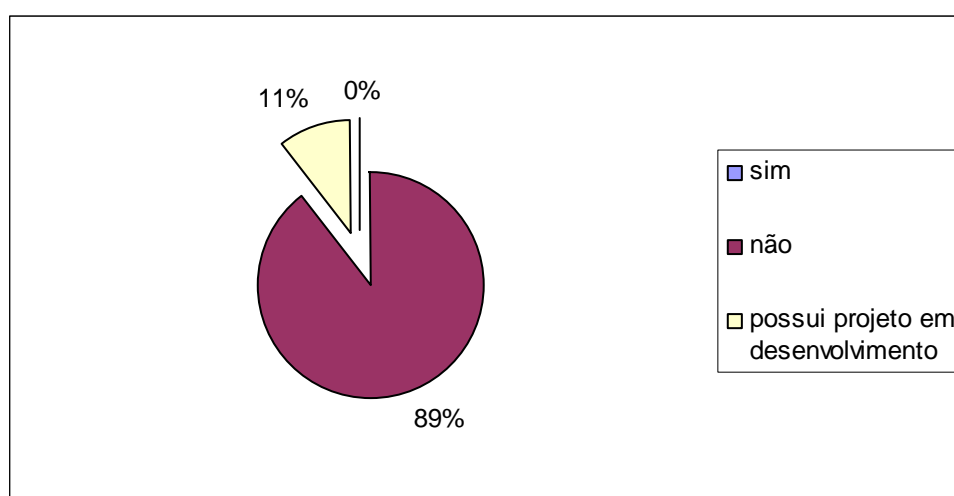


Gráfico C15 – Divulgação dos princípios éticos

Pergunta C16

A empresa possui alguma ferramenta no apoio a gestão socioambiental empresarial?

Tabela C16 – Ferramenta de apoio a gestão socioambiental

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	6	32
Não	11	58
Está implantando	2	10
Total	19	100

Conforme norteia a Tabela C16, mais da metade das empresas não possui ferramenta de apoio a gestão socioambiental e menos da metade afirmam utilizar de alguma ferramenta. Para Nascimento, Lemos e Mello (2008) defendem que a inserção da variável socioambiental ao longo da gestão empresarial é uma forma de planejar e controlar a empresa utilizando-se de alguma ferramenta que proporcione alcançar os objetivos de forma mais sustentável possível. Neste sentido Tachizawa (2007) completa estes autores ao dizer que as empresas além de alcançar o desenvolvimento sustentável, por meio das ferramentas de gestão, conseguem aumentar a lucratividade dos negócios. Dentro deste contexto, e tendo em vista o resultado obtido na Tabela C16, é possível inferir que as ferramentas colaboram com o crescimento das empresas, logo, o fato de não ter nenhuma delas na gestão empresarial pode inibir o desenvolvimento das mesmas.

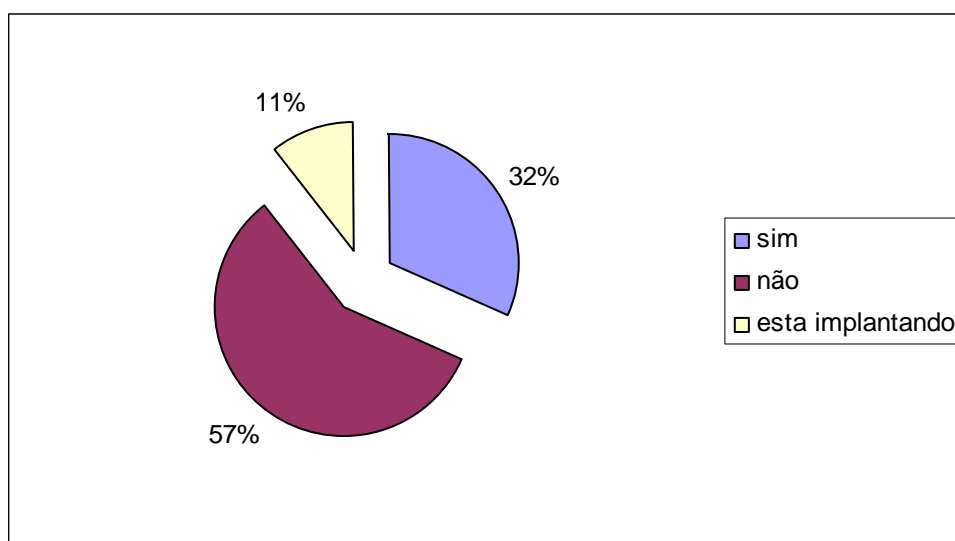


Gráfico C16 – Ferramenta de apoio a gestão socioambiental

Pergunta C17: Se a resposta anterior for SIM ou ESTA IMPLANTANDO, mencione qual ferramenta utilizada.

Tabela C17 – Ferramenta utilizada na gestão socioambiental

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
ISO 9000	2	11
ISO 14000	0	0
ISO 8000	0	0
ISO 18000	0	0
Produção mais limpa	1	5
Análise do ciclo de vida do produto	0	0
AUDIO	0	0
Ecodesign	0	0
Ecoeficiência	0	0
Outra	3	16
Não utiliza nenhum	11	57
Está implantando	2	11
Total	19	100

A partir dos resultados obtidos e informados na Tabela C17, uma minoria possui algum tipo de ferramenta de apoio a gestão socioambiental. No capítulo 1 foi estudado cada ferramenta que compõem as alternativas da Tabela C17. De acordo com Tachizawa (2007) e Schneider, Nehme e Bem (2006), as empresas que se anteciparem às mudanças ambientais possuirão vantagens competitiva além de minimizar o impacto negativo da produção. Sendo assim, o resultado da Tabela C16 é compatível com a realidade apresentada em Goiás.

De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Total (INMETRO, 2010) e estudado no Capítulo 1, o estado de Goiás está entre os que demonstram baixo nível de preocupação com a questão ambiental, possuindo apenas 8 empresas certificadas segundo as normas ISO 14000 e 174 com a ISO 9000, uma vez que Goiás possuía 5.364 unidades industriais em 2007, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, ON LINE, 2010).

3.5.4 BLOCO D – Aspectos Industriais e incentivos públicos

O Bloco D permitiu conhecer o investimento em melhoria contínua das empresas participantes e sobre a gestão de resíduo, que compõem um dos problemas levantados neste estudo. Além de conhecer a existência de incentivo do poder público no auxílio ao desenvolvimento sustentável das empresas convidadas.

Pergunta D1

Sua empresa adota inovações de produtos/processo?

Tabela D1 – Inovações de produtos/processos

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim, de processos	7	29
Sim, de produtos	6	25
Não	10	42
Possui projeto em desenvolvimento	1	4

Observa-se a partir da Tabela D1 que um pouco mais da metade das empresas não investe em inovações de processos e produtos em sua gestão. Entretanto, convém destacar que também é relevante as outras partes somadas demonstra possuir alguma ação voltada a inovação de processos e produtos. Nesse sentido, Soares *et al* (2006) enfatizam que a inovação de processos é um veículo fundamental para minimização dos custos, aumento da produção e satisfação do cliente.

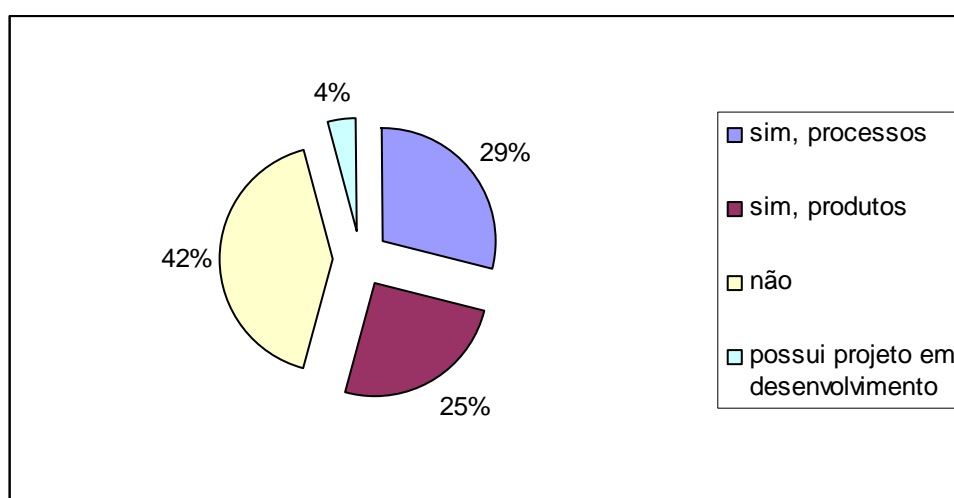


Gráfico D1 – Inovação de produto/processo

Pergunta D2

Sua empresa calcula a quantidade de resíduo gerado?

Tabela D2 – Calculo da quantidade de resíduo gerado

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	7	37
Não	11	58
Possui projeto em desenvolvimento	1	5
Total	19	100

A Tabela D2 informa que mais da metade das empresas moveleiras participantes não calculam a quantidade de resíduo gerado na produção dos seus produtos e apenas a minoria o faz. De acordo com Nascimento, Lemos e Mello (2008), a gestão socioambiental por meio da ferramenta Produção mais Limpa, estudada no capítulo 1, objetiva dentre outras coisas, diminuir ou eliminar a quantidade de resíduos gerados.

No estado de São Paulo há um estudo apresentado pelo SINDMÓVEIS (2005) mostrando que são gerados anualmente 25 mil toneladas de resíduos da indústria moveleira, sendo: 535 mil toneladas de resíduos sólidos; 283 mil toneladas são tratados; 166 mil toneladas são armazenados; o restante são enviados para aterro. Com esses resultados é possível inferir que as empresas participantes precisam conscientizar da importância de medir a quantidade dos resíduos, pois assim, poderá gerir de forma mais eficiente e eficaz suas ações.

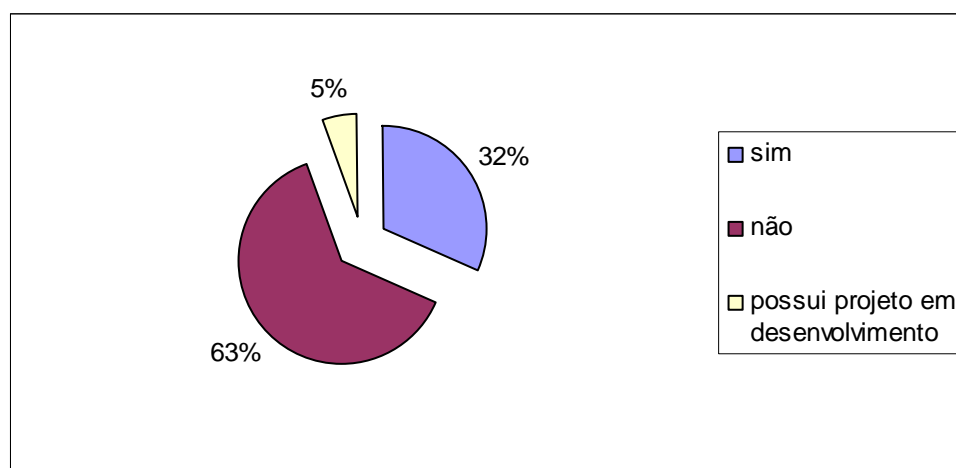


Gráfico D2 – Calculo da quantidade de resíduo gerado

Pergunta D3

Se a resposta anterior for SIM, mencione a quantidade por meio de quantidade de caçambas retiradas mês.

Tabela D3 - Quantidade de resíduo gerado

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
0,5 a 10	5	26
11 a 20	1	5
21 a 30	1	5
Não calculam	11	59
Está implantando	1	5
Total	19	100

A Tabela D3 aponta que a maioria das empresas não calcula a quantidade de resíduos gerados mês e apenas a minoria faz. Segundo do SINDMOVEIS/GO (2009) o estado de Goiás não possui informações sobre a quantidade de resíduos gerados mês pelas indústrias moveleiras. Logo, considerando que o estado de Goiás possui 660 indústrias moveleiras (SINDMOVEIS/GO, 2009) e levando em consideração a média de resíduos gerados pelas empresas pesquisadas, que fez 55 caçambas, onde uma caçamba possui 5m³, pode inferir que as empresas participantes geram 275m³. Com isso, remete a reflexão de que o estado de Goiás gera em média a quantia de 23.100 m³ de lixo industrial moveleiro mês.

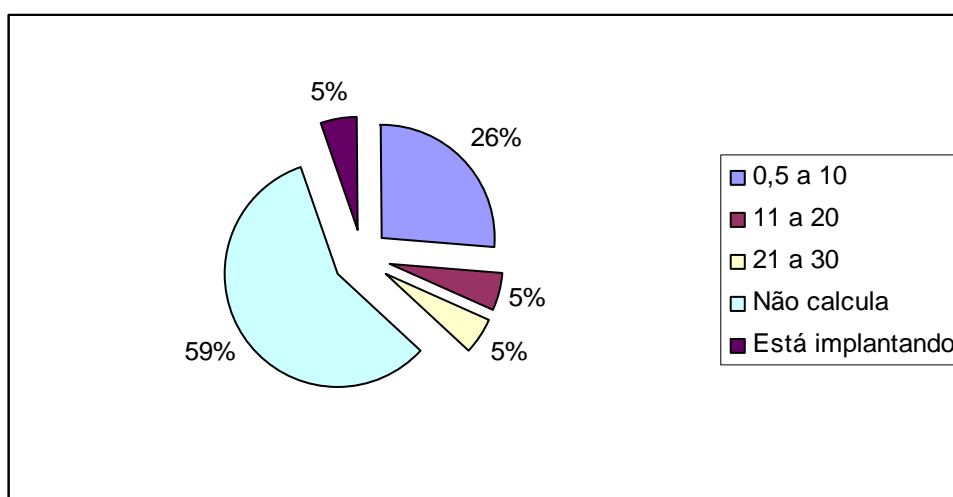


Gráfico D3 – Quantidade de resíduo gerado

Pergunta D4

Sua empresa possui algum tipo de incentivo governamental ao desenvolvimento sustentável?

Tabela D4 – Incentivo governamental ao desenvolvimento sustentável

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	5	26
Não	10	52
Está buscando parcerias	2	10
Desistiu por não obter retorno	2	10
Total	19	100

Observa-se na Tabela D4 que mais a maioria das empresas não possui nenhum tipo de apoio governamental rumo ao desenvolvimento sustentável. Já uma minoria possui algum tipo de incentivo e uma parte desistiu por não obter retorno. Segundo informações do SEBRAE/GO (2009), o mesmo possui projetos subsidiados de incentivos para o setor moveleiro tais como, apoio para participação em feiras nacionais e internacionais, implantação da ferramenta Produção mais Limpa e ISO 9000 e 14000, dentre outras ações.

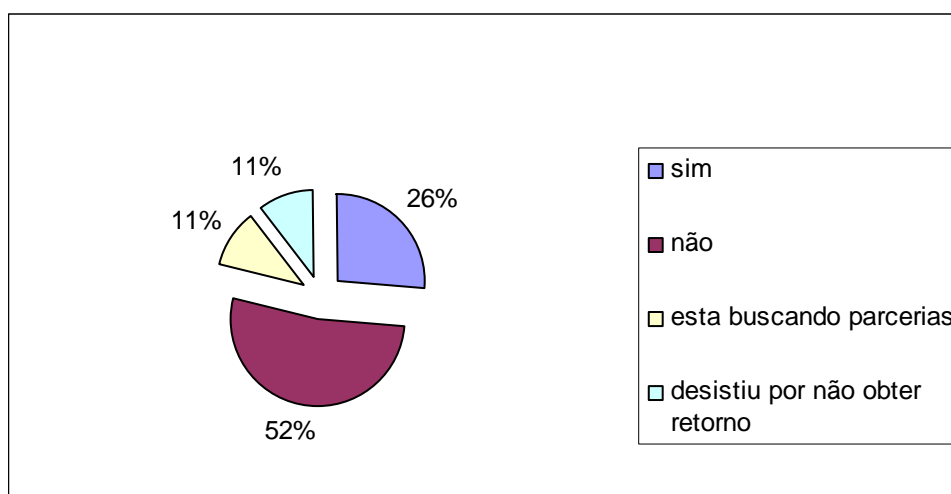


Gráfico D4 - Incentivo governamental ao desenvolvimento sustentável

Pergunta D5

Qual tipo de instituição apóia sua empresa?

Tabela D5 – Instituição de apoio

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
SEBRAE	4	21
SENAI	2	11
SINDMOVEIS	4	21
SESI	1	5
FIEG	1	5
OUTRO	1	5
Não possui incentivo	6	32
Total	19	100

De acordo com a Tabela D5, o SEBRAE E SINDMÓVEIS foram selecionados pela maioria das empresas participantes, pois os mesmos atuam em parceria na criação e implantação de ações para o setor. Conforme estudado no capítulo 2, o SEBRAE/GO e o SINDIMÓVEIS/GO possuem vários projetos que objetiva o crescimento e desenvolvimento do setor moveleiro em Goiás. Logo, permite à reflexão de que as outras instituições também apóiam, porém de forma menos notável pelos empresários. Porém, convém destacar que os resultados obtidos também permitiam observar que não foi desconsiderado a quantidade de empresas que não possui nenhum tipo de incentivo.

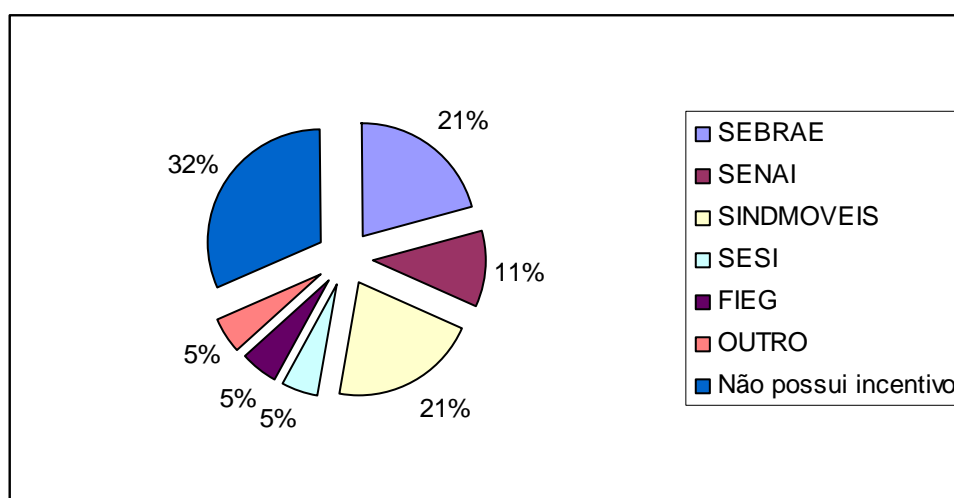


Gráfico D5 – Instituição de apoio

Pergunta D6

Sua empresa já utilizou de algum benefício de órgão público por possuir ou vir a ter projetos de responsabilidade socioambiental?

Tabela D6 – Já utilizou de benefício de órgão público

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	0	0
Não	15	79
Nunca buscou	3	18
Já tentou, mas não foi atendido	1	5
Total	19	100

A Tabela D6 visualiza que a maioria das empresas nunca ganhou algum benefício de um órgão público por ter, ou, vir a ter projetos de responsabilidade socioambiental e já uma minoria não buscou e outra tentou sem sucesso. Conforme estudado no capítulo 2 os órgãos públicos possuem incentivos a gestão socioambiental corporativa, porém, infere-se que a divulgação não é feita adequadamente. No entanto, as principais ações da Agenda 21 brasileira, estudada no mesmo capítulo 2, foca exatamente a questão da sustentabilidade.

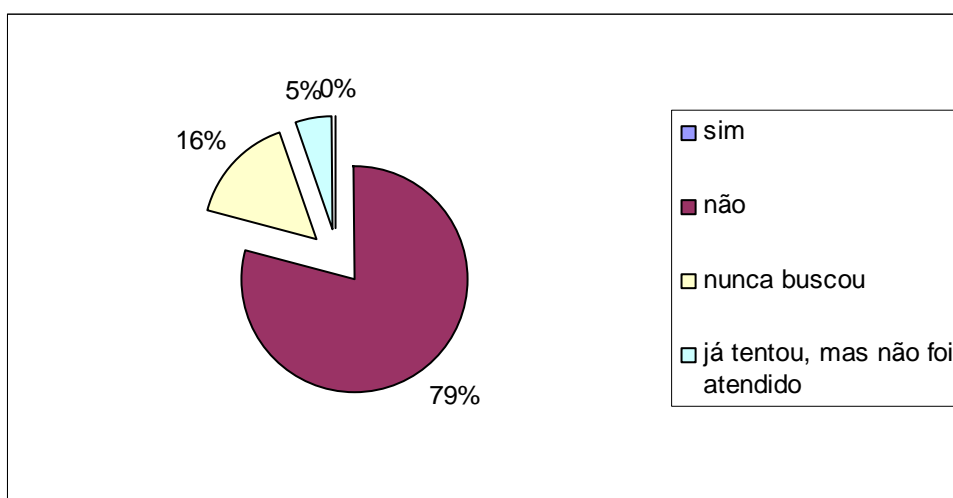


Gráfico D6 – Já utilizou de benefício de órgão público

Pergunta D7

Se a resposta anterior for SIM, mencione qual instituição?

Como a pergunta D6 nenhuma empresa citou nome de algum órgão público que apoiasse a gestão socioambiental, ou seja, não houve nenhum caso de utilização de benefício na amostra pesquisada. Porém, o estado de Goiás possui vários tipos de incentivos a gestão responsável, estudados no capítulo 2, tais como, premiação com troféu e em dinheiro, incentivos fiscais e subsídios, os quais pertencem a órgãos como SEBRAE, SESI, FIEG, SENAIS, SINDMÓVEIS.

Pergunta D8

Sua empresa já ganhou algum prêmio relacionado à gestão sustentável e,ou responsável socialmente?

Tabela D8 – Prêmio relacionado a gestão socioambiental

Tipos de respostas	Qt. de respostas	%
Sim	2	10
Não	17	90
Não se interessa por este tipo de prêmio	0	0
Total	19	100

A Tabela D8 mostra que apenas uma minoria das empresas já ganhou prêmio relacionado ao assunto desenvolvimento sustentável, seguida da grande maioria que nunca ganhou. No capítulo 2 foi estudado os órgãos em Goiás que possui esse tipo de premiação, como por exemplo, o prêmio SESI. Confrontando o resultado das Tabelas C3 e C4 sinalizam a inexistência de projeto voltado para responsabilidade social e ambiental por mais da metade das empresas convidadas. Sendo assim, permite refletir que as empresas não estão interessadas ou ainda não se atentaram para a relevância do assunto para a vida da empresa.

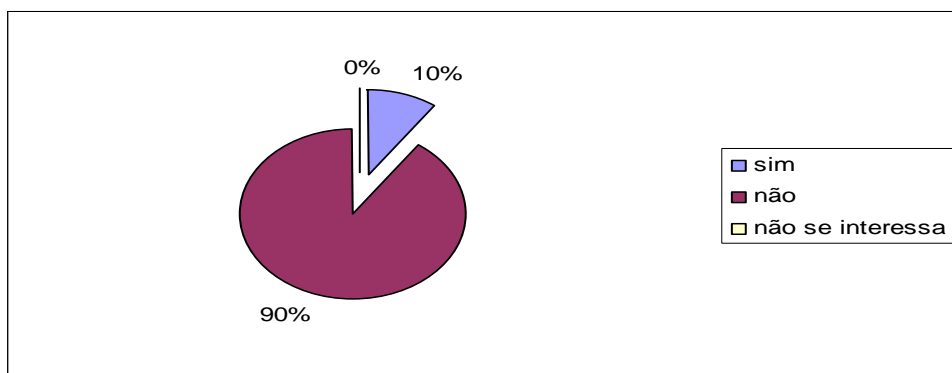


Gráfico D8 – Prêmio relacionado a gestão socioambiental

3.6 Síntese Geral dos Blocos

Os resultados da pesquisa apontam para um cenário carente e precário de ações rumo ao desenvolvimento sustentável. Os órgãos públicos precisam divulgar melhor suas atuações de apoio a responsabilidade socioambiental e criar mecanismos de incentivos para as indústrias moveleiras do estado.

O desinteresse apresentado pelos empresários durante a pesquisa permite inferir que haja falta de conhecimento e apoio para atuação com gestão responsável social e ambientalmente, ou, que o assunto ora estudado não seja relevante e assim, não ocupam espaço em suas agendas empresariais. Dessa forma, algumas ações tais como treinamentos para conscientização, programa de premiação e descontos fiscais, central de tratamento de resíduos, central de criação com as sobras, projetos com a metodologia *produção mais limpa*, dentre outras ferramentas de gestão. Ações nas quais foram apresentadas no capítulo 1 e implantadas, de forma diferente, mas fundamentando nos mesmos princípios, nas indústrias moveleiras da Serra Gaúcha, conforme relata Schneider, Nehme e Bem (2006). Após análise dos capítulos e do resultado da pesquisa, segue abaixo uma proposta de ações, não idêntica a formatada para as empresas da Serra Gaúcha, mas seguindo o mesmo princípio, visando colocar o estado de Goiás como exportador de móveis e possuidor de arranjo produtivo local e dentro da cultura proposta pela gestão socioambiental, conforme mostra o quadro 20.

Quadro 20 - Ações de responsabilidade socioambiental para o setor moveleiro em Goiás

Ações	Foco
Treinamentos sobre a cultura do desperdício, gestão socioambiental e desenvolvimento sustentável.	Promover uma cultura contrária ao do consumismo. Cultura da produção responsável.
Projetos de apoio à gestão socioambiental.	Apoio à sociedade carente e ao meio ambiente.
Programas subsidiados para implantação de ferramentas que ajudam na gestão responsável.	Fortalecimento das empresas e minimização do impacto negativo da produção ao meio ambiente.
Criar uma central de coleta e tratamento de resíduos do setor moveleiro.	Apoio a reciclagem e oportunidade de novos empregos e negócios.
Criar uma central de compras de matéria-prima.	Fortalecer o poder de compra e punições no que se referir a matéria-prima feita de forma imprópria à gestão responsável.
Criar um selo verde específicos para as empresas moveleiras de Goiás.	Criar imagem positiva dos produtos moveleiros de Goiás, sendo um passo à exportação.
Criar formas de incentivos e esclarecimentos sobre exportação.	Incentivo à exportação.
Desenvolver inovações de produtos e processos que convergem a gestão social e ambiental empresarial.	Desenvolvimento do setor moveleiro.
Fortalecer o arranjo produtivo local moveleiro.	Tornar público que Goiás possui arranjo produtivo local, permitindo assim a abertura de novas oportunidades para o setor.

Os resultados obtidos no Bloco C permitiram identificar a percepção dos respondentes sobre o assunto responsabilidade socioambiental corporativa, onde mais da metade conhece ou já ouviu falar e uma minoria não tem conhecimento. Permitiu também identificar as práticas de responsabilidade socioambiental, que mais da metade responderam não possuir nenhuma ação neste sentido.

Já os resultados do Bloco D apontaram para praticamente uma inexistência de apoio da gestão pública no aspecto da gestão responsável sócio e ambientalmente das indústrias participantes. Com isso, a partir da análise de todos os resultados, é possível inferir que os obstáculos para implantar uma gestão socioambiental corporativa está na falta de interesse, e ou, conhecimento sobre o assunto por parte das empresas convidadas, como também na falta de apoio, no aspecto de ações concretas e divulgação vigoroso da gestão pública, em suas políticas.

Os resultados permitiram também revelar a existência dos problemas ora levantados tais como o não tratamento dos resíduos, a inexistência de apoio do poder público neste sentido, a escassez de parceria com fornecedores no intuito de promover a gestão responsável e o não investimento em tecnologias novas que promovam o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Schneider, Nehme e Bem (2006) em seus estudos sobre sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira da Serra Gaúcha, a interface ambiental, ecoeficiência, tratamento de resíduo e o planejamento ambiental visa oportunidades e melhorias no desempenho corporativo, aumentando a competitividade das empresas.

Sendo assim, o discurso dos autores referenciados, remetem à reflexão de que a gestão pública do Estado de Goiás precisa perceber a relevância do assunto gestão socioambiental e implantar esta cultura em seus modelos econômicos, visando o desenvolvimento e crescimento das indústrias moveleiras e, por conseguinte, a sustentabilidade dos negócios das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente o presente trabalho foi norteado pela preocupação de identificar se as empresas de Goiás estão buscando ações para alcançar o desenvolvimento sustentável, uma vez que a maioria delas são micro e pequenas empresas. Em seguida, buscou conhecer as práticas e os principais desafios das indústrias moveleiras em relação à gestão socioambiental.

A partir do tema central, este estudo fez um resgate histórico da busca do desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo, explorando os principais acontecimentos e metodologias em prol da gestão responsável para minimização do impacto negativo da produção ao meio ambiente. Na sequência, o trabalho buscou trazer, por interlocução dos autores, conceitos de gestão sustentável, social, ambiental e socioambiental, bem como as ferramentas de apoio à implantação desta nova cultura.

Diante das informações e fundamentações teóricas de vários estudiosos, procurou-se conhecer os aspectos da indústria moveleira na visão mundial e nacional e os principais incentivos públicos à gestão socioambiental corporativa em Goiás. Foi então possível perceber que os vários problemas ambientais e sociais ocorridos nos últimos tempos levantaram questionamentos a respeito da ação homem sobre o planeta, considerada desordenada e errônea.

As preocupações apontadas neste trabalho foram se as indústrias moveleiras de Goiás conhecem sobre a gestão socioambiental empresarial, se possuem ferramentas de apoio à essa gestão, se existem leis e programas de incentivos público e se as mesmas têm dificuldades na busca pelo desenvolvimento sustentável. Outra indagação levantada pelo trabalho foi sobre a diversidade e quantidade de resíduos gerados pela indústria moveleira situadas em Goiás e como funciona a gestão destes resíduos.

Portanto, a pesquisa de campo neste segmento, na expectativa de responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos propostos, buscou identificar o perfil dos empresários e respondentes, o conhecimento dos mesmos sobre desenvolvimento sustentável e gestão socioambiental empresarial, a existência de projetos sociais e ambientais, as ferramentas de apoio à minimização do impacto negativo da produção ao meio ambiente, os investimentos na melhoria de processos e produtos, os incentivos públicos à gestão responsável e, as principais características das empresas participantes.

Ao longo do estudo, dados secundários foram apontados e apresentados pelos respondentes permitindo e propondo reflexões mais detalhada das informações obtidas. A aplicação do instrumento de coleta de dados permitiu conhecer as práticas e principais desafios das indústrias moveleiras de Goiás em busca de uma gestão ecologicamente correta.

Os resultados obtidos revelaram que a maioria dos empresários do setor moveleiro não possui o devido entendimento sobre o que é uma gestão socioambiental corporativa, alguns já ouviram falar e outros não sabem sobre o que se refere.

Já as práticas utilizadas pelas empresas pesquisadas, em minoria, se resumem em projetos sociais e ambientais isolados, sistema de gestão da qualidade ISO 9001, metodologia como a produção mais limpas, reciclagem, apoio a instituição de caridade, dentre outros. Todavia, o não conhecimento sobre o assunto desenvolvimento sustentável, a falta de incentivo público, a falta de apoio de entidades e a desunião do setor moveleiro são os principais obstáculos para implantar e manter uma gestão socioambiental.

Em relação ao apoio do poder público no alcance da gestão corporativa sustentável, não foi citado nenhum nome de órgão público que tivesse intercedido pelas empresas nesse sentido. Porém, o capítulo 2 que tratou do assunto gestão pública, constatou vários projetos, ações e premiações à empresas que atuassem de forma responsável.

O presente estudo apontou para uma carência muito grande, do setor moveleiro de Goiás, por ações e incentivos rumo ao desenvolvimento sustentável. Ficou evidenciada a desmotivação e desunião dos empresários do setor em estudo, onde objetivos isolados e interesses próprios norteiam os pensamentos dos mesmos. Logo, é possível inferir que as entidades como o governo, entidades sem fins lucrativos e empresários deveriam focar ações que incentivam a gestão socioambiental no estado.

As vantagens das ações apresentadas proporcionarão ao setor moveleiro de Goiás um crescimento e desenvolvimento não só internamente nas empresas, mas a nível internacional. Logo, a desunião dos empresários do setor e a desmotivação por nunca ver os projetos acontecerem, são as limitações para implantação das ações apresentadas.

Convém ressaltar que o estado de Goiás possui projetos, premiações e incentivos ao desenvolvimento sustentável e que os empresários do setor moveleiro caminham em direção à gestão sócio e ambientalmente correta. Porém, se faz necessário reforçar a baixa aderência por parte das empresas convidadas a participar da pesquisa. Provavelmente isto seja provocado pelo desconhecimento da relevância do assunto ora estudado para sobrevivência da empresa no mercado de trabalho.

Para finalizar este estudo, pode-se sugerir outras forma de levantar as práticas e principais desafios no quesito gestão socioambiental empresarial nas indústrias moveleiras de Goiás. Porém, é válido registrar a força de vontade dos empresários do setor em alcançar o sucesso e o desenvolvimento regional e que as poucas ações existentes possam ser concretizadas em sua totalidade com eficiência, para motivar outras empresas a buscar o caminho do êxito, ou seja, a harmonia entre lucratividade e competitividade. Logo, infere-se que o segredo para a transformação está na união do poder público com as empresas privadas, na busca pelo desenvolvimento sustentável, tornando assim empresas sustentáveis.

Sendo assim, espera-se que o estudo possa contribuir para melhoria do setor moveleiro em Goiás e que o mesmo sirva de inspiração e aprofundamento para outros trabalhos neste sentido, uma vez que o assunto ora estudado, responsabilidade socioambiental empresarial, é de considerável relevância por se tratar na contemporaneidade, uma das questões preocupantes com a continuidade das espécies e do planeta.

12 REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALLI, Sérgio. SAUAYA, Thais. **Como Fortalecer a Responsabilidade Social nas Relações entre Grandes e Pequenas Empresas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

ALMEIDA, Flavio. ALTENFELDER, João Paulo. **Encontro Sustentável 2006: Sustentabilidade Empresarial**. São Paulo: CEBDS, 2006.

Arranjo produtivo local (APL): uma contribuição para a incorporação da variável socioambiental da MPE. Disponível em www.ethos.org.br. Acesso em dezembro de 2009.

Até quando a terra ira suportar. Artigo disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em agosto de 2009.

As empresas e os ecossistemas: os desafios dos ecossistemas e as implicações para as empresas. Elaborado por BCDS Portugal, 2005. Disponível em www.wbcsd.org. Acesso em dezembro de 2009.

ASHLEY, Patrícia Almeida. *et al.* **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva 2003.

Aspectos ambientais da indústria moveleira no Brasil. Disponível em www.cgimoveis.com.br. Acesso em novembro de 2009.

ATTOLINI, Luiz. **Relatório setorial da indústria de móveis no Brasil**. São Paulo: IEMI, 2009.

BARATTO, Claudia. NASCIMENTO, Talitha. Resumo capítulo 1 e 3: **Capitalismo natural**. Disponível em www.usp.br. Acesso em fevereiro de 2010.

BARBOSA, Elza Maria Ferraz. **Rotulagem ambiental: rótulos ambientais e análise do ciclo de vida**. Brasília: IBIC, 2001.

BERNA, Vilmar S.D. Artigo: **Os quatros erros**. Disponível em www.portaldomeioambiente.org.br. Acesso em dezembro de 2009.

BOECHAT, Cláudio. **Sustentabilidade no Brasil**. Revista HSM Management 63, julho-agosto de 2007.

BRAGA, Célia et al. **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

Brasil em Desenvolvimento: **estado, planejamento e políticas públicas/instituto de pesquisa econômica aplicada**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em www.ipea.gov.br. Vol de 1 a 4. Acesso em agosto de 2009.

BRAZIN, Celestina Crocetta. GODOY, Amália Maria G. **O Selo Verde: uma nova exigência internacional para as organizações**. Disponível em www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2000. Acesso em outubro de 2009.

BRUNS, Giovana Barggio de. Artigo: **Afinal, o que é gestão ambiental?** Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em setembro de 2009.

CALLENBACH, Ernest *et al.* **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1995.

CAMPOS, Luiz Fernando Barros de. BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Artigo: **Monitoramento ambiental: histórico e tendências da pesquisa**, Disponível em www.portalppgci.marilia.unesp.br, 2006. Acesso em outubro de 2009.

Cartilha Biomóvel. **Selo Biomovel. CEM- Central da Excelência Moveleira Ltda.** Curitiba/PR. Disponível em www.biomovel.com.br. Acesso em fevereiro de 2010.

CASTRO, Sérgio Duarte. **Mapeamento das aglomerações produtivas especializadas de Goiás**. Goiânia: SEBRAE-GO, 2004.

CHARAN, Ran. Artigo: **Princípios fundamentais para a inovação social e a criação de redes sociais**. Disponível em www.rts.org.br. Acesso em julho de, 2008.

COSTA. Elaine. Resumo: **Livro capitalismo natural**. Disponível em www.maiscommenos.net. Acesso em fevereiro de 2010.

CUSTODIO, Ana Lucia melo de. MAYA, Renato. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. Disponível em www.ethos.com.br. São Paulo, 2007. Acesso em dezembro de 2009.

Metodologia da produção mais limpa, elaborado pela Rede Brasileira de ecoeficiência. Disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em junho de 2009.

Desenvolvimento sustentável. Disponível em www.guiafloripa.com.br. Acesso em janeiro de 2009.

Meio Ambiente: ações estratégicas. Disponível em www.mma.gov.br. Acesso dezembro de 2009.

Uma leitura das Nações Unidas sobre os desafios e potenciais do Brasil. Disponível em www.onu-brasil.org.br/doc/ccabrazil2005_por.pdf. Acesso em novembro de 2009.

Estado do mundo: estado do consumo e o consumo sustentável/ World Watch Institute. Apresentação Carlos Lopes; Tradução Henry Mallet e Célia Mallet – Salvador, BA: UMAEd, 2005. Disponível em www.wwiuma.org.br. Acesso em agosto de 2009.

ESTIGARA, Adriana. **Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: Uma análise dos atores eleitos pela Agenda 21**. Disponível em www.educiens.org.br. Acesso em novembro de 2009.

Estudo retrospectivo do centro-oeste: Subsídios Técnicos para Elaboração do plano Estratégico da integração Nacional. Elaborado pela Multivisão com apóio da CEPLAN. Ministério da integração Nacional. Disponível em www.integracao.gov.br. Acesso em outubro de 2009.

ETHOS. AKATU-IBOPE. **Pesquisa nacional: práticas e perspectivas da RSE no Brasil.** Disponível em www.ethos.org.br. Acesso em agosto de 2008.

FERNANDES, Rodrigo. **Eficácia dos instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável**, 2004. Disponível em jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=13864. Acesso em outubro de 2009.

FILHO, Jose Carlos Lázaro da Silva. Artigo: **Sistema de gestão ambiental aplicado a prefeituras: uma nova possibilidade de gestão pública.** Disponível em www.portalga.ea.ufrgs.br/acervo/ds-art_09.doc. Acesso em agosto de 2009.

GERINI, Ana Paula Fontinelle. **Panorama do setor moveleiro no Brasil- com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira.** Disponível em www.bndes.gov.br/publicações. Acesso em janeiro de 2010.

GODOY, Amália. **Limites do crescimento**, clube de Roma. Disponível em amalgodoy.blogspot.com/2010/02/limite-do-crescimento-clube-de-roma.html. Acesso em fevereiro de 2010.

Goiás em Dados 2009. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento; Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN, 2009. Disponível em www.seplan.go.gov.br/sepin. Acesso em agosto de 2009.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência ecológica: O impacto do que consumimos e as mudanças que podem melhorar o planeta.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOMES, Elizabeth Braga. **Inteligência competitiva**, Rio de Janeiro: Campos, 2001.

GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos et. al. **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Indústria e desenvolvimento sustentável: estratégia de atuação, agenda de prioridades e propostas de políticas - relatório síntese do encontro. Brasília: CNI, 2006. Disponível em www.gestaoambiental.com.br. Acesso em janeiro de 2010.

Indústria sustentável no Brasil: Agenda 21, cenários e perspectivas. Documento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria. Disponível em www.cni.org.br. Brasília, 2002. Acesso em dezembro de 2009.

Indústria sustentável, Rio+10: balanço e perspectivas. Documento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria. Disponível em www.cni.org.br. Brasília, 2002. Acesso em dezembro de 2009.

JULIO. Carlos Alberto. Entrevista com Fabio Barbosa, presidente do Banco Real, **foco no cliente e a filosofia dos três Ps, que privilegia as pessoas, o planeta e o lucro.** Revista HSM Management, Edição 55, 2006.

KAPLAN, R. S, NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. Frazão Filho, L. E. Trindade. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Responsabilidade social: uma alavanca para a sustentabilidade**. Disponível em [www.gestaoambiental / recebidos / maria_kraemer_pdf / pdf.php](http://www.gestaoambiental.com/recebidos/maria_kraemer_pdf/pdf.php). Acesso em julho de 2008.

KRAEMER. Maria Elisabeth Pereira. Artigo: **Contabilidade ambiental: Relatório para um futuro Sustentável, Responsável e Transparente**. Disponível em www.universoambiente.com. Acesso em janeiro de 2010.

KRAEMER. Maria Elisabeth Pereira. Artigo: **Contabilidade social medindo a responsabilidade social**. Disponível em www.monografias.com. Acesso em janeiro de 2010.

KRAEMER. Maria Elisabeth Pereira. Artigo: **Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**. Disponível em www.universoambiente.com. Acesso em janeiro de 2010.

KRAEMER. Maria Elisabeth P. **Responsabilidade social**. Disponível em www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php. Acesso em agosto de 2008.

LAVORATO, Marilena A. L. **Marketing verde**. Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 14.08.2008.

LAVORATO, Marilena Lino Almeida de. **A importância dos indicadores de desempenho ambiental para a competitividade das empresas e iniciativas ambientais**. Disponível em www.maisprojetos.com.br. Acesso em agosto de 2009.

LEONARD, Annie. Documentário: **A história das coisas**. Disponível em www.storyofstuff.com. Acesso em abril de 2009.

LIPIETZ, Alain. **Será possível um desenvolvimento ecologicamente viável?** Disponível em www.portalsa.ea.ufrgs.br. Acesso em outubro de 2009

Manual do balanço social, elaborado pela Organizacion Internacional de Trabajo. Disponível em www.balancosocial.org.br. Acesso em fevereiro de 2010.

MATOS, Maria Cristina Pereira. **Alianças intersetoriais: um estudo no município de Cubatão/SP**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Claudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos acadêmicos**. Goiânia: Editora Alfa, 2008

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Proposta de tributação ambiental na reforma tributária brasileira**. Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em novembro de 2009.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. **Aula 9: capitalismo natural**. Disponível em www.asec.com.br, 2010. Acesso em fevereiro de 2010.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. LEMOS, Ângela Denise da Cunha. MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NETO MELO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2004

O desafio é avaliar: responsabilidades. Revista HSM management, update nº 57, junho de 2008.

O Fundo constitucional de financiamento (FNO) e o Desenvolvimento Regional. Disponível em www.integracao.gov.br. Acesso em outubro de 2009.

OLIVEIRA, Danúsia Arantes F. B. de. **Impactos das questões sócio-ambientais nas empresas**. São Paulo, 2007.

Panorama Brasileiro da Indústria Moveleira. Disponível em www.aprendendoaexportar.gov.br/moveis/indmov-panbras.htm. Acesso em fevereiro de 2010.

Panorama do Setor Moveleiro no Brasil. Disponível em www.abimovel.com.br. Acesso em agosto de 2009.

PEREIRA, Francis José. **Comportamento do consumidor de diesel e estratégias de marketing para demanda de biodiesel**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Estadual de Santa Catarina, Ilhéus, 2008. Disponível em www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/dissertacao_francis.pdf. Acesso em abril de 2010.

PEREIRA, Phablo Lucas Petersen. CRUZ, Marta Monteiro Costa da. Artigo: **A responsabilidade social como estratégia de gestão empresarial**. Apresentado no XXVII Encontro da Engenharia da Produção – ENGEPEP, 2007. Disponível em www.abepro.org.br/biblioteca. Acesso em fevereiro de 2010.

Pesquisa sobre o estágio atual da prática da responsabilidade social na indústria Goiana, realizada pelo IEL, 2003. Disponível na sede do IEL em Goiânia.

Pesquisa Sondagem Industrial: **A indústria e o meio ambiente**. Sondagem industrial. CNI, 2004. Disponível em www.cni.org.br. Acesso em outubro de 2009.

PIAZZA, Carlos Alberto. **Gestão integrada. 2006**. Artigo Revista HSM Management.

Plano de Desenvolvimento do APL Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana. Disponível em www.sindindustria.com.br/sindmoveis. Acesso em fevereiro de 2010.

PRADO, Marcelo Real. Dissertação de Mestrado: **Análise do inventário do ciclo de vida de embalagens de vidro, alumínio e pet utilizadas em uma indústria de refrigerantes no Brasil**. Curitiba, 2007.

REVISTA EXAME. Responsabilidade socioambiental. Novembro de 2009. Editora: Abril.

ROSEMBLUM, Célia. Entrevista com John Elkington : Clima e pobreza desafia os modelos de negócios. Revista Valor Econômico, www.biiinternacional.com.br, 2008.

SACHS, Ignacy. **Paradigma do crescimento sustentável**. Disponível em www.portalga.ea.ufrgs.br. Acesso em outubro de 2009.

SANTOS, Homero. **Conferência internacional, empresas e responsabilidade social**. Apresentação sobre parcerias para uma sociedade sustentável, Instituto Ethos, 2005.

SAVITZ, Andrew .W. **A Empresa sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2007.

SCHNEIDER, Vania Elisabete; NEHME, Marcelo Carlotto; BEN, Fernando. **Sistemas de gerenciamento ambiental na industrial moveleira**. Caixa do Sul: EDUCS, 2006.

SCHNEIDER, Vânia Elisabete *et al.* **Gerenciamento ambiental na indústria moveleira**. Apresentado no XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Ouro Preto, 2003.

SEIFFERT, Mari Elisabete Bernardini. **Sistemas de gestão ambiental (ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001)**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Ademir Vicente da. **O Setor moveleiro e os desafios socioambientais**. SENAC: Santo Amaro/SP, 2007.

SILVA, Eliciane Maria da. SANTOS, Fernando Cesar Almeida. CASTRO, Mario. **A Relação entre prioridades competitivas e indicadores de desempenho: survey** em empresas moveleiras. Disponível em www.simpoi.fgvsp.br. Acesso em novembro de 2009.

SOARES, Débora Pereira de Macedo. *et.al.* **Inovação de processos: um estudo comparativo sobre sua implementação**. Disponível em www.pg.utfpr.ed.br. Acesso em julho de 2010.

SONAGLIO, Maria Claudia Dissertação de mestrado: **A inovação tecnológica em arranjos produtivos locais: A indústria de moveis retilíneos residências de Bento Gonçalves (RS)**. Santa Maria (RS), 2006.

SOUZA, José Maria de Araújo, *et al.* **Equipamentos: mobiliário. manutenção. Recomendações técnicas: procedimentos**. Brasília, 1996.

STELZER, Vanessa. **Responsabilidade ambiental é um bom negócio para as empresas**. Disponível em www.hsm.com.br. Acesso em 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VENZKE, Claudio Senna. **Ecodesign**. Disponível em www.portalga.ea.ufrgs.br. Acesso em fevereiro de 2010.

VOLTOLINI, Ricardo. **Perfil do líder sustentável**. Entrevista realizada pela idéia socioambiental. Revista HSM Management, Setembro de 2007.

SITES CONSULTADOS

www.claro.com.br.

www.universoambiental.com.

www.abnt.org.br

www.agenciaambiental.go.gov.br

www.goiania.go.gov.br/comurg

www.cni.org.br

www.crea-go.org.br

www.eletronbras.gov.br

www.fieg.org.br

www.icqbrasil.com.br

www.globalreporting.org

www.inmetro.gov.br

www.mdic.gov.br

www.mma.gov.br

www.sebrae.com.br

www.semarh.goias.gov.br

www.cebds.org.br

APÊNDICE 1
CARTA DE APRESENTAÇÃO/SOLICITAÇÃO

Goiânia,de Março de 2010.

Exmº Sr. Presidente (Sr. Diretor e/ou Sr. Gerente)

Prezado(a) Senhor(a)

Nesta oportunidade, apresento-me como mestranda em Desenvolvimento Regional pela Faculdade Alves Faria (ALFA), em Goiânia/GO, cuja próxima etapa de estudos consiste na realização de uma pesquisa para complementar o estudo sobre as práticas e principais desafios da indústria moveleira na gestão socioambiental.

É imperioso esclarecer que o estudo se volta para descobrir o conhecimento dos empresários do setor moveleiro sobre o desenvolvimento sustentável, se existem práticas de responsabilidade socioambiental em suas gestões, se existem incentivos e programas da gestão pública específicos para o mesmo e contribuir para um melhor direcionamento das ações de gestão socioambiental das empresas moveleiras.

A produção de conhecimento sistemático e organizado sobre a responsabilidade socioambiental no setor moveleiro contribuirá para o desenvolvimento do setor, pois, possibilitará descobrir o melhor caminho na implantação de ferramentas de gestão socioambiental, além de possibilitar o crescimento estratégico destas empresas.

Pelo exposto, venho solicitar, respeitosamente, que essa empresa participe da pesquisa, mediante o preenchimento do questionário anexo.

Desde já, agradeço a atenção,

Denise Vieira da Silva Taquary

APÊNDICE 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Práticas e Desafios da Gestão Socioambiental na Indústria Moveleira de Goiás

Nº : _____

Data: ____/____/____.

BLOCO A: CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1. Nº de funcionários: _____
2. Qual o Porte: ()Micro ()Pequena ()Média ()Grande
3. Ano de início das atividades da empresa?: _____
4. A empresa trabalha com exportação?
() Sim ()Não ()Possui projeto em desenvolvimento
5. Principais produtos da empresa?
()Armários planejados ()Cama ()Cadeira, mesa, sofá ()Outro: _____.
6. Onde a empresa está estabelecida?
()Goiânia ()Aparecida de Goiânia
7. Quanto tempo a empresa está nesta região: _____

BLOCO B: PERFIL DO RESPONDENTE

1. Qual o cargo do respondente: _____.
2. Qual o sexo do respondente.
()Fem ()Masc.
3. Qual a idade do respondente? _____
4. Qual o tempo de experiência do respondente no setor moveleiro? _____
5. Quanto tempo o respondente esta na empresa? _____

BLOCO C: DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL NO SETOR MOVELEIRO

1. Qual seu conhecimento sobre Desenvolvimento Sustentável ?
()Conheço ()Já ouvi falar ()Não tenho conhecimento sobre o assunto
2. Qual seu conhecimento sobre Gestão socioambiental empresarial?
()Conheço ()Já ouvi falar ()Não tenho conhecimento sobre o assunto
3. Sua empresa possui algum projeto de responsabilidade SOCIAL?
()Sim ()Não ()Está implantando ()Não reúne informações suficientes para implantar
4. Sua empresa possui algum projeto de responsabilidade AMBIENTAL?
()Sim ()Não ()Está implantando ()Não reúne informações suficientes para implantar
5. A empresa possui gestão de resíduos (destinação correta ou reaproveitamento das sobras)?

- Sim Não Está implantando Não reúne informações suficientes para implantar
6. Como é feito o descarte dos resíduos em sua empresa?
- Venda Doação Reciclagem Aterro Incineração Lixo comum Outro
- 7 Sua empresa se declara atuante com Responsabilidade Socioambiental? De que forma?
- Sim, na missão Sim, na visão Sim, nos valores Não Esta implantando
8. Já foi realizado algum tipo de análise sobre o impacto do processo produtivo para produção do seu produto final em relação a agressão ao meio ambiente? (O processo de fabricação da empresa é considerado ecologicamente correto no sentido de proteção ao meio ambiente, não poluição sonora, atmosférica, das águas, etc)
- Sim Não Está implantando instrumentos de avaliação
9. Realiza treinamentos sobre a cultura do desperdício, educação ambiental, conscientização?
- Sim, frequentemente Sim, as vezes Não
10. Sua empresa monitora ou questiona os fornecedores sobre de onde vem ou como é feita a matéria-prima fornecida, quanto ao processo de fabricação da matéria-prima ser politicamente correto?
- Sim Não Está implantando este monitoramento
11. Sua empresa mantém programa de minimização de custos com energia e água?
- Sim, redução de energia Sim, otimização do uso da água Não Possui projeto em desenvolvimento
12. Sua empresa investe em tecnologia para aumentar a durabilidade dos seus produtos?
- Sim Não Possui projeto em desenvolvimento Não possui interesse
13. Sua empresa incentiva a reciclagem após uso final dos produtos?
- Sim Não Possui projeto em desenvolvimento
14. Sua empresa investe no aperfeiçoamento das embalagens que agridem menos o meio ambiente?
- Sim Não Possui projeto em desenvolvimento
15. Sua empresa divulga publicamente relatórios sobre seus princípios éticos, como o Balanço Social, por exemplo?
- Sim Não Possui projeto em desenvolvimento Nunca ouviu falar
16. A empresa possui alguma ferramenta no apoio gestão socioambiental empresarial?
- Sim Não Está implantando
17. Se a resposta anterior for SIM ou ESTA IMPLANTANDO, mencione qual ferramenta utilizada:
- ISO 9000 ISO 14000 ISO 8000 ISO 18000 Produção mais Limpa Análise do ciclo de vida do produto AUDIO Ecodesign Ecoeficiência Outra: _____

BLOCO D: ASPECTOS INDÚSTRIAS E INCENTIVOS PÚBLICOS

1. Sua empresa adota inovações de produtos/processos?
- Sim, de processos Sim, de produtos Não Possui projeto em desenvolvimento
2. Sua empresa calcula a quantidade de resíduo gerado?
- Sim Não Possui projeto em desenvolvimento
3. Se a resposta anterior for SIM, mencione a quantidade, por meio de quantidade de caçambas retiradas mês.

4. Sua empresa possui algum tipo de incentivo governamental ao desenvolvimento sustentável?

Sim Não Está buscando parcerias Desistiu por não obter retorno

5. qual tipo de instituição apóia sua empresa?

SEBRAE SENAI SINDMOVEIS SESI FIEG OUTRO: _____

6. Sua empresa já utilizou de algum benefício de órgão público por possui ou vir a ter projetos de responsabilidade socioambiental?

Sim Não Nunca buscou Já tentou, mas não foi atendido

7. Se a resposta anterior for SIM, mencione qual instituição? _____

8. Sua empresa já ganhou algum prêmio relacionado à gestão sustentável e,ou responsável socialmente?

Sim Não Não se interessa por este tipo de prêmio

Obrigada por contribuir para o crescimento e desenvolvimento do setor moveleiro em Goiás.

ANEXO 1 - NORMAS NBR PARA INDÚSTRIA MOVELEIRA

NBR 12666	Móveis-Terminologia. 1992
NBR 12743	Móveis - Classificação. 1992
NBR 13576	Colchão e Colchonete de Espuma Flexível de Poliuretano Terminologia. 2001
NBR 13577	Colchão e Colchonete de Espuma Flexível de Poliuretano Classificação. 2001
NBR 13579	Colchão e Colchonete de Espuma Flexível de Poliuretano Especificação. 2001
NBR 13578	Colchão e Colchonete de Espuma Flexível de Poliuretano - Dimensão e Tolerâncias - Padronização. 2001
NBR 13580	Tecidos Planos para Revestimento de Colchões de Espuma Flexível de Poliuretano. Especificação. 1996
NBR 13581	Revestimento de Colchão de Espuma Flexível de Poliuretano Terminologia. 1996
NBR 13918	Móveis - Berços Infantis - Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio. 2000
NBR 13919	Móveis - Cadeiras Altas - Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio. 1997
NBR 13960	Móveis para Escritório - Terminologia. 1997
NBR 13961	Móveis para Escritório - Armários - Classificação e Características Físicas e Dimensionais 1997
NBR 13962	Móveis para Escritório - Cadeiras - Classificação e Características Físicas e Dimensionais . 1997
NBR 13963	Móveis para Escritório - Móveis Para Desenho - Classificação e Características Físicas e Dimensionais . 1997
NBR 13964	Móveis para Escritório - Divisórias -- Classificação e Características Físicas e Dimensionais . 1997
NBR 13965	Móveis para Escritório - Móveis para Informática - Classificação e Características Físicas e Dimensionais. 1997
NBR 13966	Móveis para Escritório - Mesas - Classificação e Características Físicas e Dimensionais. 1997
NBR 13967	Móveis para Escritório - Sistemas de Estação de Trabalho - Classificação e Características Físicas e Dimensionais . 1997
NBR 14006	Móveis Escolares - Assentos e Mesas para instituições Educacionais - Classes e Dimensões. 1997
NBR 14007	Móveis Escolares - Assentos e Mesas para instituições Educacionais - Requisitos. 1997
NBR 14033	Móveis de Cozinha. Terminologia. 1988
NBR 14034	Móveis de Cozinha. Padronização. 1998
NBR 14042	Móveis - Ferragens e Acessórios Conectores. 1998
NBR 14 043	Móveis - Ferragens e Acessórios Dobradiças. 1998
NBR 14 04 4	Móveis - Ferragens e Acessórios Corrediças. 1998
NBR 14 04 7	Móveis - Ferragens e Acessórios Suportes. 1998
NBR 14048	Móveis - Ferragens e Acessórios - Puxadores e Espelhos e Guias para Chaves. 1998
NBR 14045	Móveis - Ferragens e Acessórios - Dispositivos de Fechamento e Limitadores de Movimento. 1998
NBR 14049	Móveis - Ferragens e Acessórios - Rodízios e Suportes para Pé. 1998
NBR 14109	Móveis para Escritório - Armários - Ensaio de Estabilidade, Resistência e durabilidade. 1998
NBR 14110	Móveis para Escritório - Cadeiras - Ensaio de Estabilidade, Resistência e durabilidade. 1998
NBR 14111	Móveis para Escritório - Mesas - Ensaio de Estabilidade, Resistência e durabilidade. 1998
NBR 14112	Móveis para Escritório - Divisórias - Ensaio de Estabilidade, Resistência e durabilidade
NBR 14113	Móveis para Escritório - Sistemas de Estação de Trabalho - Ensaio de Estabilidade, Resistência e durabilidade. 1998
NBR 14535	Móveis de Madeira Tratamento de Superfícies Requisitos de Proteção e Acabamento

Fonte: www.abnt.org.br

ANEXO 2 - EMPRESAS CONVIDADAS A PARTICIPAR DO PROJETO DE PESQUISA

EMPRESA	RESPONSAVEL	E-MAIL
Acaron Móveis	Paulo José Alves	acaronmoveis@bol.com.br
Amobrás Atacadista de Móveis Brasil	Pedro Silvério Pereira	amobras@amobras.com.br
Aquária Cozinhas e Armários	Adriano José de Araújo	aquariacozinhas@uol.com.br
ART FORMA INDUSTRIA E COMERCIO DE ARMARIOS LTDA		artfomalda1@yahoo.com.br
ARTNOBRE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA		jinflex@bol.com.br
Barreto Indústria e Comércio de Madeiras	Paulo de Castro Barreto	
Cadeiras e Cadeiras	Jeremias Maciel Lopes	
Cantinho do Bebê	José Lindomar Amâncio	cantinhodobebeml@gmail.com
Com Classe Interiores	Armínio Almeida Barbosa	conclassemoveis@conclassemoveis.com.br
DAZIZA ITACARAMBY DO NASCIMENTO - Móveis Pimentel	Enoque Pimentel do Nascimento	mp@moveispimentel.com.br
DIVINAL INDUSTRIA E COMERCIO DE COZINHAS LTDA		divinalcozinhas@hotmail.com
Fábrica de Móveis	Giovanni Roque de Brito	
Finart Ind. e Comércio de Móveis Ltda /	Eliane Rasmussen Loures	finartmoveis@yahoo.com.br
Flexibase Ind. e Comércio de Móveis Ltda	João Francisco Mendes	joaomendes@flexibase.com.br
Gave Cozinhas e Armários Ltda	José Garibaldi Lain	garibaldi@gave.com.br
IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME		criativacozinhasearmarios@hotmail.com
indústria e Comércio de Móveis JVA Ltda	José Luiz da Silva	jva@jvamoveisfinos.com.br
Indústria e Comércio de Móveis Modeart Ltda	Oswaldo Alves Pereira	ind.ltdamodearte@hotmail.com
J.W. MOVEIS E DECORACOES LTDA		jwmoveisdecoracoes@hotmail.com
JE Móveis Finos Ind. e Comércio Ltda /	Daniel Fernandes de Souza	comercial@jemoveissinos.com.br
JL Imóveis	Isaias José Ferreira	
JOAO ROSA INDUSTRIAL DE MOVEIS LTDA		jriml@terra.com.br
Jota - PR Ind. e Comércio de Móveis Ltda	João Maurício Pedroso	joao.jpr@terra.com.br
MAXIMA COZINHAS E ARMARIOS LTDA		maxima@maximacozinhas.com.br
Maxim's Ind. E Comércio de Móveis	Carlos Augusto Alves Borges	max.financeiro@uol.com.br
MILENIUM MOVEIS E COZINHAS LTDA		moveismilenio@yahoo.com.br
MM COZINHAS E ARMARIOS LTDA		masecozinhas@gmail.com
Moduline Indústria e Comércio Ltda	Lázaro Alves Pereira	moduline@gmail.com
Móveis Queluz	Gilmar de Queluz	
Movelaria Atrium	Manoel Paulino Barbosa	atriumgyn@terra.com.br
Multi Móveis Ltda / (Américo Conceição Rodrigues)	Eterno Ribeiro de Alcantara	
N & F Decorações e Acabamento	Nildomar Amâncio da Silva	
NOVO MUNDO MOVEIS E UTILIDADES		batista@novomundo.com.br

LTDA		
Ottima Armários Planejados	Marlene Oliveira	contato@ottima.com.br
Pinotti	José Antônio Borba	
Post Portas Ind. Móveis Ltda	Carlos Alberto Virilo Soares	fabrica@pauletarmarios.com.br
Prática Amb. Planej./AAJM Móveis e Madeiras Ltda	André Renato Cardoso de Paula	practikaambientes@hotmail.com
Prepol Produtos de Resina Ltda / Prepol-Sicmol	Antônio Gonçalves Gomes	
PRIMICIAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARMARIOS LTDA		primiciasmoveis@yahoo.com.br
PS Comércio de Móveis Ltda	Magno Borges Damaceno	
Requinte Móveis	Fred Sulivan Braz Resende	
Rodrigues de Oliveira e Companhia Ltda / Imol	Harley de Oliveira Paiva	harley@grupoimol.com.br
SANTA TEREZINHA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA		marcos@shoppingdoescritorio.com.br
Serra Negra	Luiz Canal	
SPACO DESIGN COZINHAS E DORMITORIOS LTDA		luizcarlos90@hotmail.com
Spo Arte (Antiga Artmóveis)	Elcio José Fernandes	
ST MOBILE LTDA ME		mobile.mobile@terra.com.br
THALLYTHA MOVEIS LTDA	Verônica Moreira Soares Garcia	thallythamoveis@terra.com.br
VENETTO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA		oggiambientes@hotmail.com
Versátil Ind. e Comércio de Móveis Ltda	José Fernandes de Macedo	
WILSON BERNARDES DE SOUZA		dumonnmoveis_go@hotmail.com
YOLE COZINHAS E CLOSET'S LTDA ME		yoledesign@gmail.com
GOIÁS MÓVEIS IND E COM DE MÓVEIS LTDA		